

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SANTA  
CATARINA – CÂMPUS FLORIANÓPOLIS  
DEPARTAMENTO ACADÊMICO DE LINGUAGENS, TECNOLOGIA, ENSINO E  
CIÊNCIAS - DALTEC  
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E  
TECNOLÓGICA**

**PATRÍCIA VERBANEK BASTOS**

**ESTADO DA ARTE ACERCA DOS IMPACTOS DA LEI 5.692/71 NA  
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**

**FLORIANÓPOLIS, 2018**

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SANTA  
CATARINA – CÂMPUS FLORIANÓPOLIS  
DEPARTAMENTO ACADÊMICO DE LINGUAGENS, TECNOLOGIA, ENSINO E  
CIÊNCIAS - DALTEC  
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E  
TECNOLÓGICA**

**PATRÍCIA VERBANEK BASTOS**

**ESTADO DA ARTE ACERCA DOS IMPACTOS DA LEI 5.692/71 NA  
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**

Monografia submetida ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina como parte dos requisitos para obtenção do título de Especialista em Educação Profissional e Tecnológica do Curso de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica.

Orientadora:  
Prof<sup>ª</sup> Dra. Denise Araujo

**FLORIANÓPOLIS, 2018**

BASTOS, Patrícia Verbanek.

Estado da Arte Acerca dos Impactos da Lei 5.692/71 na Educação Profissional e Tecnológica/ Patrícia Verbanek Bastos; Orientadora Professora Doutora Denise Araujo – Florianópolis, SC, 2018.

Número de páginas: 103.

Monografia Educação Profissional e Tecnológica – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina.

Inclui referências.

Educação Profissional e Tecnológica. Lei 5.692/71. Ditadura Civil Militar de 1964. História da Educação. I. Araujo, Denise. II. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina. III. Estado da Arte Acerca dos Impactos da Lei 5.692/71 na Educação Profissional e Tecnológica.

**ESTADO DA ARTE ACERCA DOS IMPACTOS DA LEI 5.692/71 NA EDUCAÇÃO  
PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**

**PATRÍCIA VERBANEK BASTOS**

Este trabalho foi julgado adequado para obtenção do Título em Especialista em Educação Profissional e Tecnológica e aprovado na sua forma final pela banca examinadora do Curso de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina.

Florianópolis, 13 de dezembro, 2018.

Banca Examinadora:

---

Denise Araujo  
Doutora em Educação, Arte e História da Cultura

---

Marcio Ricardo Teixeira Moreira  
Doutor em Geografia

---

Matheus Rodrigues Lima Affonso Garcia  
Mestre em Educação

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço aos meus pais Arno Verbanek e Cristiane Meyering Verbanek, às minhas irmãs Vanessa Verbanek Lopes e Thaís Verbanek, pelo incentivo aos estudos e apoio.

Agradeço ao meu marido Alexsandro Cota Bastos, pela paciência e apoio.

Agradeço aos professores do Instituto Federal de Santa Catarina e principalmente aos professores do curso de Especialização em Educação Profissional e Tecnológica do ano de 2017, pelos conhecimentos repassados.

Agradeço à minha orientadora Professora Doutora Denise Araujo, pela acolhida e dedicação.

Agradeço ao próprio Instituto Federal de Santa Catarina por oportunizar cursos gratuitamente e de qualidade.

Agradeço à banca examinadora pelas considerações.

Agradeço ao Programa de Bolsas Universitárias de Santa Catarina UNIEDU/FUMDES pelo incentivo financeiro referente ao recebimento de bolsa de Pós-Graduação.

## RESUMO

Este trabalho trata de um mapeamento acerca dos impactos da Lei 5.692/71 na educação profissional e tecnológica. Tem como objetivos elaborar um balanço sobre os impactos da Lei 5.692/71 na EPT no banco de teses e dissertações da CAPES, mapear a produção existente sobre o tema disponível nos banco de dados: revistas científicas disponíveis online e elaborar uma síntese sobre as principais publicações sobre o tema. Tal pesquisa se faz relevante visto que há pouca produção acadêmica sobre o tema ensino técnico e profissional. A presente pesquisa tem o propósito de mapear as publicações sobre a referida lei nos três estados da região sul do Brasil e fazer um aprofundamento nas principais publicações encontradas. De acordo com a atual conjuntura da educação brasileira, e refletindo sobre a nova reforma do ensino médio sancionada em 2017 vinculada à aprovação da Base Nacional Comum Curricular, que tem como um dos objetivos a implantação do ensino técnico nas escolas públicas estaduais e redes particulares, viu-se a necessidade de analisar uma reforma que foi próxima à atual Lei 13.415/17, no caso a Lei 5.692/71. Pretende-se com esta pesquisa obter informações sobre como a educação profissional e tecnológica está sendo explorada pelos pesquisadores do sul brasileiro e obter referências sobre a história da educação.

**Palavras-chave:** Educação Profissional e Tecnológica. Lei 5.692/71. Ditadura Civil Militar de 1964. História da Educação.

## ABSTRACT

This paper deals with a mapping about the impacts of Law 5.692/71 on professional and technological education. Its objectives are to prepare a balance sheet on the impacts of Law 5.692/71 on the EPT in the thesis and dissertations bank of CAPES, to map the existing production on the subject available in the database: scientific journals available online and to prepare a synthesis on the main publications About the subject. Such research becomes relevant since there is little academic production on the subject of technical and vocational education. The present research has the purpose of mapping the publications about the mentioned law in the three states of the southern region of Brazil and to do a deepening in the main publications found. According to the current situation of Brazilian education, and reflecting on the new high school reform sanctioned in 2017 linked to the approval of the National Curricular Common Base, which has as one of the objectives the implementation of technical education in state public schools and private networks, there was a need to analyze a reform that was close to the current Law 13.415/17, in this case Law 5.692/71. The aim of this research is to obtain information on how professional and technological education is being explored by researchers in the South of Brazil and to obtain references about the history of education.

**Key-words:** Professional and Technological Education. Law 5.692/71. Military Civil Dictatorship of 1964. History of Education.

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>11</b>
<b>2 BALANÇO SOBRE OS IMPACTOS DA LEI 5.692/71 NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA NO BANCO DE TESES E DISSERTAÇÕES DA CAPES.....</b>	<b>14</b>
<b>3 MAPEAMENTO DA PRODUÇÃO EXISTENTE SOBRE O TEMA, DISPONÍVEL NOS BANCOS DE DADOS: REVISTAS CIENTÍFICAS DISPONÍVEIS ONLINE.....</b>	<b>24</b>
<b>4 SÍNTESE DAS PRINCIPAIS PUBLICAÇÕES SOBRE O TEMA: IMPACTOS DA LEI 5.692/71 NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA.....</b>	<b>34</b>
<b>4.1 O Ensino Secundário Profissionalizante nas Décadas de 1970 e 1980: Aspectos da Lei 5.692/71, por Adnilson José da Silva.....</b>	<b>34</b>
<b>4.2 A Educação Profissionalizante com a Lei 5.692/71 no Paraná: O Colégio estadual Costa Viana de São José dos Pinhais e o Colégio Estadual Victor Ferreira do Amaral de Curitiba, por Roberto Evair Falcioni.....</b>	<b>36</b>
<b>4.3 Os Conflitos Entre os Diferentes Projetos de Sociedade e os Impactos na Educação Profissional e Tecnológica (EPT), por Adriana Peixoto de Oliveira e Ludmila da Matta..</b>	<b>39</b>
<b>4.4 O Currículo Escolar nas Leis 5.692/71 e 9.394/96: Questões Teóricas e de História, por Fernanda Pinheiro Mazzante.....</b>	<b>42</b>
<b>5 CONCLUSÃO.....</b>	<b>44</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>48</b>
<b>APÊNCICES.....</b>	<b>50</b>
<b>APÊNCICE A – DISSERTAÇÕES E TESES NÃO ENCONTRADAS NA ÍNTEGRA, BUSCA EM 14 DE OUTUBRO DE 2017, ESTADOS DO PARANÁ E RIO GRANDE DO SUL.....</b>	<b>51</b>
<b>APÊNCICE B – DISSERTAÇÕES E TESES NÃO ENCONTRADAS NA ÍNTEGRA, BUSCA EM 06 DE JANEIRO DE 2018, ESTADO DO PARANÁ.....</b>	<b>53</b>
<b>APÊNCICE C – DISSERTAÇÕES E TESES NÃO ENCONTRADAS NA ÍNTEGRA, BUSCA EM 07 DE JANEIRO DE 2018, ESTADOS DO RIO GRANDE DO SUL E SANTA CATARINA.....</b>	<b>55</b>

<b>APÊNDICE D – OBJETIVOS DAS DISSERTAÇÕES E TESES DO ESTADO DO PARANÁ E RELAÇÃO COM A LEI 5.692/71 (DIRETA OU INDIRETA).....</b>	<b>56</b>
<b>APÊNDICE E – OBJETIVOS DAS DISSERTAÇÕES E TESES DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL E RELAÇÃO COM A LEI 5.692/71 (DIRETA OU INDIRETA).....</b>	<b>67</b>
<b>APÊNDICE F - OBJETIVOS DAS DISSERTAÇÕES E TESES DO ESTADO DE SANTA CATARINA E RELAÇÃO COM A LEI 5.692/71 (DIRETA OU INDIRETA)....</b>	<b>70</b>
<b>APÊNDICE G - RESUMO DOS ARTIGOS DO ESTADO DO PARANÁ E RELAÇÃO COM A LEI 5.692/71 (DIRETA OU INDIRETA).....</b>	<b>72</b>
<b>APÊNDICE H - RESUMO DOS ARTIGOS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL E RELAÇÃO COM A LEI 5.692/71 (DIRETA OU INDIRETA).....</b>	<b>88</b>
<b>APÊNDICE I - RESUMO DOS ARTIGOS DO ESTADO DE SANTA CATARINA E RELAÇÃO COM A LEI 5.692/71 (DIRETA OU INDIRETA).....</b>	<b>97</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Este trabalho trata-se de um Estado da Arte Acerca dos Impactos da Lei 5.692/71 na Educação Profissional e Tecnológica. O estado da arte é um método de pesquisa que visa fazer um apanhado sobre o que já foi publicado sobre o tema. Nesse caso não houve recorte temporal, porém os trabalhos pesquisados foram selecionados de acordo com o local de publicação, sendo escolhido a região sul do Brasil como fonte de pesquisas. Como os estudos sobre esse tema são abrangentes, optou-se por escolher apenas as publicações realizadas no sul do país, de modo a delimitar melhor o assunto e investigar como as instituições universitárias vêm abordando esta temática, e se ele se faz relevante em pesquisas no contexto atual. As pesquisas trazem vários aspectos sobre como o currículo era organizado, quais os recursos foram disponibilizados, que tipo de ideologia estava em jogo, os impactos na sociedade, as influências econômicas, políticas e sociais presentes.

A referida lei teve grande importância na história da educação profissional e tecnológica brasileira, de modo a ser considerada uma reforma de ensino que mudou os paradigmas educacionais da época estabelecendo-se a profissionalização de maneira compulsória nas redes de ensino tanto públicas quanto privadas. A questão investigada durante este trabalho aborda quais os impactos que a educação profissional e tecnológica sofreu com a promulgação da Lei 5.692/71. O objetivo geral é cartografar os estudos e pesquisas realizadas no sul do Brasil acerca dos impactos da Reforma de 1971 na Educação Profissional e Tecnológica. O primeiro objetivo específico deste trabalho é efetuar um balanço sobre os impactos da Lei 5.692/71 na educação profissional e tecnológica com consulta no banco de teses e dissertações da CAPES. Tal fonte de pesquisa é um site que contém banco de dados online sobre trabalhos que foram publicados sobre diversos temas. Esse site apresenta os autores, título e demais informações sobre as publicações, de modo onde o pesquisador tem liberdade para selecionar o que mais se enquadra em sua procura. Outro objetivo específico é fazer um mapeamento da produção existente sobre o tema disponível nos bancos de dados de revistas científicas disponíveis online. Essa fonte de pesquisa será feita consultando revistas de maneira virtual, nos sites da SCIELO e novamente da CAPES. Como mencionado anteriormente, os trabalhos fontes desta pesquisa são os publicados nos estados do Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Ao final, será feita uma síntese sobre as principais publicações sobre o tema, de acordo com a análise realizada nos dois primeiros capítulos, sendo este o terceiro objetivo específico.

Este tipo de pesquisa que trata-se do estado da arte é importante justamente porque pode proporcionar um grande número de bibliografias e atualizar o leitor sobre o que está sendo publicado sobre o tema de interesse. O assunto escolhido, ou seja, educação profissional e

tecnológica, está atualmente em discussão, por isso optou-se por fazer uma análise da também reforma educacional do ano de 1971, afim de instigar reflexões sobre esse modelo de ensino a partir de publicações que vem ocorrendo ao longo dos anos após a sua implantação. Tal pesquisa se faz relevante visto que após a conclusão deste trabalho, pode-se ter uma noção de como esse modelo de ensino mudou a sociedade, e ajudar a compreender melhor o momento em que estamos vivendo na atualidade da educação brasileira com a nova reforma do ensino médio através da Lei 13.415/17.

Os instrumentos utilizados para desenvolver o trabalho foram pesquisas online, visto que as fontes desta pesquisa são teses, dissertações e artigos todos disponíveis de forma virtual. A metodologia utilizada foi o acesso ao canal de fonte de dados e a palavra-chave de procura foi Lei 5.692/71. Após a digitação de qual o objetivo da pesquisa, aparecem publicações de todos os estados do país, sendo feito manualmente o recorte da região sul.

O trabalho será dividido em três capítulos. O primeiro capítulo irá abordar sobre os impactos da Lei 5.692/71 na educação profissional e tecnológica. Como o capítulo foi fundamentado em teses e dissertações, ele apresenta como a pesquisa foi realizada, quais os percalços e as facilidades encontradas, faz uma divisão por temas e explica sobre os temas, apresenta números de publicações, comparações entre as publicações dos três diferentes Estados e apresenta gráfico para melhorar a comparação. Além disso, fornece vários outros resultados de pesquisa, que serão detalhados no próprio capítulo. Faz a análise colocando a ênfase dada à lei, se o trabalho apenas cita ou se tem relação direta com a mesma. Após serem apresentados vários resultados de pesquisa, é feita uma breve abordagem sobre algumas publicações consideradas principais, que de alguma maneira tiveram destaque naquele capítulo.

No segundo capítulo, que trata sobre mapeamento sobre a produção existente sobre o tema, disponível no bando de dados de revistas científicas disponíveis online, será feita uma abordagem bastante semelhante ao primeiro capítulo, porém levando em consideração artigos publicados no site da CAPES e SCIELO e referentes aos estados do sul brasileiro.

O terceiro capítulo é um pouco diferente dos primeiros, porque será escrito de modo a utilizar as informações proporcionadas pela construção dos dois iniciais. Trata-se de uma síntese sobre as principais publicações sobre o tema, onde através dos estudos realizados é feita a construção de um texto mais exploratório e com maior detalhamento sobre as publicações mais interessantes, argumentando sobre elas e expondo pontos de vista.

Este trabalho tem certa importância devido ao seu caráter histórico, que apresenta fatos escritos por diversos pesquisadores, o que também proporciona ao leitor uma abrangência de publicações e as diversas vertentes que podem encaminhar a pesquisa sobre a educação

profissional e tecnológica. A pesquisa possibilitará ao leitor ter dimensão de como estão transcorrendo os estudos dos pesquisadores sobre esse tema, e quem sabe inspirar para a realização de uma análise da conjuntura atual da educação brasileira, visto que estamos passando novamente por um empobrecimento do currículo devido à retirada de algumas disciplinas, implantação do ensino técnico sem o ensino propedêutico e delegar a escolha dos itinerários formativos à estudantes que muitas vezes não têm maturidade suficiente para este tipo de escolha. Toda essa conjuntura faz com que professores, estudantes e demais profissionais da educação fiquem preocupados com o futuro e com a qualidade da educação brasileira, principalmente na esfera pública.

## **2 BALANÇO SOBRE OS IMPACTOS DA LEI 5.692/71 NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA NO BANCO DE TESES E DISSERTAÇÕES DA CAPES**

Neste primeiro capítulo, que trata de elaboração de um balanço sobre os impactos da Lei 5.692/71 na Educação Profissional e Tecnológica, a partir do banco de teses e dissertações da Capes, o processo de pesquisa consistiu em acessar no site da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), campo de teses e dissertações e averiguar a existência de trabalhos relacionados à Lei 5.692/71. Optou-se por abranger nesta pesquisa, somente produções do sul do país, estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Ao buscar o objeto de estudo no site da Capes, apareceram muitas publicações. Podemos fazer um adendo de que este site tem certa instabilidade, o que ocasionou um número excessivo de resultados. Mais claramente, em dias diferentes de pesquisa, apareciam diferentes números de trabalhos. Após conseguir uma certa constante de resultados, estas teses e dissertações foram sendo pesquisadas uma a uma. Poucas delas já estavam na Plataforma Sucupira, que ajudou muito, pois essa plataforma já encaminha ao link direto que abre a pesquisa. Os outros foram pesquisados na internet e anexados a este trabalho. Muitos deles não foram encontrados na íntegra, mesmo assim foram registrados. Os que foram encontrados, são objeto de um estudo mais aprofundado, que possibilitou a extração de alguns dados como: Nome do autor, Instituição, Dissertação ou Tese, Ano de publicação, Título, Tema, Palavras-chave e Objetivos<sup>1</sup>.

A partir da leitura e análise dos objetivos do autor, os trabalhos foram agrupados por tema de pesquisa. O resumo nos traz informações importantes, o que possibilita ao leitor ter uma visão geral da pesquisa. Foram criados nove temas, sendo eles: História da Instituição Escolar; Formação de Professores; Educação Profissional; Currículo; Políticas Educacionais; Disciplinas Escolares; Legislação; Prática Docente e Análise de Livro Didático. Esses temas serviram para fazer um agrupamento das pesquisas que tinham um objeto de estudo em comum.

“História da Instituição Escolar” refere-se à pesquisas que têm por objetivo relatar fatos que aconteceram em determinada instituição, são bem direcionadas e referem-se mais à estudos de caso; “Formação de Professores” trata de trabalhos que pesquisaram como ocorreu a formação de professores em um determinado momento histórico, determinada situação, em determinada instituição ou região; “Educação Profissional” trata de pesquisas que objetivaram fornecer dados sobre uma educação voltada para um ensino mais técnico e profissionalizante, em determinada época ou instituição; “Currículo” abrange pesquisas que analisaram o currículo

---

<sup>1</sup> Nos apêndices deste trabalho constam maiores detalhes das pesquisas coletadas no balanço/mapeamento dos capítulos.

de determinada instituição ou curso; “Políticas Educacionais”, este tema está mais direcionado à ações realizadas em nível de instituições ou mesmo em dimensão nacional, que ocasionaram algum tipo de mudança significativa; “Disciplinas Escolares”, esta temática abrange justamente pesquisas que objetivam analisar alguma situação ocorrida em determinada disciplina, especificamente; “Legislação” trata de trabalhos que relacionam suas pesquisas à alguma lei ou fazem sugestões; “Prática Docente” menciona atividades que são recorrentes no cotidiano de professores, e que precisam ser discutidas ou relatadas; “Análise de Livro Didático” abordam trabalhos que pesquisaram determinada coleção de livros didáticos e suas implicações.

O mapeamento, como descrito anteriormente, foi feito nas universidades da região sul do Brasil, nos estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Lista-se agora, por estado, a quantidade de pesquisas encontradas de acordo com os temas já conhecidos no parágrafo anterior.

### **Estado do Paraná**

- Análise de Livro Didático: 3
- Currículo: 2
- Disciplinas Escolares: 7
- Educação Profissional: 3
- Formação de Professores: 6
- História da Instituição Escolar: 4
- Legislação: 2
- Políticas Educacionais: 4
- Prática Docente: 1

Total: 32

### **Estado de Santa Catarina**

- Análise de Livro Didático: 0
- Currículo: 0
- Disciplinas Escolares: 1
- Educação Profissional: 0
- Formação de Professores: 1
- História da Instituição Escolar: 1

- Legislação: 1
- Políticas Educacionais: 1
- Prática Docente: 1

Total: 6

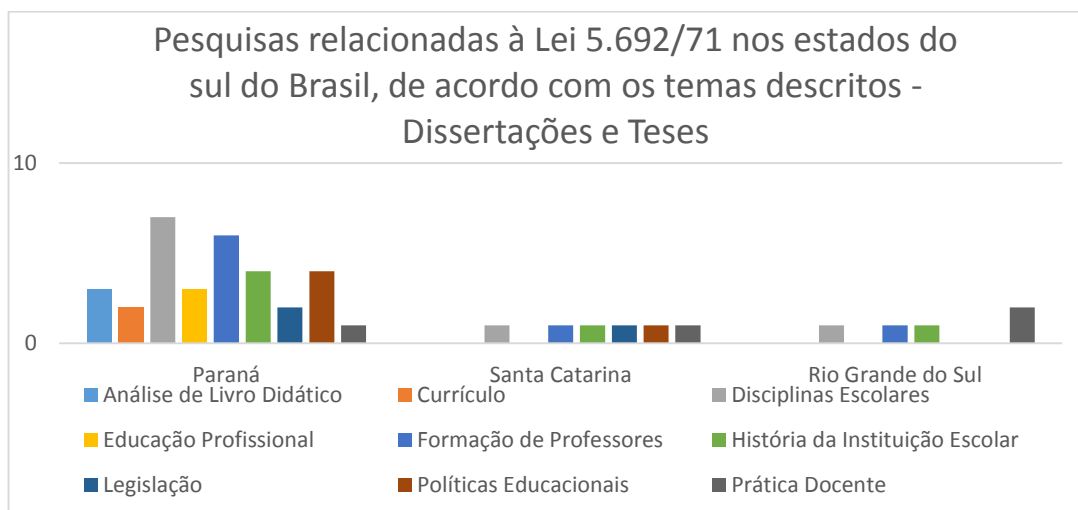
### Estado do Rio Grande do Sul

- Análise de Livro Didático: 0
- Currículo: 0
- Disciplinas Escolares: 1
- Educação Profissional: 0
- Formação de Professores: 1
- História da Instituição Escolar: 1
- Legislação: 0
- Políticas Educacionais: 0
- Prática Docente: 2

Total: 5

Como pode-se observar, o estado do Paraná é o que possui o maior número de pesquisas relacionadas ao tema da Lei 5.692/71. O Estado de Santa Catarina, está em segundo lugar, levando em consideração a abrangência dos temas, e o estado do Rio Grande do Sul tem poucas pesquisas relacionadas a esta lei. Abaixo, temos um gráfico que representa a quantidade de pesquisas (em números) de acordo com cada tema:

**Gráfico 1 – Dissertações e Teses**



Fonte: (próprio autor)

Destaca-se ainda que, de acordo com o levantamento de dados feito no site da CAPES, estas teses e dissertações compreendem trabalhos publicados desde o ano 1997 até o ano 2017. De acordo com os trabalhos que obteve-se acesso na íntegra, tem-se um empate nos anos 2014 e 2015 com o maior número de publicações (seis), levando em consideração os três estados. O número total de pesquisas que puderam ser acessadas na íntegra foi de 43. Tiveram pesquisas que foram encontradas no site da Capes, porém não foi possível ter acesso à íntegra, apresentando um total de 27. Os títulos e autores destes trabalhos estarão disponíveis ao final desta pesquisa.

Outro item interessante sobre a análise feita à ser relatado neste capítulo, e tomando como base as publicações que puderam ser acessadas na íntegra, é a de que cerca de 13 (treze) teses e dissertações no estado do Paraná, 2 (duas) no estado de Santa Catarina e 5 (cinco) no estado do Rio Grande do Sul, apenas citam a Lei 5.692/71 em seu trabalho, isto é, o interesse principal não é falar especificamente sobre a lei e seus impactos, mas ela teve alguma importância no contexto da pesquisa, e por isso foi citada. Já 19 (dezenove) teses e dissertações no estado do Paraná, 4 (quatro) no estado de Santa Catarina e nenhuma no estado do Rio Grande do Sul, têm relação direta com a Lei 5.692/71, ou seja, estas publicações têm como objetivo principal relatar acontecimentos, contextos, fazer análises, que tiveram como protagonista esta lei, sendo ela a principal fonte de investigação.

Dentre as teses e dissertações apuradas, podemos destacar algumas, que focaram sua pesquisa nos temas relacionados à Educação Profissional e Tecnológica, objetivo deste estudo. Dentre elas podemos citar:

A dissertação de mestrado da acadêmica Tarissa Corrêa Stern Soares, que tem como título: *O Ensino da Língua Portuguesa no Colégio Catarinense a Partir da LDB 5.692/71: O Embate entre o Discurso da Mudança e o Discurso da Tradição*, publicado em 2015 pela Universidade de Santa Catarina (UFSC), tem como tema: Disciplinas Escolares, e destaca-se por ter um estudo dirigido à disciplina de Língua Portuguesa, a língua do nosso país e que deve estar presente em qualquer currículo nacional. O que chama a atenção, é que a autora busca analisar o discurso apresentado em um documento elaborado por uma das escolas mais antigas de Florianópolis, o Colégio Catarinense (um colégio jesuítico, fundado na Itália em 1548, e em Florianópolis deu início às suas atividades em 1751), no período da década de 1970. O documento mencionado chama-se “*Processo de implantação da nova estrutura educacional*”, onde o ensino da língua portuguesa foi reorganizado. Considera-se importante essa dissertação pois a língua portuguesa é presente em nossa sociedade, sendo ela construtora dos valores dos sujeitos que dela participam. O documento citado aponta os objetivos e os conteúdos a serem

abordados por essa disciplina. Naquela época (1970) o Brasil estava sendo governado por um Regime Civil-Militar, que almejava o crescimento econômico do país, e por isso tinha por objetivo qualificar<sup>2</sup> a mão – de – obra, e o ensino da língua portuguesa passou a ser um instrumento para o desenvolvimento do país. O Colégio Catarinense tinha como proposta pedagógica um documento jesuítico muito antigo (1559) e com o novo governo, viu-se na situação da modificação de seu regimento escolar através da nova proposta da Lei de Diretrizes e Bases 5.692/71. De acordo com a autora, o tradicionalismo de praticamente dois séculos<sup>3</sup> foi abalado e a maneira de ensinar a língua portuguesa teve que se adequar ao governo vigente.

Destaca-se a dissertação de mestrado de Telma Faltz Valério, que tem como título: *A Reforma do 2º Grau pela Lei 5.692/71 no Paraná: Representações do Processo*, publicada em 2007 pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), e tem como tema: Políticas Educacionais. Traz questionamentos sobre a Teoria do Capital Humano<sup>4</sup> e Desenvolvimentismo, que

---

<sup>2</sup> De acordo com Celso João Ferreti, a concepção de qualificação profissional está relacionada ao progresso técnico. “Segundo tal concepção, o desenvolvimento da tecnologia demanda, a cada momento, que o trabalhador desenvolva novas habilidades e conhecimentos que lhe permitam lidar adequadamente com os avanços tecnológicos. Ainda que correta, esta concepção de qualificação profissional é restrita que as noções acima referidas não têm sua origem na área da educação. Essa constatação, mais ou menos óbvia, necessita, no entanto, ser ressaltada, pois sua apropriação pela área educacional é bastante frequente, dado que esta, de forma menos ou mais direta, trabalha com a formação profissional, um elemento central em ambas as noções. A educação escolar, em sentido amplo, preocupada com a formação plena do indivíduo, como pessoa e como cidadão, contribui para a formação profissional de maneira indireta, seja por propiciar-lhe o acesso aos conhecimentos disciplinares, seja por entender que é parte dessa formação a compreensão do contexto em que o exercício da atividade profissional se realiza ou se realizará. A educação profissional, como recorte específico da educação escolar, dirige-se, como sabido, à formação profissional em sentido estrito, completando a formação em sentido amplo. Os estudos sobre as relações entre o trabalho e a educação voltam-se para ambas as perspectivas acima indicadas e, ao fazê-lo, valeram-se, no passado, da noção de qualificação. Atualmente se valem desta e da noção de competência, muitas vezes entendidas, erroneamente, como sinônimas. A noção de qualificação profissional situa-se no âmbito das preocupações da sociologia do trabalho e tem sido por esta exaustivamente estudada. A de competência, por seu turno, tem origem no campo econômico, mas tem sido abordada pela sociologia do trabalho, seja por conta da aproximação equivocada acima referida, seja porque as mudanças introduzidas na forma de produzir e de organizar a produção o exigiram”. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/%0D/es/v25n87/21463.pdf>>

<sup>3</sup> Seria importante quem se interessar pelo tema, reler o trabalho da autora para entender como ela coloca esse processo histórico.

<sup>4</sup> Sua origem está ligada ao surgimento da disciplina Economia da Educação, nos Estados Unidos, em meados dos anos 1950. Theodore W. Schultz, professor do departamento de economia da Universidade de Chicago à época, é considerado o principal formulador dessa disciplina e da idéia de capital humano. Esta disciplina específica surgiu da preocupação em explicar os ganhos de produtividade gerados pelo “fator humano” na produção. A conclusão de tais esforços redundou na concepção de que o trabalho humano, quando qualificado por meio da educação, era um dos mais importantes meios para a ampliação da produtividade econômica, e, portanto, das taxas de lucro do capital. Aplicada ao campo educacional, a idéia de capital humano gerou toda uma concepção tecnicista sobre o ensino e sobre a organização da educação, o que acabou por mistificar seus reais objetivos. Sob a predominância desta visão tecnicista, passou-se a disseminar a idéia de que a educação é o pressuposto do desenvolvimento econômico, bem como do desenvolvimento do indivíduo, que, ao educar-se, estaria “valorizando” a si próprio, na mesma lógica em que se valoriza o capital. O capital humano, portanto, deslocou para o âmbito individual os problemas da inserção social, do emprego e do desempenho profissional e fez da educação um “valor econômico”, numa equação perversa que equipara capital e trabalho como se fossem ambos igualmente meros “fatores de produção” (das teorias econômicas neoclássicas). Além disso, legitima a idéia de que os investimentos em educação sejam determinados pelos critérios do investimento capitalista, uma vez que a educação é o fator

refletiram na construção das diretrizes educacionais propostas na Lei 5.692/71 e também fomenta a discussão sobre o regime político da época. Utiliza-se a análise de documentos oficiais (Relatório do Grupo de Trabalho para a reforma de Ensino de 1º e 2º graus (1971); o Documento Base para o Planejamento Prévio para Implantação do Sistema de Ensino de 1º e 2º Graus (1971), elaborado pelo Grupo de Assessoria de Planejamento, da Secretaria da Educação e Cultura do Estado do Paraná; e outros documentos da Secretaria da Educação que trazem dados sobre o ensino regular na rede Estadual de ensino do período), entrevistas com pessoas ligadas à Secretaria de Educação, diretores e professores de escolas públicas que atuaram no período; também foram utilizadas como referencial teórico algumas obras de diversos autores como: Pierre Bourdieu, Romanelli e Guiraldelli. Discutiu-se o contexto político do período e sua relação com a educação; contemplou-se algumas ações referentes à lei no estado do Paraná; e ainda, pautou-se em analisar as entrevistas mencionadas acima. A dissertação aponta que a implementação da Lei 5.692/71 estaria apontando para uma educação exclusivamente voltada para o trabalho<sup>5</sup>, afim de conseguir controlar uma situação de emergência na qual se encontrava o país. A população visava algo que hoje ainda anseia: mais oportunidades de trabalho, formação e qualidade de vida. Porém o reflexo de interesses políticos era o que estava sendo levado em conta quando se tratava da modificação no campo educacional. Buscou compreender a ação dos educadores, diretores de escolas e membros da secretaria, que são alguns dos principais agentes do campo educacional, e que tiveram notória autonomia, mesmo estando em um momento histórico de ditadura militar. Aponta sobre o rumo

---

econômico considerado essencial para o desenvolvimento. Em 1968, Schultz recebeu o prêmio Nobel de Economia pelo desenvolvimento da teoria do capital humano.

Para o estudo da Teoria do capital humano é fundamental consultar as obras de Theodore Schultz, O valor econômico da educação (1963) e O capital humano – investimentos em educação e pesquisa (1971); Frederick H. Harbison e Charles A. Myers, Educação, mão-de-obra e crescimento econômico (1965). No Brasil, destaca-se Cláudio de Moura Castro, Educação, educabilidade e desenvolvimento econômico (1976);

Para uma crítica à teoria do capital humano, é fundamental consultar as obras de José Oliveira Arapiraca, A USAID e a educação brasileira (1982); Gaudêncio Frigotto, Educação e capitalismo real (1995), Wagner Rossi, Capitalismo e educação: contribuição ao estudo crítico da economia da educação capitalista (1978).

<sup>5</sup> “No caso do trabalho como princípio educativo, o conceito remete ao campo específico de discussão teórica do materialismo histórico, ou seja, "o trabalho como produtor dos meios de vida, tanto nos aspectos materiais como culturais, ou seja, de conhecimento, de criação material e simbólica, e de formas de sociabilidade" (Marx, 1979). Além dessa questão mais geral, há de se considerar o trabalho na sociedade moderna e contemporânea onde a produção dos meios de existência se faz dentro do sistema capitalista. Esse se mantém e se reproduz pela apropriação privada de um tempo de trabalho do trabalhador que vende sua força de trabalho ao empresário ou empregador, o detentor dos meios de produção. O salário ou remuneração recebida pelo trabalhador não contempla o tempo de trabalho excedente ao valor contratado que é apropriado pelo dono do capital." Citado no texto TRABALHO, COMO PRINCÍPIO EDUCATIVO, Maria ciavatta. Disponível em: <[http://www.epsjv.fiocruz.br/upload/d/trab\\_princ\\_educativo.pdf](http://www.epsjv.fiocruz.br/upload/d/trab_princ_educativo.pdf)>

da educação no regime militar, que essa, foi avaliada sempre de forma negativa, pois foi colocada à mercê do mercado e do desenvolvimento do país. Coloca que a lei surgiu nesse contexto vista pelos governantes como uma possibilidade de direcionamento pedagógico, social e de formação. Alguns estudiosos apontam que essa lei foi direcionada ao capitalismo e à Teoria do Capital Humano, uma ideia bastante difundida nos anos 70. O ensino passou a ter uma base comum, eliminando a dualidade entre formação para acesso à universidade e formação para o trabalho. De acordo com a autora, a reforma foi considerada totalmente tecnicista, embora manter a formação humanística tenha sido uma das preocupações dos governantes, mas essa percepção não foi entendida de tal forma pelos demais envolvidos. As escolas não dispunham de condições físicas e profissionais qualificados para atuar nas áreas específicas, embora pela lei, o estabelecimento de ensino é que escolhia o curso a ser ofertado. Sem estruturas as escolas começaram a oferecer cursos que não demandassem tantos recursos. Sem diálogo entre professores e governantes, e a forma em que a lei foi implementada, dificilmente ela alcançaria seus objetivos. Havia nesta lei uma forma de controle social, através de como os professores conduziam suas aulas, porém muitos deles não se deixaram levar por essa repressão, encaminhando suas aulas da melhor maneira que lhes parecia. Propõe que os estudos acerca da educação no regime militar precisam ser aprofundados pelos pesquisadores.

Podemos citar também a dissertação de mestrado de Adnilson José da Silva, que tem como título: *O Ensino Secundário Profissionalizante nas Décadas de 1970 e 1980: Aspectos da Lei 5.692/71*, publicada em 2006 pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), e tem como tema: Educação Profissional. Esta dissertação é muito interessante, porque além de destacar aspectos sobre a lei, faz relação à escola unitária e à politecnicidade. Utiliza bases conceituais a partir de pensamentos de Karl Marx e Antonio Gramsci, utilizando categorias como trabalho e educação, alienação e unificação escolar burguesa. Escreve sobre a relação entre o trabalho e a organização escolar e formação cultural dos alunos, levando em consideração o sistema capitalista. Aponta para a exclusão da capacidade de reflexão dos educandos, a ponto de serem produtores e consumidores de mercadorias, sem questionamentos. Critica a implementação do ensino profissionalizante em esfera de ensino médio, que, segundo o autor, tinha como intuito conter o aumento do acesso ao ensino superior, tendo isso como função social. Buscava colocar o ensino médio profissional como um término na esteira de escolaridade, instigando a falsa ideia de que os jovens já estariam assim formados e prontos para o mercado de trabalho, obtendo uma profissão. Comenta que ao longo da história, a escola teve papel fundamental na formação de mão – de – obra para atender às demandas do mercado de trabalho. Que a escolarização no Brasil, especificadamente as reformas, tiveram a intenção

de fomentar uma maior dualidade no sistema de ensino, fazendo com que seja ainda mais acirrada a diferença entre o ensino profissionalizante e superior, aprofundando as desigualdades relacionadas à concepção e execução das funções produtivas, e assim, de classes. Afirma que a possibilidade de uma formação politécnica no Brasil foi combatida, de modo proposital, pela influência do capitalismo na educação escolar. Por fim, para a realização deste trabalho, foram analisadas leis, pareceres, relatórios e projetos, com o desejo de refletir acerca dos impactos que a Lei 5.692/71 proporcionou ao nosso sistema educacional e conseqüentemente à sociedade.

Além das mencionadas acima, podemos destacar a dissertação de mestrado de Carmen Lucia Chaim Mattos, que tem como título: *Educação e Cidadania: Vínculos Possíveis*, publicada em 2007 pela Universidade Tuiuti do Paraná (UTP), e tem como tema: Legislação. Esta dissertação aborda o tema numa perspectiva de que a educação está entrelaçada com a cidadania<sup>6</sup>, e que a cidadania só é alcançada através da educação. Os documentos analisados foram as Constituições Federais de 1824 a 1988 e as Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), 4.024/61, 5.692/71 e 9.394/96. A autora comenta que apesar da palavra *cidadania* sempre estar presente nesses documentos oficiais, ela foge do seu real significado. Enfatiza que a educação deve contribuir para a formação do cidadão. Que a diferença de classes sociais está cada vez mais evidenciada, e nos faz pensar em qual é o papel da educação para que tenhamos uma formação humana integral e uma sociedade com menos desigualdades, mas, deixando bem claro que não é única e exclusivamente papel da escola atuar na transformação da sociedade. Historicamente, o sistema dominante (capitalismo) tratou de oferecer educação a todos, só que dividido em duas partes: uma educação para a elite, e outra para as camadas populares. Mostra que, fala-se tanto que a escola deve educar para a cidadania, mas o que vemos é um mundo de individualismos e disputas acirradas onde as desigualdades sociais predominam. Em cada momento da história, o termo cidadania se apresenta de forma diferenciada, porém, de acordo com a autora, pode-se definir o termo cidadania como: direitos e deveres. Resumindo, o estudo trata de que maneira a cidadania configurou-se na educação brasileira, através de pressupostos históricos; papel da educação para a cidadania; análise de documentos e legislações, expondo assim, possibilidades de vínculos possíveis.

Ainda, podemos citar a dissertação de mestrado de Jeferson Silveira Dantas, que tem como título: *Competências e Habilidades no Curso de Formação de professores das séries*

---

<sup>6</sup> A autora argumenta que o termo “cidadania” não tem um conceito definido ou definitivo, trazendo ao longo do texto sua conceituação de acordo com diferentes momentos históricos, diferentes autores/pensadores e lugares distintos. Vale a leitura de seu artigo para maior compreensão.

*iniciais de Nível Médio em Santa Catarina: uma análise no contexto das leis 5.692/71 e 9.394/96*, publicada em 2002 pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), e tem como tema: Legislação. Esta dissertação propõe uma análise do modelo de formação docente para as séries iniciais do nível médio. Os contextos históricos incluem o regime militar (1964 – 1985) e o neoliberal (década de 1990), onde se inserem as referidas leis. Segundo o autor, o modelo capitalista vigente teve influência nos documentos que embasaram o modelo de como ocorreu a formação de professores do curso de magistério, tanto no campo ideológico, pedagógico e político. Os termos *competência* e *habilidade* foram ressemantizados na década de 1990, propondo e exigindo que os professores fossem mais flexíveis e adaptáveis às novas tecnologias educacionais. A pesquisa busca a compreensão das categorias *competência* e *habilidade*, no nível de ensino estudado. Explica que, como as reformas educacionais ocorreram em contextos históricos diferenciados, deve-se buscar entender o interior destas mediações, e buscar o resgate dos acontecimentos considerados relevantes e significativos. A análise das leis permite compreender o movimento histórico das políticas públicas de formação de professores. As reformas curriculares e a exigência de uma nova postura do professor das séries iniciais objetivaram um aperfeiçoamento no que diz respeito ao capital humano desses profissionais. Faz questionamentos como: como as categorias *competências* e *habilidades* qualificam os desqualificam? Quais suas bases conceituais? Como elas se ajustam na reestruturação do cenário capitalista? Como a educação é concebida no currículo do curso de Magistério? Como as políticas públicas foram assimiladas e rebatidas pelo magistério público estadual? Discute-se a construção dos modelos de *competência* e *habilidade*. A materialização destas *competências* e *habilidades* nos currículos do curso de magistério. A reformulação dos modelos de *competência* e *habilidade* no curso de magistério. Observa que mesmo com todos os empasses encontrados na educação, o curso de magistério continua sendo bastante procurado.

Fazendo um diagnóstico geral acerca das teses e dissertações disponíveis no site da Capes, depois da leitura dos títulos, palavras – chave e objetivos, podemos concluir que existe uma carência referente à estudos que relacionem a estrutura da Educação Profissional e Tecnológica existente na época (década de 1970) com a Lei 5.692/71. Podemos exemplificar apontando sobre estudos direcionados aos hoje Institutos Federais (IF), que na época eram chamados de escolas técnicas e também ao SENAI (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial). Nos trabalhos encontrados provenientes ao estado de Santa Catarina, podemos dizer que nenhum deles foi direcionado à essa vertente. O mesmo pode-se concluir analisando os trabalhos publicados pelo estado do Rio Grande do Sul. Embora estes estados tenham trabalhos relacionados à história da instituição escolar ou à disciplinas escolares, nenhum deles traz o

estudo apresentado diretamente articulado ao exposto neste parágrafo. É somente no estado do Paraná, como vimos anteriormente, o estado que mais produziu pesquisas relacionadas à Lei 5.692/71, que obtemos alguns trabalhos (sete) que apontam para esta vertente, e um oitavo trabalho, que não foi possível acessar na íntegra, referente ao CEFET – PR, que tem como título: **Educação para a cidadania e desenvolvimento da consciência crítica no ensino técnico: análise e proposição da prática pedagógica a partir da experiência do CEFET-PR, de 1971 a 1996.**

### **3 MAPEAMENTO DA PRODUÇÃO EXISTENTE SOBRE O TEMA, DISPONÍVEL NOS BANCOS DE DADOS: REVISTAS CIENTÍFICAS DISPONÍVEIS ONLINE**

Este segundo capítulo trata de um mapeamento sobre a produção acadêmica existente sobre a Lei 5.692/71, que encontra-se disponível nos bancos de dados de revistas científicas, e que estejam disponíveis online. Mais especificamente, a pesquisa concentra-se em mapear os artigos científicos publicados que fazem referência à Lei 5.692/71, levando em consideração apenas revistas que têm suas editoras residindo nos três estados do sul do Brasil, ou seja, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Os bancos de dados utilizados foram mais uma vez o site de periódicos da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) e o portal SCIELO (Scientific Electronic Library Online).

Primeiramente, o processo consistiu em acessar o site da CAPES e, no campo de digitação do tema, optou-se em colocar: 5.692/71. Apareceram vinte e cinco resultados, sendo estes referentes a publicações de todo o Brasil. Dessas vinte e cinco, apenas quatro artigos foram publicados por revistas do sul do país. Estes artigos foram selecionados e relatados no final deste trabalho, com as seguintes informações: nome do(s) autor(es), revista de publicação e seus dados para acesso, título do artigo, tema, palavras – chave e resumo completo.

O acesso ao site da Scielo foi um pouco diferente. Havia muitas publicações que faziam relação com a Lei 5.692/71, sendo mais exata, cerca de mil e setenta artigos publicados. Todos os links de acesso a esses artigos foram acessados, para que pudesse fazer uma separação manual dos que eram publicados em revistas do sul brasileiro, já que a plataforma da SCIELO não dispunha desse tipo de filtro. Nas primeiras páginas, as publicações eram as mais exatas possíveis, relacionando com a lei. Porém, a medida que avançava-se para as próximas páginas, a relação com a lei ficava cada vez mais distante, apresentando trabalhos que não tinham esse assunto como foco principal. Muitas das publicações mostradas online, nas páginas mais avançadas, não estavam relacionadas com a Lei 5.692/71, não sabendo-se qual o motivo de estarem aparecendo na referida pesquisa, então, foram descartadas.

Uma dificuldade encontrada, além das já mencionadas acima, é a não transparência e não facilidade em relação a amostragem dos dados do artigo, como nome da revista, cidade em que foi publicada, mês, ano, páginas, ou seja, referências básicas de citação muitas vezes são deixadas de lado e não explícitas em alguns artigos, isso dificultou muito o processo de filtro para a região sul e principalmente para a maneira de citação desses artigos.

Após acontecer a pesquisa e o registro dos artigos encontrados, estes foram separados por temas, exatamente os mesmos utilizados no primeiro capítulo, quando tratamos sobre teses e dissertações publicados no site da CAPES. Sendo eles: Análise de Livro Didático, Currículo,

Disciplinas Escolares, Educação Profissional, Formação de Professores, História da Instituição Escolar, Legislação, Políticas Educacionais e Prática Docente. Lembrando que no capítulo 1, estão disponíveis maiores detalhes acerca da escolha dos temas para separação das pesquisas. Além desses nove temas, neste capítulo foi acrescentado mais um, que chama-se: História da Educação. Viu-se a necessidade de adicioná-lo devido a alguns artigos tratarem-se sobre a história da educação em geral, sem as especificidades dos temas anteriores.

Ainda, após esses artigos serem selecionados levando em consideração a região sul do país, encaminhados mais uma vez através dos temas, eles foram também separados por sua relação com a lei, os artigos que só a citam e os que têm relação direta com ela. Os que só citam são a grande maioria, o que nos remete mais uma vez à conclusão do grande déficit em que encontram-se as pesquisas relacionadas à educação profissional no Brasil. Maiores detalhes nesse sentido serão abordados posteriormente.

Como no capítulo anterior, afim de fazer uma apresentação numérica sobre as publicações, lista-se agora, por estado, a quantidade de pesquisas encontradas de acordo com os temas já conhecidos. Primeiramente, começaremos com os resultados do site da SCIELO.

### **Estado do Paraná**

- Análise de Livro Didático: 1
- Currículo: 0
- Disciplinas Escolares: 10
- Educação Profissional: 2
- Formação de Professores: 2
- História da Educação: 3
- História da Instituição Escolar: 0
- Legislação: 0
- Políticas Educacionais: 2
- Prática Docente: 2

Total: 22

### **Estado de Santa Catarina**

- Análise de Livro Didático: 0
- Currículo: 1
- Disciplinas Escolares: 5

- Educação Profissional: 0
- Formação de Professores: 2
- História da Educação: 0
- História da Instituição Escolar: 0
- Legislação: 0
- Políticas Educacionais: 1
- Prática Docente: 1

Total: 10

### **Estado do Rio Grande do Sul**

- Análise de Livro Didático: 1
- Currículo: 0
- Disciplinas Escolares: 2
- Educação Profissional: 0
- Formação de Professores: 3
- História da Educação: 2
- História da Instituição Escolar: 1
- Legislação: 1
- Políticas Educacionais: 1
- Prática Docente: 3

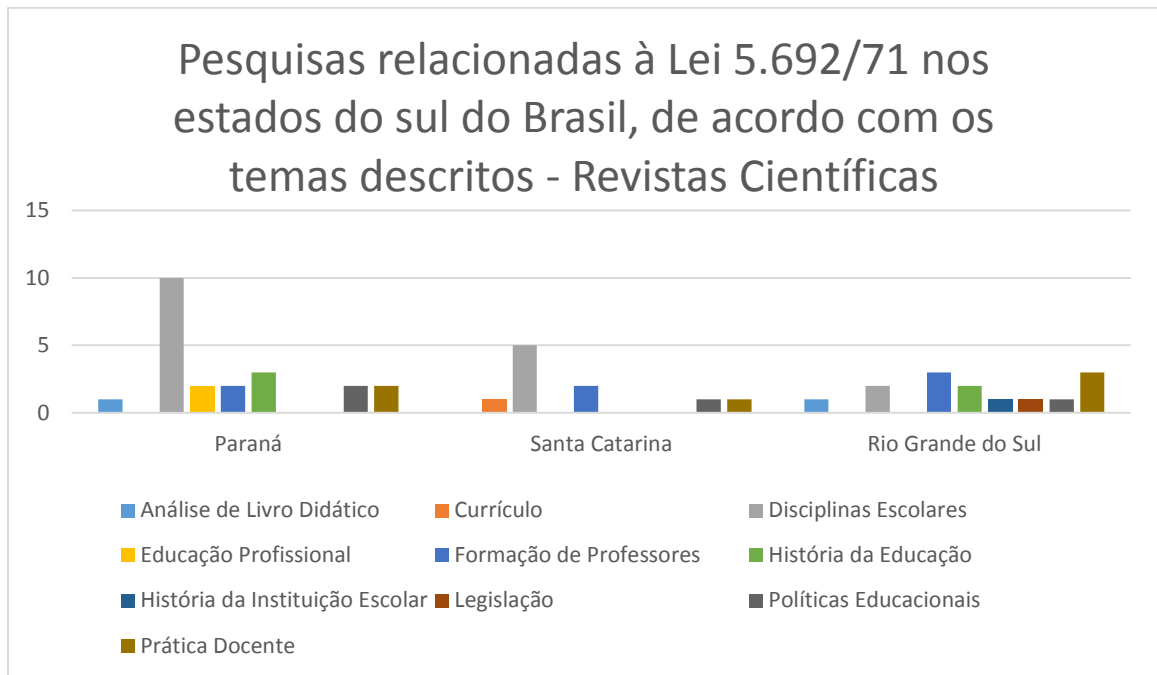
Total: 14

No site da CAPES, foram encontradas poucas publicações. No estado do Paraná, foram três trabalhos publicados, sendo dois deles referentes ao tema da História da Educação, e um relacionado a Políticas Educacionais. No estado de Santa Catarina, nenhuma publicação. No estado do Rio Grande do Sul, apenas uma publicação encontrada, referente ao tema Currículo.

Mais uma vez, o estado do Paraná sai ganhando no quesito estudos, publicações e reconhecimento da importância da Lei 5.692/71 para a educação. Neste capítulo, que consistiu em analisar as publicações referentes ao tema nas revistas científicas disponíveis online, além de verificarmos o que já apontou-se acima, sobre a quantidade de publicações maior que o estado do Paraná concentra, podemos comparar novamente com os estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, onde, desta vez, Santa Catarina está em último lugar na colocação no quesito quantidade de publicações sobre a lei, e o Rio Grande do Sul, em segundo lugar. Porém, mesmo

com essa diferença, pode-se dizer que estes dois últimos estados andam bem próximos quanto ao número de publicações, e estes números são tidos como abaixo do esperado, levando em consideração a importância do tema para a educação brasileira. Mostraremos um gráfico que representa a quantidade de pesquisas de acordo com cada tema:

**Gráfico 2 – Revistas Científicas**



**Fonte: (próprio autor)**

De acordo com o levantamento de dados obtidos através do acesso às revistas científicas disponíveis online, feito no site da CAPES e no portal SCIELO, obteve-se resultados de trabalhos publicados que compreendem os períodos do ano de 2001 até 2018. Explorando estes trabalhos e analisando as publicações durante os anos mencionados, podemos dizer que tem-se um empate nos anos 2009 e 2017 com o maior número de publicações (oito), levando em consideração os três estados. O número total de artigos nestes dois sites foram de 50 publicações.

Um impasse encontrado durante as buscas e principalmente durante a análise de dados destes artigos, como já mencionou-se acima, foi a dificuldade de transparência das referências. Muitos trabalhos não puderam constar no resultado desta análise por não apresentar referências de suas publicações, fazendo um total de 27 artigos, nos três estados sul brasileiros.

Explorando a contextualização entre os artigos e a Lei 5.692/71, ou seja, se estes tiveram relação direta com a lei, ou se simplesmente ela é citada no seu corpo de texto, sem maiores destaques. Primeiramente falando sobre o site da CAPES, no total de quatro publicações

referentes à Lei 5.692/71, duas delas têm relação direta com a lei, uma do estado do Paraná e outra do Rio Grande do Sul, e duas apenas a citam, estas, publicadas no estado do Paraná. Analisando as publicações encontradas no site da SCIELO, 43 delas somente citam a lei, 19 no estado do Paraná, 10 em Santa Catarina e 14 no Rio Grande do Sul, onde o interesse principal não é falar especificamente sobre a lei e seus impactos, mas ela teve alguma importância no contexto da pesquisa. E apenas 3 artigos têm relação direta com a lei, ou seja, estas publicações têm como objetivo principal relatar acontecimentos, contextos, fazer análises, que tiveram como protagonista esta lei, sendo ela a principal fonte de investigação, todas referentes ao estado do Paraná.

Através da realização da leitura, podemos fazer uma análise mais detalhada acerca de alguns artigos publicados nos periódicos disponíveis online, destacando aqueles que focaram sua argumentação em temas relacionados à Educação Profissional e Tecnológica, objetivo deste estudo. Sendo assim, podemos citar:

O artigo de Iêda Viana, publicado pela Revista Antíteses, no ano de 2015, que tem como título: *A Intervenção de Intelectuais na Reforma Educacional do Governo Militar: Discursos e Práticas nas Escolas Municipais de Curitiba*. Relaciona-se com o tema: História da Educação. Este artigo destaca-se por trazer a lembrança de que no ano de 2014, a ditadura civil militar de 1964 completou 50 anos, e relembrar esse momento histórico exige a realização de novos debates acerca das transformações ocorridas naquela época, principalmente na área da educação. O texto aborda sobre a reforma curricular proveniente da Lei 5.692/71 que foi fruto daquele regime (1964-1985) e trata principalmente sobre a disciplina de História, que passou a integrar uma área de ensino, os Estudos Sociais, juntamente com a disciplina de Geografia, e suas implicações no ensino de primeiro grau. A autora lembra que a promulgação da lei foi alvo de resistências e contestações, porém, aprovada devido ao apoio da população e levando em consideração a promessa de formação de empregos e atendimento ao mercado. O artigo busca entender como ocorreu a estruturação da área Estudos Sociais, e como foi apropriado e praticado nas salas de aula. Utilizou-se a história oral<sup>7</sup> e ressalta a importância da memória

---

<sup>7</sup> A história oral pode ser considerada uma metodologia, uma técnica ou uma disciplina. Para os que a concebem como metodologia, ela implicaria numa série de procedimentos que vão desde a forma de elaboração das entrevistas, à condução e à transcrição. Percebida como técnica, há uma preocupação apenas com o aparato tecnológico (execução da entrevista e acervo de conservação) sem o entendimento da própria relação entre história e memória. A ideia de disciplina parte do pressuposto de que a história oral não é apenas uma técnica, mas um conjunto de procedimentos ligados a uma teoria, que articularia conceitos, problemas e soluções, que não estariam limitados apenas ao campo da história. De acordo com o historiador José Carlos Sebe Bom Meihy trata-se de um conjunto de procedimentos de caráter interdisciplinar que se iniciaria com a elaboração de um projeto e que se concretizaria com o estabelecimento de um grupo de pessoas a serem entrevistadas por meio dos meios eletrônicos

enquanto representação, uma história que parece oculta, mas que pode vir à tona no momento oportuno. A autora menciona a resistência de alguns professores à esta reforma, e como agiam em suas práticas escolares, afim do não seguimento dos Estudos Sociais, e sim em favor da História e da Geografia em suas especificidades, rebelando-se contra as estratégias de controle e dominação. Se solidariza com as disciplinas críticas Sociologia e Filosofia, que foram excluídas do currículo, e critica a forma de como houve a implantação do ensino profissionalizante. Conclui que as estratégias políticas do governo militar nem sempre tiveram o sucesso esperado, nem com a intervenção de intelectuais.

Destaca-se, o artigo de Adriana Peixoto de Oliveira e Ludmila da Matta, publicado na Revista Brasileira de Planejamento de Desenvolvimento, no ano de 2017, que tem como título: *Os Conflitos entre os Diferentes Projetos de Sociedade e os Impactos na Educação Profissional e Tecnológica (EPT)*. Relaciona-se com o tema: Educação Profissional. Este artigo, apesar de não ter relação direta com a Lei 5.692/71, tem importância devido ao seu caráter investigativo e exploratório do contexto da educação profissional, e contempla discussões de um grande período histórico, que começa na Escola de Aprendizes e Artífices e a Era Vargas, passando pelos anos de 1970/1980 e suas implicações nas reformas educacionais na década de 1990, governos FHC, e terminando no governo do presidente Lula. Argumenta que a educação brasileira não pode ser dissociada da realidade histórica que a produziu, levando em consideração aspectos econômicos, relações de poder e relações sociais. Reitera que, a educação profissional sempre ficou à mercê dos interesses do mercado. Segundo as autoras, dessa maneira as políticas públicas para a educação brasileira acabaram por reforçar o dualismo estrutural, investindo-se na dicotomia entre trabalho manual X trabalho intelectual, e a não priorização do saber crítico para os trabalhadores exercerem seu papel de cidadãos na sociedade. A classe trabalhadora busca seus direitos sociais, e mesmo assim, ao longo dos anos, pode-se observar avanços e retrocessos referentes à educação brasileira, em especial a profissional, além da permanência de algumas marcas durante os períodos analisados, mesmo com suas especificidades. Conclui que as políticas públicas para a educação, principalmente a EPT, continua dicotômica, passando por dificuldades e contradições. Reconhece que os trabalhadores, dificilmente terão os mesmos meios de pressão daqueles que detém o controle dos meios de produção, e que o Estado é o responsável pelas mediações.

---

(gravadores, filmadoras e, cada vez mais, a internet) e do contato humano direto e dialógico. MEIHY, José Carlos Sebe Bom; HOLANDA, Fabíola. História oral: como fazer, como pensar. São Paulo: Contexto, 2007.

Podemos citar dentre os artigos pesquisados, o de Fernanda Pinheiro Mazzante, publicado pela Revista História da Educação, no ano de 2005, que tem como título: *O Currículo Escolar nas Leis 5.692/71 e 9.394/96: Questões Teóricas e de História*. Relaciona-se com o tema: Currículo. O artigo faz uma reflexão sobre como a educação foi e ainda é alvo dos interesses mercadológicos. Traz à lembrança de que a Lei 5.692/71 reestruturou apenas o ensino básico – fundamental e médio -, não fazendo nenhuma menção ao ensino superior, que por sua vez fora reformulado anteriormente, no ano de 1968 pela Reforma Universitária. Ressalta sobre os interesses do regime militar no contexto da educação, onde a reforma partisse do pressuposto para uma nova ordem social, política e econômica. Comenta que a lei 5.692/71 nasceu em meio a turbulências na democracia do país, foi imposta, sem o diálogo com professores, estudantes, ou outros setores ligados à educação. O mote para a reforma era de que a população se submetesse a trabalhar a favor do desenvolvimento econômico do país. O milagre econômico legitimava o Estado. Os movimentos contrários eram abafados e considerados subversivos, pois estavam contra a ordem tão priorizada pelos militares. Lembra que a promulgação das leis educacionais são sempre alvo de conflitos, porém ressalta a interlocução entre as reformas educacionais e os contextos sociais, políticos e econômicos do país. A autora ressalta que o corpo da lei é composto de oito capítulos, e que o currículo é composto por uma parte comum e uma parte diversificada. Na Lei 5.692/71 há a ideia das grandes linhas centradas em conteúdos, com áreas definidas na parte comum, e esses conteúdos estão dispostos por camadas sucessivas que compõe a parte comum e a diversificada. Aponta que o currículo do segundo grau tinha caráter totalmente profissionalizante, o egresso teria um certificado de auxiliar técnico para cursos de três anos e de técnico para os cursos de quatro anos. Com a implantação desse modelo, observou-se um caos no ensino secundário, pois os estabelecimentos de ensino deveriam obrigatoriamente ofertar os cursos profissionalizantes, mesmo sem estruturas para isso. Alguns ofertavam cursos com demandas menos onerosas. Mais de 200 habilitações profissionais foram regulamentadas pelo CFE. Conclui que fica óbvio a não-neutralidade do currículo nas questões políticas, econômicas e sociais de um país. É um campo de luta, onde os interesses do mercado acabam prevalecendo aos interesses humanos.

O artigo de Maria Josélia Zanlorense e Maria Isabel Moura Nascimento, publicado no X Congresso Nacional de Educação – EDUCERE, no ano de 2011, que tem como título: *O Estado do Conhecimento Sobre as Escolas Técnicas de 1987 a 2010*. Relaciona-se com o tema: Educação Profissional. Trata-se de um estudo sobre as escolas técnicas públicas do estado do Paraná. O estado do conhecimento vem a ser um levantamento daquilo que já se tem de pesquisas relacionadas ao tema citado, e pode ser definido como de caráter bibliográfico.

Estudar sobre a história das escolas técnicas, realizando o mapeamento das publicações feitas sobre o tema, segundo a autora, faz com que possamos ter uma melhor compreensão sobre a história da educação brasileira no geral, e sua relação com a construção da sociedade. Salienta que a Lei 5.692/71 foi direcionada principalmente para que o educando tivesse uma educação profissional no ensino de segundo grau. No decorrer do artigo, as autoras discutem sobre algumas publicações acerca do referido tema, e apresentam alguns trechos de outras publicações, argumentando mais uma vez sobre a Lei 5.692/71, que teve grande importância no cenário da educação brasileira. Colocam que a intenção dessa lei seria romper com a dualidade entre o ensino propedêutico e o profissional, tornando-os um sistema único, proporcionando uma qualificação técnica independente de sua classe social, e uma chance de inserção no mercado de trabalho. Isso caracterizaria um retrocesso para o ensino, visto que as escolas públicas não teriam condições de oferecer esse tipo de ensino. O que houve foi o fracasso desse modelo, visto que as escolas que atendiam à classe média e à elite reassumiram seu caráter propedêutico, preparando seus estudantes para o ingresso ao nível superior, e as escolas que atendiam a classe média, baixa e trabalhadora, não tendo condições financeiras e nem de profissionais, acabaram não conseguindo dar conta da formação geral tampouco da formação profissional. Argumenta que os mais prejudicados foram os alunos das escolas públicas, que receberam uma educação insuficiente para sua formação. A rápida inserção no mercado de trabalho para sobrevivência ultrapassa o sentido de compreensão do trabalho como formação humana, nos seus aspectos teórico e prático. Concluem que conhecer a história da educação profissional no Brasil ajuda a entender a situação do ensino médio atual, e reconhece a importância do ensino manual quanto intelectual em suas especificidades, e quando a ideia é uni-los, que seja de forma coerente, sem sobressaltar ou excluir um ou outro.

Destaca-se também o artigo de Manoel Nelito M. Nascimento, publicado pela UEPG Humanit. Sci., Appl. Soc. Sci., Linguist., Lett. Art., no ano de 2007, que tem como título: *Ensino Médio no Brasil: Determinações Históricas*. Relaciona-se com o tema: História da Educação. O autor inicia argumentando sobre o dualismo educacional que acontece no ensino médio no Brasil, e como ele sempre existiu, fundamentado na divisão social do trabalho. O ensino médio vem sendo favorável à desigualdade social. Escreve sobre as formas de inserção da educação profissional no ensino médio, exemplificando através da educação em nível técnico aliado ao médio nas formas integral, concomitante ou subsequente. O autor realiza uma reflexão acerca da história do ensino médio brasileiro ao longo do século XX, e ressalta mais uma vez a relação entre a educação e o capital/trabalho. Através da citação de outros autores, como Kuenzer, escreve sobre como o ensino médio é algo delicado, pois trata-se de um nível

intermediário, e sua dualidade de poder ser ao mesmo tempo terminal e propedêutico. Alega sobre como o modo em que se dá a educação e suas discussões refletem o momento social de cada época. Caracteriza o governo militar como regime de autoritarismo, crescimento econômico e reformas institucionais, incluindo a educação. Apesar da maioria da população apoiar a reforma de Lei 5.692/71, o momento era de combinação: medo de repressão do Estado e euforia em decorrência do crescimento econômico. Segundo o autor, esta reforma educacional teve inspiração na teoria do capital humano relacionando o educacional ao operacional. O papel da educação era o de qualificar para o mercado de trabalho. Afirma que o tripé da política da época era constituído pela segurança nacional, teoria do capital humano e pensamento cristão conservador. Observa que com a profissionalização no ensino de segundo grau, e a inserção dos jovens no mercado de trabalho, resultaria numa diminuição da procura pelo ensino superior. Porém o fracasso desse modelo de ensino, devido à falta de recursos materiais e humanos, ocasionou o que o governo não esperava, e a procura pelas vagas de ensino superior não foram contidas. Instaurou-se uma elevação nas barreiras dos exames vestibulares. Houve incentivo para os cursos superiores de curta duração, principalmente os que envolviam tecnologia. Diante de muitos problemas oriundos da implementação dessa lei, em 1982 ela foi substituída pela Lei 7044, colocando o ensino profissionalizante não mais como obrigatoriedade. O autor argumenta que a dualidade na educação não causa estranheza, devido a separação entre trabalhadores intelectuais e manuais existente na sociedade brasileira. Conclui que as reformas educacionais não são suficientes para reformular a sociedade dividida entre trabalho e capital. Que a diminuição dos recursos públicos para a área social é um fato, e que isso acentua ainda mais as diferenças de classe. Que a forma em como está organizada a educação não oferece a tão decantada unitariedade do ensino, e que reformas superficiais não ajudam a acabar com a dualidade educacional instaurada nas escolas do país.

De acordo com as pesquisas e estudos direcionados aos artigos publicados em revistas disponíveis online, especificamente falando sobre os sites da CAPES e SCIELO, precursores das discussões deste capítulo, pode-se diagnosticar, assim como no capítulo 1, a grande carência existente no que diz respeito à pesquisas referentes a educação profissional brasileira. Os Institutos Federais e também o SENAI são duas instituições que visaram e ainda visam a educação técnica, não são alvo de objetos de estudo, observando assim a falta de interesse de pesquisadores em relação a estas instituições, o que causa preocupação e também o constante incentivo para que estes estudos aconteçam.

O estado de Santa Catarina está com um déficit enorme quanto a isso, de acordo com a investigação deste trabalho, nenhuma publicação sobre educação profissional. No site da

CAPES, nenhuma publicação referente ao tema estabelecido (Lei 5.692/71), e no site da SCIELO, poucas publicações que somente citam o tema, nenhuma com relação direta. No estado do Rio Grande do Sul, tanto no site da CAPES quanto no site da SCIELO, apesar de algumas publicações interessantíssimas e consistentes, pode-se concluir que também são consideradas em número pequeno ao esperado. O estado do Paraná é o que apresenta maior número de publicações referentes ao tema escolhido para análise neste trabalho. Mesmo assim, poucas publicações têm relação direta com o tema, tendo a sua maioria apenas a citação da Lei 5.692/71. Mesmo com tantas expectativas e alguns desapontamentos, pode-se concluir que as publicações relatadas neste capítulo são de caráter importante para o conhecimento da história da educação brasileira, e para o entendimento do presente e do futuro educacional.

#### **4 SÍNTESE DAS PRINCIPAIS PUBLICAÇÕES SOBRE O TEMA: IMPACTOS DA LEI 5.692/71 NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**

De acordo com os estudos realizados nos capítulos um e dois, que possibilitaram toda a base teórica desta pesquisa, através da exploração de publicações que envolveram a Lei 5.692/71, podemos fazer um aprofundamento em alguns trabalhos, sendo eles: O Ensino Secundário Profissionalizante nas Décadas de 1970 e 1980: Aspectos da Lei 5.692/71, de Adnilson José da Silva, dissertação publicada pela Universidade Estadual de Ponta Grossa – Paraná; A Educação Profissionalizante com a Lei 5.692/71 no Paraná: O Colégio Estadual Costa Viana de São José dos Pinhais e o Colégio Estadual Victor Ferreira do Amaral de Curitiba, de Roberto Evair Falcioni, dissertação publicada pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná – Paraná; Os Conflitos Entre os Diferentes Projetos de Sociedade e os Impactos na Educação Profissional e Tecnológica (EPT), de Adriana Peixoto de Oliveira e Ludmila da Matta, artigo publicado na Revista Brasileira de Planejamento e Desenvolvimento – Paraná; e, O Currículo Escolar nas Leis 5.692/71 e 9.394/96: Questões Teóricas e de História, de Fernanda Pinheiro Mazzante, artigo publicado pela revista História da Educação – Rio Grande do Sul. Considera-se que os temas abordados neste capítulo, norteados pela leitura crítica de teses, dissertações e artigos científicos, têm determinada importância no cenário central desta pesquisa, ou seja, a educação, e, principalmente, a educação profissional e tecnológica. Esta análise e síntese de alguns trabalhos ajudam a compreender melhor a história da educação brasileira e quem sabe fornecer subsídios para pesquisas e discussões acerca do atual cenário da educação no país.

##### **4.1 O ENSINO SECUNDÁRIO PROFISSIONALIZANTE NAS DÉCADAS DE 1970 E 1980: ASPECTOS DA LEI 5.692/71, por Adnilson José da Silva**

A dissertação de mestrado de Adnilson José da Silva, que trata sobre os aspectos da Lei 5.692/71 no ensino secundário profissionalizante, nos remete a uma reflexão importante: o quanto necessário é a formação voltada para uma abrangência de possibilidades, a cultura geral, e não apenas ao tecnicismo. Precisa-se de uma formação para além dos conhecimentos técnicos. Segundo Silva (2006), “A politecnia é a base formadora necessária para proporcionar a superação da unilateralidade em que a educação voltada exclusivamente para capacitação produtiva mantém o trabalhador.” Falar em politecnia é importante nesse tipo de contexto, pois ela está presente nos estudos sobre a educação profissional e tecnológica, e nos ajuda a

compreender a dimensão educacional idealizada por muitos pesquisadores, educadores e profissionais da área.

Por isso, é interessante deixar claro o significado desses termos – politecnia e unilateralidade, esta última contraditória à omnilateralidade. De acordo com Coan (2014) “O conceito de politecnia está relacionado à concepção marxista de educação e discute a relação trabalho, educação e sociedade. No contexto capitalista de produção é bastante discutível a possibilidade de se realizar na prática uma educação pautada no princípio da politecnia.” Ainda sobre a omnilateralidade, o mesmo autor também nos esclarece:

O termo *omnilateral* vem do latim, cuja tradução literal significa: “todos os lados ou dimensões”. Educação omnilateral significa uma concepção de educação ou de formação humana que leva em conta todas as dimensões que constituem a especificidade do ser humano e as condições objetivas e subjetivas reais para seu pleno desenvolvimento histórico. (COAN, 2014, p. 10)

A educação unilateral acontece quando a formação é voltada para o mercado de trabalho, acabando com qualquer possibilidade de educação crítica e reflexiva para os educandos e esquecendo do verdadeiro sentido de uma educação geral/omnilateral. Isso ocasiona um trabalhador alienado, acentua a divisão das classes sociais, culminando em uma discussão que abrange a apropriação dos meios de produção pela esfera privada, distribuição desigual das riquezas, estímulo ao individualismo, competitividade, egoísmo e até mesmo o favorecimento à meritocracia.

É interessante ressaltar também de acordo com a análise desta dissertação, sobre o medo que o empregado tem de perder o seu emprego. Uma educação unilateral que acaba em alienação é uma das causas dessa desvalorização. O medo em perder a garantia de sua subsistência faz com que a classe trabalhadora aceite a exploração. E o sistema capitalista é quem lucra neste cenário, através da falta de consciência do trabalhador. O autor tem razão quando diz que a exploração do trabalhador faz com que ele se veja diminuído espiritualmente e fisicamente, nega-se suas necessidades estéticas e políticas, além de negar-se como ser humano. Acredita ser uma máquina, um fazedor de atividades abstratas, somente age mecanicamente, sem pensar. É o produtor e consumidor dos bens e serviços.

O Estado, por sua vez, mesmo que camuflado para alguns e óbvio para outros, governa para a classe dominante, mantendo seus privilégios, adotando um regime pseudo-democrata, atuando em benefício dos que detém o poder. E isso acarreta na imposição de modelo de educação quando o Estado, através da legitimação das legislações para a educação e documentos oficiais, faz com que a educação seja imposta de forma unilateral, para manutenção da classe trabalhadora alienada. Nesse sentido, pode-se citar a promulgação da Lei 5.692/71,

objeto deste estudo, como uma lei que parte de um modelo de educação tecnicista, para formação de mão-de-obra barata para fortalecer o mercado que na época de 1971 estava em expansão, afim de atender ao interesse estrangeiro. O ensino politécnico não se fez presente no teor desta lei, as bases da educação foram em favor do atendimento mercadológico imediato, formando um egresso alienado, mecanizado.

A reforma educacional de 1971 esteve relacionada à Teoria do Capital Humano. Esta teoria foi bastante difundida nos anos 70, propõe que aliar o conhecimento à produção pode ser positivo para o desenvolvimento do país. Segundo Coan baseado em Minto (2011), a teoria do capital humano:

[...] contribui para a construção da visão tecnicista de ensino e organização da educação, mistificando, dessa forma, seus outros objetivos para a educação – como a formação politécnica – e disseminando a ideia de que a educação é o pressuposto do desenvolvimento econômico e, simultaneamente, do desenvolvimento do indivíduo. (COAN, 2014, p. 28)

O campo educacional apropriou-se desta teoria para legitimar a formação técnica em regime de urgência e compulsoriamente. Além disso, havia um interesse em que o jovem ao ingressar no mercado de trabalho, e acreditando ter uma formação que lhe proporcionasse uma profissão – mesmo que precária – não tivesse interesse em ingressar em cursos de ensino superior, estes então seriam destinados à elite e não à classe trabalhadora, acentuando assim uma antiga e instaurada cultura: para a elite o trabalho intelectual, para os pobres o trabalho manual. Depois de alguns anos, na década de 1980, após algumas evidências do fracasso econômico que se instaurou com o governo da época, a profissionalização no ensino secundário passou de compulsória para opcional. O ensino técnico não pode sobressair-se ao humano, ambos os conhecimentos devem compor juntos a formação crítica, reflexiva e cidadã do indivíduo.

#### 4.2 A EDUCAÇÃO PROFISSIONALIZANTE COM A LEI 5.692/71 NO PARANÁ: O COLÉGIO ESTADUAL COSTA VIANA DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS E O COLÉGIO ESTADUAL VICTOR FERREIRA DO AMARAL DE CURITIBA, por Roberto Evair Falcioni

Interessante também comentar a dissertação de Roberto Evair Falcioni, que aborda sobre a educação profissionalizante com a Lei 5.692/71 em dois colégios paranaenses, porém, opta-se por não ressaltar este estudo mais dirigido às essas escolas, detendo-se a discutir os aspectos gerais da implementação da lei. O autor traz discussões acerca da obrigatoriedade do ensino secundário profissionalizante no país e suas consequências sociais e econômicas.

Relembrar a história da educação profissional no Brasil é sempre válida, lembrando de seu início com as Escolas de Aprendizes e Artífices e mais tarde a mudança para Institutos Federais e a instauração do SENAI como rede paraestatal de ensino profissionalizante, que atua até hoje. Durante todos os anos que se passaram e com as diversas mudanças e reformas referentes ao ensino profissionalizante no país, o modelo de educação sempre aparentou estar a serviço do capitalismo. Neste sentido, podemos refletir:

[...] ninguém pode realmente escapar da “formidável prisão” do sistema escolar, estabelecido simplesmente reformando-o. Pois o que lá estava antes de tais reformas mais cedo ou mais tarde será certamente reestabelecido devido ao fracasso absoluto em desafiar através de qualquer mudança institucional isolada a lógica agressiva global do próprio capital. O que precisa ser confrontado, e alterado fundamentalmente é *todo* o sistema de *interiorização*, com todas as suas dimensões visíveis e escondidas. Romper a lógica do capital no campo da educação é portanto sinônimo da substituir as formas omnipresentes e profundamente enraizadas na interiorização misticante por uma alternativa positiva abrangente. (MÉSZÁROS, 2007, p. 117)

Sendo assim, quando acontece o debate sobre educação e chega-se à conclusão de que ela sempre esteve e ainda está a favor de interesses capitalistas, econômicos e políticos, é nossa função como pesquisadores e educadores ter consciência da grande complexidade em que se encontra o nosso sistema de ensino, e quem sabe conseguir subsídios para uma possível mudança positiva futura. Obter inspirações em grandes pensadores da área, como o citado acima é uma alternativa de resistência.

Na década de 1950 com as mudanças no sistema econômico do país, através da transição de um sistema capitalista liberal protagonizado por pequenas e médias empresas, para um capitalismo monopolista com a vinda de grandes companhias estrangeiras, que tinham o intuito de se instalar aqui e obter mão-de-obra para realização de seus serviços, novos desafios profissionais surgiram e a procura pelo ensino superior para obter qualificação cresceu. Até mesmo a classe média passou a demonstrar interesse no ensino técnico que ainda possuía caráter também propedêutico, afim de obtenção de conhecimentos para um possível ingresso em um curso superior ou como forma de ascensão profissional para trabalhar nas empresas estrangeiras. Com essa crescente procura da classe média pela educação, e o aumento no ingresso ao ensino superior, houve uma crise na educação, e as vagas universitárias não eram compatíveis com o número de alunos.

Para tentar resolver esta crise várias atitudes foram tomadas, como a instauração de exames vestibulares para ingresso ao ensino superior, e a promulgação da Lei 5.692/71. Através dessa reforma educacional, o ensino secundário passou a ter caráter profissional de forma compulsória, colocando-se como etapa de terminalidade dos estudos, conseguindo assim uma contensão à procura pelo ensino superior, já que o aluno saia da escola com uma profissão,

pronto para o ingresso no mercado de trabalho. Como argumenta Falcioni (2010) “Sendo assim, a Lei n. 5.692/71 foi fruto de um processo de mudança do modelo econômico brasileiro, na tentativa de solucionar a crise educacional que foi engendrada por essa transformação do capitalismo no país.”

Devemos levar em consideração, além do cenário nacional, o que acontecia no planeta, quando a Lei 5.692/71 entrou em vigor. Acontecia a Guerra Fria, medo de bombas nucleares, medo de uma terceira guerra mundial, mundo dividido entre capitalistas e socialistas, uma onda de regimes militares em vários países, e o Brasil era um deles. Os Estados Unidos tinham um interesse em países da América Latina, principalmente o Brasil, e por isso ajudaram no quesito industrialização e investimentos, para manutenção do capitalismo. Esses investimentos tiveram relevância na idealização da Lei 5.692/71, houveram acordos entre o MEC e a Agency for International Development (USAID), com investimentos para a educação técnica no Brasil. Neste cenário, a população brasileira passava por um sentimento de combinação entre medo da repressão do Estado e euforia devido ao crescimento econômico.

O governo militar que ficou no poder de forma antidemocrática por anos, gostava de passar uma imagem positiva à população, conseguindo assim o seu apoio. Como descreve Saviani (1996) “[...] autoritarismo triunfante, onde a violência estatal, a censura, a repressão andariam lado a lado com a legitimação e apoio da sociedade”.

Porém, existiam grupos de esquerda que clamavam e lutavam por eleições diretas, sendo chamados de subversivos, e muitas vezes punidos severamente.

No campo das ideias, a década de 1970 foi marcada pela censura e falta de liberdade intelectual nos movimentos estudantis, grêmios estudantis, e também pelo enfraquecimento da militância política. Este período ficou caracterizado pela censura na imprensa, pela proibição da livre circulação de ideias (consideradas “subversivas” pelo governo), pela proibição do funcionamento dos partidos de esquerda e pelo posicionamento de clandestinidade dos mesmos pelo governo. (FALCONI, 2010, p. 35)

Diante disso, a implementação da Lei 5.692/71 foi conduzida sem diálogo com os educadores, de maneira autoritária. A busca pela formação profissional para atendimento ao mercado de trabalho fez com que o ensino tivesse caráter puramente técnico, deixando de lado conhecimentos que possibilitam reflexões, questionamentos e conteúdos críticos que a educação geral proporcionava.

A Lei n. 5.692/71 foi originada pelo Decreto n. 66.660 de 20 de maio de 1970, onde o então Presidente da República general Emílio Garrastazu Médici instituía a criação de um “Grupo de Trabalho no Ministério da Educação e Cultura para estudar, planejar e propor medidas para a atualização e expansão do Ensino Fundamental e do Colegial” (SAVIANI, 1996, p. 105).

A reforma educacional foi recebida por estudantes e professores de forma pacífica, até porque existiam severas punições para quem discordasse ou liderasse algum tipo de movimento contrário à ordem. O próprio presidente do Brasil na época, Emílio Garrastazu Médici, se pronunciou contra o ensino propedêutico, alegando ser puramente científico e de forte carga horária, apoiando o ensino técnico argumentando ser mais necessário à qualificação para o mercado de trabalho. Houve um aumento no número de estudantes que frequentavam o ensino de segundo grau, porém a educação oferecida era de baixa qualidade. Taxas de evasão e repetência permaneceram em níveis elevados.

Existiam três tipos de escolas: as que já antes da promulgação da lei ensinavam educação profissional com qualidade, as escolas particulares que ensinavam conteúdos propedêuticos para as elites mesmo de forma camuflada, e as escolas públicas que não tinham as mínimas condições de ensinar de forma profissional e nem propedêutica, ofertando assim um ensino com má qualidade. Segundo Falcioni, a Lei 5.692/71 reforçou a desigualdade social, prejudicou o ensino público, fortaleceu a esfera de ensino privado e desvalorizou o ensino técnico.

O fracasso da Lei 5.692/71 ocorreu devido a vários fatores. A primeira incoerência era a antecipação do ensino profissional para o ensino fundamental em escolas que não haveria possibilidade de continuidade dos estudos por falta de recursos. A segunda incoerência trata-se da falta de descrição em como ocorreria a avaliação dos alunos para o ingresso no mercado de trabalho. E a terceira aponta para que o ensino geral no segundo grau devesse ter um caráter instrumental e útil, para assim ser valorizado. Segundo Germano (2000), mais um dos motivos para o fracasso do ensino profissionalizante foi “[...] não implantação efetiva da profissionalização nas escolas da rede pública, por falta de recursos, sendo simplesmente descartada (com raras exceções) pela rede privada”. O número de cursos que deveriam ser oferecidos não chegou nem perto de ser efetivado, os currículos não satisfaziam as necessidades das indústrias, a falta de investimentos do governo para que a lei fosse implementada com sucesso não aconteceu. Depois de alguns anos o governo militar teve que admitir que manter o ensino profissional de forma obrigatória era impossível. Em 1982 a Lei 5.692/71 foi revogada e passa a valer a Lei 7.044, colocando o ensino profissional não mais como obrigatoriedade.

4.3 OS CONFLITOS ENTRE OS DIFERENTES PROJETOS DE SOCIEDADE E OS IMPACTOS NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA (EPT), por Adriana Peixoto de Oliveira e Ludmila da Matta

Dentre os artigos pesquisados que fazem referência à Lei 5.692/71, o de Adriana Peixoto de Oliveira e Ludmila da Matta adquire destaque por sua importância para a educação. O artigo aborda sobre os conflitos dentre os diferentes modelos de sociedade e seus impactos na educação profissional e tecnológica, abordando também a parte histórica. As autoras iniciam o artigo relatando sobre alguns aspectos estruturais da sociedade, em como ela estava organizada no período da República. Havia os latifundiários cafeicultores que eram a elite da época; havia os ex-escravos e seus descendentes que não tinham como garantir sua subsistência no momento; também os imigrantes que trabalhavam nas fábricas, e os que trabalhavam no campo mas estavam migrando para a cidade em decorrência da crise de superprodução vivida pelo café.

Com todo esse quadro social problemático, o Estado criou as primeiras escolas de ensino profissional afim de dar uma ocupação para aqueles que eram “desvalidos da sorte e da fortuna”. Segundo Kuenzer (2007) “a finalidade moral de repressão: educar pelo trabalho, os órfãos, pobres, e desvalidos da sorte, retirando-os das ruas.”. Esses, poderiam ser potenciais destruidores da ordem e, por isso, em 1909 Nilo Peçanha determinou a criação de dezenove Escolas de Aprendizes e Artífices em diferentes estados brasileiros. Essas escolas são o início das instituições ofertantes de ensino profissional do país.

Mais tarde, no governo de Getúlio Vargas, a evidência de que a agroexportação não dava mais conta da economia do país levou à uma onda de industrialização e urbanização. As escolas profissionais haviam de formar trabalhadores para a indústria, tendo assim o seu fortalecimento. O dualismo estava presente no sistema educacional brasileiro, acentuando a dicotomia entre trabalho intelectual X trabalho manual. Segundo Ciavatta:

Esse dualismo toma um caráter estrutural especialmente a partir da década de 1940, quando a educação nacional foi organizada por leis orgânicas, segmentando a educação de acordo com os setores produtivos e as profissões, e separando os que deveriam ter o ensino secundário e a formação propedêutica para a universidade e os que deveriam ter formação profissional para a produção. (CIAVATTA, 2005. p. 4)

Em 1942 o Ministro de Vargas, Gustavo Capanema, consolidou e fortaleceu o ensino profissional através de reformas. Foi então que ficou evidente uma divisão no ensino profissional: uma mantida pelo governo, e outra mantida pelo setor privado. Nesse mesmo ano, houve a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e mais adiante no governo Dutra, o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC). Como vimos em outros trabalhos, esse período ficou marcado pela formação profissional destinada aos pobres, que não tinham condições de frequentar o ensino secundário que nesta época era propedêutico.

Sem ter condições de ingressar no ensino superior, os formados tinham a única opção de ingressar no mercado de trabalho.

Mais tarde o governo de Juscelino Kubitschek implementou um Plano de Metas. A economia industrial estava avançada, onde haviam multinacionais, empresa privada nacional e a empresa pública. Houve um salto industrializante no país. Com uma maior necessidade de mão de obra, a educação profissional foi mais uma vez fortalecida e expandida. Porém a realidade social, política e econômica sofreu uma grande alteração com o golpe que conduziu os militares ao poder, instaurando um regime de autoritarismo e combate aos movimentos de esquerda. Capitais estrangeiros entraram no país.

Através do milagre econômico que se instaurou no país devido às medidas tomadas pelo governo dos militares, e para atendimento à esse novo cenário, houve a necessidade de investimento na qualificação de mão de obra para atendimento ao mercado. Segundo as autoras Matta e Oliveira (2017) “diante desse quadro, a educação profissional foi encarada como fundamental para a promoção do crescimento industrial e, conseqüentemente, deveria se adequar aos anseios do sistema produtivo.” Nesse momento, houveram os acordos MEC USAID, já comentados anteriormente, que visavam reestruturar a educação brasileira afim de atender o mercado de empresas internacionais que se instalaram no país. Nesse contexto, foi implementada a Lei 5.692/71, para atender a demanda de interesse na educação profissional. Como ressaltam as autoras do artigo em questão “a partir da LDB 5692/71, os cursos primário, ginásial e colegial foram transformados em 1º grau e 2º grau; extinguiu-se a admissão ao ginásio; ampliou-se a escolarização inicial; e ocorreu estabelecimento da profissionalização obrigatória no 2º grau.” Porém como já vimos, a implantação dessa lei sem investimento nas escolas públicas acabou por enfraquecer o ensino médio, não oferecendo qualidade no ensino profissional nem ofertando o propedêutico. A transição da ditadura para a democracia fez com que houvesse necessidade de mudança no campo educacional. Em 1988 começaram as discussões sobre um novo modelo de educação que foi efetivado em 1996 pela nova Lei de Diretrizes e Bases (LDB) que contemplou apenas a educação básica e superior, deixando a educação profissional de fora.

Durante o governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC), instalou-se a lógica neoliberal no país e a mudança de nossa moeda para o Real. Houveram muitas privatizações e venda de patrimônios públicos ao capital estrangeiro, o que ocasionou mais desnacionalização e desempregos. Embora tudo o que estava acontecendo tenha sido apresentado como uma reforma, o que parecia mesmo era uma contrarreforma, com uma tentativa de combater conquistas da Constituição de 1988 que foram fruto de movimentos dos trabalhadores.

Houve separação de vez entre a educação em nível médio e a educação profissional. O ensino médio passou a ter seu caráter propriamente propedêutico e o ensino profissional passou a ser oferecido de forma integrada de duas maneiras: concomitante, onde o estudante teria dois currículos em separado, um para o ensino médio normal e outro para curso profissionalizante, a educação acontecia ao mesmo tempo, podendo ser na mesma instituição ou em instituições distintas. A segunda maneira seria o ensino profissional de forma subsequente, destinado aos estudantes que já haviam terminado o ensino médio regular.

A mudança para o governo Lula fez com que profissionais da educação tivessem esperança na modificação do modelo educacional, movimentos sociais e de pesquisadores tomaram força. Houve a volta da educação profissional de forma integrada – que havia sido deixada de lado no governo FHC – e as modalidades concomitantes e subsequentes foram mantidas. Mesmo com toda a expectativa de uma educação pautada em emancipação e politécnica, ela não aconteceu. A revisão da LDB de 1996 também não aconteceu.

Apesar disso, a expansão da rede federal de ensino profissional ficou evidente. Várias escolas técnicas federais foram criadas no governo Lula. Sendo assim, durante os dois governos Lula houve um significativo aumento no número de escolas técnicas federais, consolidando assim a preocupação e investimento por parte do governo no ensino profissional. Apesar desses investimentos houve certa ambiguidade, como comentam as autoras:

Por um lado, demonstrava alguma preocupação com a inserção das classes populares em políticas públicas que dessem conta de atender a essa parcela da população tradicionalmente excluída dos benefícios sociais; por outro, adequou-se às demandas do neoliberalismo, reforçando o papel do país na divisão internacional do trabalho de forma subordinada à economia internacional globalizada. (OLIVEIRA E MATTA, 2017, p. 244)

Sendo assim, pode-se ver que a oferta de educação sempre esteve e ainda está à mercê do mercado, e a dualidade estrutural permanece mesmo com todas as tentativas de superação.

#### 4.4 O CURRÍCULO ESCOLAR NAS LEIS 5.692/71 E 9.394/96: QUESTÕES TEÓRICAS E DE HISTÓRIA, por Fernanda Pinheiro Mazzante

Por fim, podemos destacar o artigo publicado por Fernanda Pinheiro Mazzante, que escreve sobre questões teóricas e de história sobre o currículo escolar nas Leis 5.692/71 e 9.394/96, porém daremos maior ênfase referente à Lei 5.692/71, objeto deste estudo. Tal artigo ressalta aspectos referentes à criação da Lei 5.692/71:

A lei 5692/71, elaborada e promulgada com o objetivo de reestruturar os níveis de ensino fundamental e médio, tinha uma clara intenção eminente do contexto nacional da década de 1970: reordenar o sistema educacional básico do país que, naquela

conjuntura política, fora considerado elemento importante na realização de uma nova ordem social, política e econômica que havia sido desperta frente às portas do militarismo em proeminência. (MAZZANTE, 2005, p. 72)

Naquele momento, o país passava por um regime autoritário e não democrático. A promulgação da lei tomou formato de Reforma Educacional. A lei que tinha por objetivo cuidar da educação nacional de primeiro e segundo grau, foi apresentada e aprovada em um curto período de tempo, sem diálogo com estudantes, professores ou comunidade. Segundo a autora (Mazzante, 2005) “[...] a educação, como mediadora da formação do povo destinado ao avanço da nação, torna-se, portanto, alvo da preocupação do Novo Estado em formação.” Era evidente a não neutralidade que o currículo da lei apresentava, já que o Estado tinha plenos interesses nesta reforma educacional, afim de promover e legitimar o crescimento econômico do país. Como enfatiza a autora (Mazzante, 2005) “O currículo desta lei tinha em vista a execução do Projeto Educacional a partir do Projeto Nacional, cuja função era a integração da nação e a construção da ‘democracia’ dentro da ordem do *Estado burocrático – autoritário*.”

Mais uma vez aparece neste artigo menção à Teoria do Capital Humano, colocando a educação durante o regime militar à favor desta, e enfatizando que a globalização entende a pobreza e a desigualdade como sinônimos de diversidade. A existência da pobreza é vista como um desvio, e não como base fundante do capitalismo. Nesse sentido, a educação fica à mercê do contexto econômico, político e social do país.

No quesito organização curricular, a Lei 5.692/71 foi composta por oito capítulos. Foi uma Reforma Educacional referente à educação básica. Contou com uma parte comum e uma parte diversificada, grandes linhas centradas em conteúdos. O ensino de segundo grau tornou-se totalmente profissionalizante. O egresso saía com um diploma de auxiliar técnico para cursos de três anos e de técnico para cursos de quatro anos. Através da análise da autora, fica evidente a não neutralidade do ensino, visto que a educação é alvo de disputas. Fica evidente também que os interesses econômicos, políticos e sociais são tidos como mais importantes do que os interesses humanos.

Através da análise mais aprofundada em algumas publicações, como fizemos neste capítulo, pudemos constatar a relevância da Lei 5.692/71 para a educação profissional e tecnológica e assim adquirir conhecimento sobre a história da educação brasileira, que no passado teve grandes influências econômicas, sociais e políticas, e constatar que o presente também é um momento de grande luta em nome da qualidade da educação.

## 5 CONCLUSÃO

Analisar os trabalhos escritos por pesquisadores do sul brasileiro possibilitou compreender o percurso da educação profissional e tecnológica ao longo do período republicano. Tal pesquisa consistiu em um mapeamento de muitas publicações acerca do assunto e um detalhamento maior sobre as principais publicações sobre o tema.

Ao longo desta pesquisa, pôde-se averiguar o número de publicações referentes à educação profissional e tecnológica no banco de dados de sites como o da CAPES e da SCIELO, onde podemos concluir que dentre os três estados do sul do país, o estado do Paraná é o que detém o maior número de pesquisas relacionados ao tema desta discussão. Comparar numericamente os três estados foi uma das tarefas deste trabalho, detalhar com profundidade as publicações de cada estado, além de apresentar e discutir algumas delas.

No primeiro capítulo que tratou de um balanço sobre os impactos da Lei 5.692/71 na educação profissional e tecnológica no banco de teses e dissertações da CAPES, pudemos observar o grande número de publicações referentes à trabalhos de conclusão de mestrados e doutorados que fazem jus ao tema desta pesquisa, a abordagem utilizada neste trabalho em dividir esses trabalhos por temas tornou-se um filtro que ajudou a agrupar pesquisas com objetivos em comum, utilizando esse método tanto no primeiro quanto no segundo capítulo. No segundo capítulo que tratou de um mapeamento da produção existente sobre o tema disponível nos bancos de dados: revistas científicas disponíveis online, pudemos averiguar que vários artigos foram importantíssimos no quesito de propor discussões sobre a educação profissional e tecnológica. Finalmente no terceiro capítulo, pudemos realizar a síntese sobre as principais publicações sobre o tema, resultando em um grande apanhado de informações e uma variação de pontos de vista abordados por diversos autores, que conversam e concordam em vários pontos.

A metodologia utilizada foi o acesso aos bancos de dados disponíveis online, tanto para as dissertações ou teses quanto para as revistas científicas. O tema digitado para pesquisa foi: Lei 5.692/71. O acesso aos sites da CAPES e SCIELO foram exitosos, abrangendo um grande número de pesquisas. Porém como são sites online, apresentam alguns problemas como instabilidade e deficiência em disponibilização de alguns tipos de filtros. O site da SCIELO, por exemplo, não dispunha do filtro região, fazendo com que o trabalho de identificação regional fosse manual e demandou bastante tempo. Outro problema encontrado foi a não transparência das referências nos artigos, que fez com que vários ficassem fora desta pesquisa por não demonstrar claramente onde ocorreu sua publicação.

Algumas melhorias e sugestões para futuros trabalhos relacionados ao tema educação profissional e tecnológica seriam relacionados a um maior aprofundamento aos trabalhos aqui publicados. Talvez com um tempo maior isso seja possível, visto que esta pesquisa trata-se de um trabalho de conclusão de curso de pós graduação em nível de especialização, outros trabalhos com carga horária maior como mestrados e/ou doutorados poderiam utilizar este tema de pesquisa para maiores aprofundamentos. Também destaco que a atual conjuntura da educação brasileira requer estudos nesta área, pois com a nova reforma de ensino promulgada através da Lei 13.415/17 estabelece a inclusão do ensino técnico nas escolas públicas estaduais e particulares referentes ao currículo do ensino médio, e isso faz com que tenhamos que nos tornar mais críticos e reflexivos a respeito desse modelo de ensino. Estudar sobre a história da educação profissional e tecnológica ajudaria a obter uma maior compreensão sobre os percalços que essa reforma poderia ocasionar na educação brasileira. Encontrar proximidades e distâncias entre as Leis 5.692/71 e 13.415/17 seria uma possibilidade de estudos.

Desenvolvendo melhor essa ideia, naquela época (1971) o país encontrava-se em uma situação de emergência, apresentava altos índices de pobreza e analfabetismo, e precisava de qualificação de mão-de-obra. Para isso, utilizou a educação como alvo, já que esta, como estava apresentada, era tida como ineficaz devido aos altos índices de repetência e evasão escolar. A segunda LDB (Lei de Diretrizes e Bases) direcionou o ensino profissional, com a implantação da profissionalização do 2º grau. Naquele momento, o crescimento econômico estava ligado ao capital estrangeiro. Com a industrialização, era necessário ter pessoas preparadas para o mercado. O desejo obscuro dos governantes, era de conter a facilitação referente ao acesso ao ensino superior e encaminhar esses jovens para o mercado de trabalho que, por sua vez, garantia atender à demanda de formação desses técnicos.

Com isso todas as instituições de ensino da época, tanto públicas quanto privadas, tiveram que reformular seus planos de ensino, reestruturando currículos, metodologias e algumas estruturas físicas. Os profissionais da educação contaram com novos modelos de formação, tudo para atender à ordem do governo. Muitas escolas particulares não sentiram-se na obrigação de atender às exigências da lei, pois o ensino propedêutico e a preparação para o ensino superior era seu principal foco.

A falta de investimentos e de estrutura tanto física quanto profissional, a resistência das escolas privadas, o descontentamento dos estudantes e a falta de oportunidades de estágio - que as empresas deveriam oferecer - fez com que uma geração de estudantes fosse afetada, pois o ensino tornou-se um “faz de conta”, já que apenas algumas escolas-piloto possuíam materiais e laboratórios específicos para os cursos. Pela forma em que houve a implementação dessa lei,

sem preparação e sem diálogo entre professores e governantes, dificilmente os seus objetivos seriam alcançados. Então, o que aconteceu foi o fracasso desse sistema de ensino e, em 1982 a lei 5.692 foi derrubada e substituída pela lei 7.044, colocando o ensino profissionalizante não mais como uma obrigatoriedade, e sim como uma alternativa.

Por sua vez, a Lei 13.415/17 (atual Reforma do Ensino Médio) está vinculada à aprovação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e inclui o ensino integral, técnico profissionalizante nas redes públicas e particulares de ensino. Tem sido alvo de muitas discussões na sociedade em geral, nas escolas e nas universidades. O “novo ensino médio” como está sendo chamado, foi proposto com a justificativa de que o ensino médio vigente no país está em crise, levando em consideração aspectos como evasão escolar, índices de repetência, excesso de conteúdos, excesso de disciplinas e desejo de flexibilização do currículo.

O sistema atual do ensino médio é formulado por doze disciplinas, decorrentes em um total de três anos. O ensino propedêutico em vigor ainda atualmente será modificado. O educando poderá escolher as disciplinas que deseja estudar, que na lei denominam-se itinerários formativos. Sem maturidade suficiente desses adolescentes e jovens, isso pode acabar causando um estreitamento curricular e conseqüentemente uma geração colapsada, isso significaria uma geração sem condições fundamentais de garantir a própria existência social, culminando em sentimentos de derrota e fracasso pessoal, afetando assim toda uma sociedade. A formação ideal deveria ser integral, omnilateral, plena, que atenda realmente aos interesses da classe trabalhadora, e não da maneira como está sendo colocada, gerando um grande desafio às instituições, principalmente públicas, deste país.

Outro ponto polêmico da Lei 13.415/17 é a retirada de disciplinas críticas do currículo. Um estudante que não seja capaz de pensar e refletir sobre a sua situação, colocando apenas português e matemática como obrigatoriedade, faz com que persista a ideia de que esta reforma é regressiva, e poderá ocasionar um trabalhador com uma visão estreita do mundo. A presente reforma, sancionada pela lei 13.415 é preocupante, pois vem acompanhada pela reforma trabalhista, reforma previdenciária, lei da terceirização e congelamento dos gastos públicos por vinte anos, além da neutralidade do ensino abordada pela escola sem partido. O intuito é para que não falte mão-de-obra barata no mercado, e que esta mão-de-obra fique cada vez mais barata, já que a superoferta também gera desemprego. A educação em si não é a grande preocupação dos governantes brasileiros, o que está em jogo é o mercado. Logo, fica evidente a articulação com as demais reformas burguesas abordadas acima, tratando a educação como uma mercadoria, e mais uma vez indo ao encontro da teoria do capital humano.

Outra questão a ser pontuada em relação à lei 13.415/17 é a inserção de profissionais com notório saber nas instituições de ensino. A polêmica é legítima, visto que o profissional com apenas notório saber acarreta um certo clima de desconfiança, causa a sensação de desqualificação, improvisação, precarização e adestramento. Embora não ter profissionais qualificados pareça um projeto, uma intencionalidade para obtenção de trabalhadores despolitizados com defasagem de conteúdos e defasagem na qualificação profissional, precisamos resistir e continuar lutando por uma educação pública, gratuita e de qualidade.

Outro ponto desafiador sobre a implantação do novo ensino médio, e conseqüentemente o ensino técnico em tempo integral, é o estado de precariedade em que se encontram as estruturas físicas das instituições de ensino. Hoje as escolas (principalmente a rede pública) ofertam o ensino regular, ou seja, os alunos permanecem no ambiente escolar apenas por um período, com algumas exceções como o ensino médio inovador ou outros programas/projetos. A lei 13.415 amplia a carga horária para os estudantes. Na situação em que vivem hoje esses profissionais da educação e alunos, que encontram-se sem estruturas físicas adequadas, sem material escolar e de secretaria e até mesmo algumas vezes sem alimentação digna, aumentar o tempo de permanência dos alunos na escola somente causaria frustrações e uma má qualidade de ensino, visto que a reforma está sendo implementada sem preparos prévios.

Deste modo, analisando essas duas leis podemos observar que existem paralelismos, similaridades, proximidades e distâncias entre elas, sendo que uma investigação acerca desses pontos valeria muito a pena para que pudéssemos entender com mais clareza o momento histórico vivenciado pela educação em 1971 e o que estamos vivendo agora.

Este trabalho contribuiu para que pudéssemos obter dados sobre quais os tipos de pesquisas estão sendo realizadas sobre a educação profissional e tecnológica no sul do Brasil. Tal pesquisa se faz interessante porque além de mapear as publicações existentes, faz comparações, apresenta dados através de números, gráficos, explora a profundidade das pesquisas em relação a referida lei, além de apresentar resumos e discussões acerca das publicações consideradas mais importantes sobre o assunto. Conclui-se que esta pesquisa atingiu o seu objetivo de cartografar os estudos realizados no sul do Brasil acerca dos impactos da Lei 5.692/71 na educação profissional tecnológica.

## REFERÊNCIAS

CIAVATTTA, Maria. A formação integrada: a escola e o trabalho como lugares de memória e de identidade. In: \_\_\_\_\_. (org.); FRIGOTTO, G (org.); RAMOS, M. (org.). **Ensino médio integrado: concepção e contradições**. São Paulo: Cortez, 2005. p. 21-56.

CIAVATTA, MARIA. **Trabalho como princípio educativo**. Disponível em: <[http://www.epsjv.fiocruz.br/upload/d/trab\\_princ\\_educativo.pdf](http://www.epsjv.fiocruz.br/upload/d/trab_princ_educativo.pdf)> Acesso em: 11 Jan 2019.

COAN, Marival. **Formação Profissional e Politecnia**. Florianópolis: Ifsc, 2014. 80 p.

DANTAS, Jeferson Silveira. **Competências e Habilidades no Curso de Formação de professores das séries iniciais de Nível Médio em Santa Catarina: uma análise no contexto das leis 5.692/71 e 9.394/96**. 2002. 169 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Educação, Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002.

FALCIONI, Roberto Evair. **A EDUCAÇÃO PROFISSIONALIZANTE COM A LEI N. 5.692/71 NO PARANÁ: O COLÉGIO ESTADUAL COSTA VIANA DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS E O COLÉGIO ESTADUAL VICTOR FERREIRA DO AMARAL DE CURITIBA**. 2010. 105 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em Tecnologia, Programa de Pós-graduação em Tecnologia, Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, 2010.

FERRETTI, Celso João. CONSIDERAÇÕES SOBRE A APROPRIAÇÃO DAS NOÇÕES DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL PELOS ESTUDOS A RESPEITO DAS RELAÇÕES ENTRE TRABALHO E EDUCAÇÃO. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 25, n. 87, p.401-422, maio/ago 2004.

GERMANO, José Willington. **Estado Militar e educação no Brasil**. 3ª Ed. São Paulo: Cortez, 2000.

KUENZER, Acácia Z. (org). **Ensino Médio: construindo uma proposta para os que vivem do trabalho**. São Paulo: Cortez, 2007.

**Lei 5.692/71**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L5692.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L5692.htm)> Acesso em: 19 Ago 2017.

**Lei 13.415/17**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2017/Lei/L13415.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13415.htm)> Acesso em: 01 Mai 2018.

MATTOS, Carmen Lucia Chaim. **EDUCAÇÃO E CIDADANIA: VÍNCULOS POSSÍVEIS**. 2007. 126 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Educação, Políticas Públicas e Gestão da Educação, Universidade Tuiuti do Paraná, Curitiba, 2007.

MAZZANTE, Fernanda Pinheiro. O currículo escolar nas leis 5692/71 e 9394/96: questões teóricas e de história. **História da Educação**, Pelotas, n. 18, p.71-81, 2005.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom; HOLANDA, Fabíola. **História oral: como fazer, como pensar.** São Paulo: Contexto, 2007.

MÉSZÁROS, Istvan. A Educação para além do capital. **Revista Theomai: Estudos Críticos sobre Sociedade e Desenvolvimento**, Buenos Aires, n. 15, p.107-130, 2007.

MINTO, Lalo Watanabe. **Teoria do capital humano.** Verbetes. Disponível em: <[http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/glossario/verb\\_c\\_teor%C3%ADa\\_%20do\\_capital\\_humano.htm](http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/glossario/verb_c_teor%C3%ADa_%20do_capital_humano.htm)> Acesso em 10 mar. 2011.

NASCIMENTO, Manoel Nelito M. ENSINO MÉDIO NO BRASIL: DETERMINAÇÕES HISTÓRICAS. **Uepg Ci. Hum. Ci. Soc. Apl., Ling., Letras e Artes**, Ponta Grossa, v. 15, n. 1, p.77-87, jul. 2007.

OLIVEIRA, Adriana Peixoto de; MATTA, Ludmila da. Os conflitos entre os diferentes projetos de sociedade e os impactos na educação profissional tecnológica (EPT). **Revista Brasileira de Planejamento e Desenvolvimento**, Curitiba, v. 6, n. 2, p.234-249, 2017.

SAVIANI, Dermeval. **Política e Educação no Brasil: o papel do Congresso Nacional na legislação do ensino.** 3ª ed. São Paulo: Autores Associados, 1996.

SILVA, Adnilson José da. **O ENSINO SECUNDÁRIO PROFISSIONALIZANTE NAS DÉCADAS DE 1970 E 1980: ASPECTOS DA LEI 5.692/71.** 2006. 95 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em Educação, Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2006.

SOARES, Tarissa Corrêa Stern. **O ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA NO COLÉGIO CATARINENSE A PARTIR DA LDB 5.692/71: O EMBATE ENTRE O DISCURSO DA MUDANÇA E O DISCURSO DA TRADIÇÃO.** 2015. 83 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Pós-graduação em Linguística, Linguística, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

**Teoria do Capital Humano.** Disponível em: <[http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/glossario/verb\\_c\\_teor%C3%ADa\\_%20do\\_capital\\_humano.htm](http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/glossario/verb_c_teor%C3%ADa_%20do_capital_humano.htm)> Acesso em: 10 Jan 2019.

VALÉRIO, Telma Faltz. **A REFORMA DO 2º GRAU PELA LEI 5692/71 NO PARANÁ: REPRESENTAÇÕES DO PROCESSO.** 2007. 107 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Educação, História e Historiografia da Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2007.

VIANA, Iêda. A intervenção de intelectuais na reforma educacional do governo militar: discursos e práticas nas escolas municipais de Curitiba. **Antíteses**, Londrina, v. 8, n. 15, p.243-268, 2015. Semestral.

ZANLORENSE, Maria Josélia; NASCIMENTO, Maria Isabel Moura. O ESTADO DO CONHECIMENTO SOBRE AS ESCOLAS TÉCNICAS DE 1987 A 2010. **Pontifícia Universidade Católica do Paraná: X Congresso Nacional de Educação - EDUCERE**, Curitiba, p.8707-8721, 2011.

## **APÊNDICES**

**APÊNCICE A – DISSERTAÇÕES E TESES NÃO ENCONTRADAS NA ÍNTEGRA,  
BUSCA EM 14 DE OUTUBRO DE 2017, ESTADOS DO PARANÁ E RIO GRANDE  
DO SUL**

VIANA, Iêda. **Artes de fazer na reforma escolar: o projeto de estudos sociais a partir da longa duração em Curitiba (1970-1980)**' 01/10/2006 236 f. Doutorado em Educação. Instituição de Ensino: Universidade Federal do Paraná, Curitiba. Biblioteca Depositária: Biblioteca Central da Universidade Federal do Paraná.  
**Trabalho anterior à Plataforma Sucupira**

Melo, Taciana Soares Rosa. **Estereótipos de Gênero em Livros Didáticos de Inglês das Décadas de 1960, 1970 e 1990: Implicações na Prática Docente**' 26/02/2014 152 f. Mestrado em Educação. Instituição de Ensino: Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba. Biblioteca Depositária: Biblioteca Central da PUCPR.

MAGNANI, Elisangela Furlan Mansano. **O Ensino de Educação Artística Durante a Ditadura Civil-Militar Brasileira: Impactos da Legislação Educacional**' 24/07/2015 181 f. Mestrado em Educação. Instituição de Ensino: Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel. Biblioteca Depositária: Unioeste - Campus de Cascavel.

TEBCHERANI, Marisete Mazurek. **Estudo da Educação Básica de Jovens e Adultos para o Ensino Médio na Rede Pública Estadual na Cidade de Ponta Grossa**' 01/03/2001 187 f. Mestrado em Educação. Instituição de Ensino: Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa. Biblioteca Depositária: CIPP. **Trabalho anterior à Plataforma Sucupira**

CHAVES, Willians James Lucio. **Educação Física Escolar: da Obrigatoriedade à Negligência Corporal**' 01/04/2002 104 f. Mestrado em Educação. Instituição de Ensino: Universidade Estadual de Maringá, Maringá. Biblioteca Depositária: BCE - Biblioteca Central da UEM. **Trabalho anterior à Plataforma Sucupira**

FERLIN, Raquel Ardaís Medeiros. **As complexidades da sociedade contemporânea e a formação de professores em uma perspectiva reflexiva**' 25/09/2015 84 f. Mestrado em Educação. Instituição de Ensino: Fundação Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo. Biblioteca Depositária: UPF

COSTA, Eliane Amaral. **Tecnologias de Informação e Comunicação, Saberes e Ensino de Produção de Texto no Ensino Médio'** 18/03/2015 171 f. Mestrado em Educação nas Ciências. Instituição de Ensino: Univ. Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Ijuí  
Biblioteca Depositária: MARIO OSORIO MARQUES.

**APÊNDICE B – DISSERTAÇÕES E TESES NÃO ENCONTRADAS NA ÍNTEGRA,  
BUSCA EM 06 DE JANEIRO DE 2018, ESTADO DO PARANÁ**

BABY, Sandra Maria. **Os Cursos de Estudos Adicionais: Algumas Reflexões.**' 01/08/1992 58 f. Mestrado em Educação. Instituição de Ensino: Universidade Federal do Paraná, Curitiba  
Biblioteca depositária: Undefined.

LIBLIK, Ana Maria Petraitis. **Sobre a Contribuição do Ensino do Desenho Geométrico nas Artes e na Matemática: a Importância da Integração Curricular.**' 01/03/1996 169 f. Mestrado em Educação. Instituição de Ensino: Universidade Federal do Paraná, Curitiba.  
Biblioteca Depositária: Edifício Dom Pedro I- HE.

MARTINS, Cláudia Regina Kawka. **O Ensino de História no Paraná, na Década de Setenta: legislações e Práticas**' 01/12/1999 134 f. Mestrado em Educação. Instituição de Ensino: Universidade Federal do Paraná, Curitiba. Biblioteca Depositária: Biblioteca Central da UFPR.

LEFFER, Maria Francisca Vilas Boas. **Alfabetização Estética: Arte na Vida...Vida na Arte...Arte-Educação.**' 01/11/2000 229 f. Mestrado em Educação. Instituição de Ensino: Universidade Federal do Paraná, Curitiba. Biblioteca Depositária: Biblioteca Central da UFPR.

CAMARGO, Maria José Gugelmin de. **A Prática Pedagógica do Professor-Supervisor de Estágio: Um Estudo com Professores-Supervisores de 4º Ano dos Cursos de Fisioterapia, Terapia Ocupacional e Fonoaudiologia**' 01/08/2002 146 f. Mestrado em Educação. Instituição de Ensino: Universidade Tuiuti do Paraná, Curitiba. Biblioteca Depositária: Biblioteca da UTP.

SANTOS, Marcio Dolizete Mugnol. **A Disciplina Filosofia da Educação no Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Paraná (UFPR) nos Anos de 1970 e 1990**' 01/02/2003 117 f. Mestrado em Educação. Instituição de Ensino: Universidade Tuiuti do Paraná, Curitiba. Biblioteca Depositária: Biblioteca da UTP.

WEGNER, Rosemari Sandra. **O Processo Pedagógico do Curso de Fisioterapia da Universidade Tuiuti do Paraná na Percepção dos Egressos**' 01/08/2002 79 f. Mestrado em

Educação. Instituição de Ensino: Universidade Tuiuti do Paraná, Curitiba. Biblioteca Depositária: Biblioteca da UTP.

ZEM, Maria Lucia Bassa. **As Políticas Educacionais no Contexto da Escola Normal, no Período de 1956 a 1979, no Município de São José dos Pinhais'** 01/12/2004 126 f. Mestrado em Educação. Instituição de Ensino: Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba. Biblioteca Depositária: Biblioteca Central da PUCPR.

GEMI, Cassiane. **A Primeira Escola de Formação de Professores em Pato Branco: 1960-1986, e o Desenvolvimento Econômico, Social e Educacional da Região Sudoeste do Paraná.'** 01/02/2012 134 f. Mestrado em Educação. Instituição de Ensino: Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba. Biblioteca Depositária: Biblioteca Central da PUCPR.

ZAPP, Univaldo. **Educação para a cidadania e desenvolvimento da consciência crítica no ensino técnico: análise e proposição da prática pedagógica a partir da experiência do CEFET-PR, de 1971 a 1996'** 01/08/2003 105 f. Mestrado em Educação. Instituição de Ensino: Universidade Federal do Paraná, Curitiba. Biblioteca Depositária: Biblioteca Central da Universidade Federal do Paraná.

SOUZA, Ana Lúcia Martins de. **Formação em serviço para professores primários da Rede Pública Estadual do Paraná: os modelos e as práticas de ensinar - (1970-1989)'** 01/04/2002 142 f. Mestrado em Educação. Instituição de Ensino: Universidade Federal do Paraná, Curitiba. Biblioteca Depositária: Biblioteca Central da Universidade Federal do Paraná.

**APÊNCICE C – DISSERTAÇÕES E TESES NÃO ENCONTRADAS NA ÍNTEGRA,  
BUSCA EM 07 DE JANEIRO DE 2018, ESTADOS DO RIO GRANDE DO SUL E  
SANTA CATARINA**

RODRIGUES, Eduardo Magrone. **Evasão Escolar no Ensino Noturno de 2. Grau: um Estudo de Caso'** 01/05/1994 220 f. Mestrado em Educação. Instituição de Ensino: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. Biblioteca Depositária: Undefined.

DUTRA, Denise Ferrari. **Políticas educacionais: de um olhar singular à ressonância social cel. Mauro Costa Rodrigues secretário de educação e cultura/RS (1971-1975)'** 01/01/2006 171 f. Mestrado em Educação Instituição de Ensino: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. Biblioteca Depositária: PUCRS.

SOUZA, Juarez Diel de. **A reforma educacional do regime militar: uma análise a partir de um documento da SEC/RS'** 01/02/2009 86 f. Mestrado em Educação. Instituição de Ensino: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. Biblioteca Depositária: Central da PUCRS.

CAMPITELI, Heliana Cioccia. **"O Ensino de Geometria na 4ª Série do 1º Grau: A Questão da Apreensão dos Conceitos de Área e perímetro.'** 01/05/1996 193 f. Mestrado em Educação. Instituição de Ensino: Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. Biblioteca Depositária: Biblioteca Universitária de Santa Catarina.

ROCHA, Julio Cesar Schmitt. **Educação Física Escolar: Condicionamentos Legais.'** 01/12/1991 143 f. Mestrado em Educação. Instituição de Ensino: Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. Biblioteca Depositária: Undefined.

**APÊNDICE D – OBJETIVOS DAS DISSERTAÇÕES E TESES DO ESTADO DO PARANÁ E RELAÇÃO COM A LEI 5.692/71 (DIRETA OU INDIRETA)**

1 SOMENTE CITAM A LEI 5.692/71 (RELAÇÃO INDIRETA)

**Taciana Soares Rosa Melo** - Pontifícia Universidade Católica do Paraná – Dissertação (Mestrado - 2014) **ESTEREÓTIPOS DE GÊNERO EM LIVROS DIDÁTICOS DE INGLÊSDAS DÉCADAS DE 1960, 1970 E 1990: IMPLICAÇÕES NA PRÁTICA DOCENTE** (Tema: Análise de livro didático) **Palavras – chave:** Gênero; Livro didático; Cultura e Cultura escolar. **OBJETIVO:** o objetivo deste trabalho é identificar estereótipos de gênero presentes nos livros didáticos de inglês que compõem o *corpus* de análise. Para tanto, discorro brevemente sobre alguns trabalhos dos últimos seis anos, cujo foco também atenha-se a estas representações estereotipadas para homens e mulheres. Os objetivos específicos pautam-se em analisar os estereótipos de gênero identificados, situando-os concomitantemente junto à questão da cultura e cultura escolar. Verificar se os livros didáticos analisados contemplam em seus estereótipos as relações sociais vivenciadas no período histórico das décadas em pauta. E por fim, elucidar se e como os estereótipos dos livros didáticos de inglês contribuem para a legitimação de padrões de desigualdade e preconceito nas relações de gênero.

**Jacyara Batista Santini** – Universidade Federal do Paraná – Dissertação (Mestrado - 2016) **DA MÚSICA ÀS ARTES PLÁSTICAS: A CONSTITUIÇÃO DA LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO ARTÍSTICA NA FACULDADE DE EDUCAÇÃO MUSICAL DO PARANÁ (DÉCADA DE 1970)** (Tema: Currículo) **Palavras – chave:** Ensino Superior; Licenciatura; Educação Artística; Faculdade de Educação Musical do Paraná; Lei 5692/71. **OBJETIVO:** A presente dissertação, intitulada *Da Música às Artes Plásticas: a constituição da licenciatura em Educação Artística na Faculdade de Educação Musical do Paraná (década de 1970)* tem por objetivo analisar o processo de constituição dessa licenciatura em Curitiba na década de 1970.

**Márcio Willyans Ribeiro** - Pontifícia Universidade Católica do Paraná – Tese (Doutorado – 2014) **HISTÓRIA DA DISCIPLINA ESCOLAR DE GEOGRAFIA EM CURITIBA DE 1964 A 1985: PERCURSOS, DESAFIOS E REPRESENTAÇÕES DE PROFESSORES** (Tema: Disciplinas Escolares) **Palavras – chave:** Professores de Geografia. Ditadura Civil-Militar brasileira. Disciplina Escolar de Geografia. História Cultural. História Oral.

**OBJETIVO:** Nesse sentido, seguindo a mesma linha de raciocínio, o objetivo geral do estudo é: Levantar e analisar como se deu o percurso disciplinar da geografia e de professores desse campo de conhecimento, em Curitiba, entre os anos de 1964 e 1985.

**Claudia Mara Soares da Silva** - Pontifícia Universidade Católica do Paraná – Dissertação (Mestrado – 2006) **CONCEPÇÕES E PRÁTICAS AVALIATIVAS NO MOVIMENTO DA MATEMÁTICA MODERNA (Tema: Disciplinas Escolares) Palavras – chave:** Educação Matemática, Avaliação da Aprendizagem, Movimento da Matemática Moderna. **OBJETIVO:** Com o objetivo de compreender como era concebida e praticada a avaliação da aprendizagem da Matemática, durante as décadas de 1960 e 1970 do século XX, o presente estudo, de natureza histórica, focaliza as práticas avaliativas da disciplina Matemática durante os anos 60 e 70, no contexto do Movimento da Matemática Moderna (MMM) no estado do Paraná.

**Inesa Nahomi Matsuzawa** – Universidade Estadual de Maringá – Dissertação (Mestrado – 2006) **SALA DE APOIO À APRENDIZAGEM DE LÍNGUA PORTUGUESA: UMA ANÁLISE CRÍTICA DA ATUAÇÃO DE ALGUNS PROFESSORES DE MARINGÁ (Tema: Disciplinas Escolares) Palavras – chave:** Sala de Apoio, ensino, aprendizagem, leitura, escrita. **OBJETIVO:** Esta pesquisa, de cunho qualitativo, objetivou investigar os resultados obtidos em 2004, pelos alunos da Sala de Apoio à Aprendizagem em Língua Portuguesa, de algumas escolas estaduais de Maringá (PR).

**Laura Isabel Marques Vasconcelos de Almeida** – Pontifícia Universidade Católica do Paraná – Tese (Doutorado – 2010) **ENSINO DE MATEMÁTICA NAS SÉRIES INICIAIS NO ESTADO DE MATO GROSSO (1920 – 1980) UMA ANÁLISE DAS TRANSFORMAÇÕES DA CULTURA ESCOLAR (Tema: Disciplinas Escolares) Palavras – chave:** História da Educação Matemática, Escola Primária de Mato Grosso, Cultura Escolar, Ensino Intuitivo, Matemática Moderna. **OBJETIVO:** Tendo como objeto a matemática escolar da escola primária de Mato Grosso, o presente estudo buscou compreender as transformações da cultura escolar, ocorridas no período de 1920 a 1980.

**Rita de Cassia Gomes Waldrigues** – Pontifícia Universidade Católica do Paraná – Dissertação (Mestrado – 2010) **A RESOLUÇÃO DE PROBLEMAS DE MATEMÁTICA NAS SÉRIES**

**INICIAIS DO ENSINO DE PRIMEIRO GRAU NA REDE ESTADUAL DE ENSINO DO ESTADO DO PARANÁ NA DÉCADA DE 1970: UM ESTUDO HISTÓRICO – CULTURAL** (Tema: Disciplinas Escolares) **Palavras – chave:** Resolução de problemas. História da educação matemática. Movimento da matemática moderna. Matemática das séries iniciais. **OBJETIVO:** O objetivo da presente pesquisa foi investigar as práticas de resolução de problemas das séries iniciais do Ensino de Primeiro Grau do Estado do Paraná, na década de 1970.

**Ana Elizabete Mazon de Souza Tesserolli** - Pontifícia Universidade Católica do Paraná – Dissertação (Mestrado – 2008) **FORMAÇÃO DE PROFESSORES NO PARANÁ: A ESCOLA NORMAL COLEGIAL ESTADUAL NOSSA SENHORA APARECIDA, PIRAQUARA – PR** (Tema: Formação de Professores) **Palavras – chave:** Escola Normal. Formação de professores. Legislação Educacional. Educação Paranaense. **OBJETIVO:** Esta pesquisa objetiva investigar a história da formação de professores no Município de Piraquara, Estado do Paraná, a partir do estudo da Escola Normal Colegial Estadual Nossa Senhora Aparecida, no período delimitado entre 1960, data de sua criação, até 1999, quando a última turma foi formada, já como Habilitação Magistério. Como objetivos específicos, têm-se: reconstituir o histórico da escola, no contexto paranaense e brasileiro; identificar quais legislações subsidiaram o seu funcionamento, bem como a sua extinção; e compreender a importância dessa instituição de ensino para o Município de Piraquara.

**Fabiane Lopes de Oliveira** – Pontifícia Universidade Católica do Paraná – Dissertação (Mestrado – 2009) **COLÉGIO MARTINUS: FORMAÇÃO DE PROFESSORES NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XX** (Tema: Formação de professores) **Palavras – chave:** Colégio Martinus, Curso Normal, Magistério, Formação de professores, Ideários Educativos. **OBJETIVO:** Como objetivo geral, o presente trabalho analisa que concepção ou concepções de educação e saberes orientam a formação de professores no Colégio Martinus em Curitiba, no período compreendido entre 1960 e 1990.

**Vanderlice Benevide** – Universidade Estadual de Londrina – Dissertação (Mestrado – 2008) **EDUCAÇÃO FORMAL E CRIATIVIDADE HUMANA: UM ESTUDO VOLTADO À ARTE NA PRIMEIRA SÉRIE DO ENSINO FUNDAMENTAL I EM UMA ESCOLA LONDRINENSE** (Tema: Formação de professores) **Palavras – chave:** Criatividade Humana.

Ensino da Arte. Formação de Professor. **OBJETIVO:** O estudo visa analisar a importância do ensino da arte e sua contribuição para estimular, ainda mais, a criatividade de crianças matriculadas na primeira série do Ensino Fundamental I, de uma escola pública londrinense.

**Elena Pericin Gomes Cornicelli** - Universidade Estadual de Maringá – Dissertação (Mestrado – 2015) **HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO RURAL DE ASTORGA: PRÁTICAS EDUCATIVAS E ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL DA ESCOLA RURAL ÁGUA ASTORGA (1957-1980)** (Tema: História da Instituição Escolar) **Palavras – chave:** História e Historiografia da Educação. Educação Rural. Educação Rural do município de Astorga. Escola Rural Água Astorga. Práticas Educativas. **OBJETIVO:** Esta investigação se insere no campo da História e Historiografia da Educação, de caráter documental e descritivo, tem como objetivo investigar a história da Educação Rural do município de Astorga, contada por meio das práticas educativas da Escola Rural Água Astorga no período de 1957 a 1980.

**Valdecir Antonio Nath** - Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Dissertação (Mestrado – 2013) **A PRIMEIRA ESCOLA SECUNDÁRIA PÚBLICA DE CASCAVEL: O GINÁSIO WILSON JOFFRE (1960-1980)** (Tema: História da Instituição Escolar) **Palavras – chave:** Educação. História da Educação. Instituições Escolares. Ginásio Wilson Joffre. **OBJETIVO:** Esta dissertação intitulada *A primeira escola secundária pública de Cascavel: o ginásio Wilson Joffre (1960-1980)*, situa-se no campo da História das Instituições escolares. Tem por objeto de estudo a primeira escola secundária, o *ginásio público de Cascavel*, fundado no ano de 1959. O objetivo principal da pesquisa foi discutir a gênese dessa instituição, considerando os elementos do contexto social, político e econômico da época, bem como as implicações na sua estruturação. A pesquisa aponta para as interferências políticas regionais, a mobilização estudantil na manutenção da escola como da sua ampliação no atendimento em virtude da crescente demanda oriunda do processo de urbanização e modernização pela qual passava o Município.

**Viviane de Oliveira Berloff Caraçato** - Universidade Estadual de Maringá – Dissertação (Mestrado – 2014) **COLÉGIO ESTADUAL DR. GASTÃO VIDIGAL (1953-1975): UMA HISTÓRIA NO ENSINO MARINGAENSE** (Tema: História da Instituição Escolar) **Palavras – chave:** História da Educação; Instituições Escolares; Ensino Maringaense; Colégio Estadual Dr. Gastão Vidigal. **OBJETIVO:** A presente pesquisa tem por objetivo reconstruir a história do Colégio Estadual Dr. Gastão Vidigal, primeira instituição ginásial da rede pública

de ensino do município de Maringá, no estado do Paraná. Para tanto, estabelece-se, como delimitação temporal, o período de 1953, ano de sua fundação, a 1975, quando recebeu legalmente a autorização para ofertar o ensino de 1º e 2º graus, mediante a Lei nº 5692/71.

## 2 RELAÇÃO DIRETA COM A LEI 5.692/71

**Amanda Siqueira Torres Cunha** – Universidade Federal do Paraná – Dissertação (Mestrado - 2015) **A COLEÇÃO EDUCAÇÃO ARTÍSTICA NO CONTEXTO DA LEI Nº 5.692/71: ENTRE AS PRESCRIÇÕES LEGAIS E AS PRÁTICAS EDITORIAIS** (Tema: Análise de livro didático) **Palavras – chave:** Educação Artística; Livro didático; Imagem de obra de arte História da Educação; Lei nº 5.692/71. **OBJETIVO:** Esta dissertação tem como objetivo analisar as relações entre as prescrições legais e as efetivas escolhas editoriais em livros didáticos publicados no período da Lei Federal nº 5.692/71, a qual inaugurou a obrigatoriedade da Educação Artística nos ensinos de 1º e 2º graus. Em especial, problematiza as interações entre as imagens de obras de artes e os textos em livros didáticos na qualidade de recursos específicos aos conteúdos da nova área. Nesta investigação, tomou-se como objeto e fonte uma das primeiras coleções para o ensino inaugural, intitulada *Educação Artística*, da editora mineira Lê, publicada entre 1975 e 1978.

**Michelle Caroline Bulotas** – Universidade Federal d Paraná – Dissertação (Mestrado - 2017) **O ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA E A LEI 5.692/71: MUDANÇAS E PERMANÊNCIAS NA COLEÇÃO DIDÁTICA “ESTUDO DIRIGIDO DE PORTUGUÊS” (1971-1974)** (Tema: Análise de livro didático) **Palavras – chave:** Língua Portuguesa; Livro didático; Lei 5.692/71; Comunicação e Expressão; Estudo Dirigido. **OBJETIVO:** Esta dissertação se propôs a investigar se e como a Lei 5.692/71, um dos principais marcos legais na educação durante o período de ditadura civil-militar, impactou o ensino de Língua Portuguesa. Para desenvolver tal estudo, o livro didático foi considerado, a partir de suas possíveis leituras e representações, como fonte para verificar as mudanças e permanências no ensino de Língua Portuguesa em relação à Lei 5.692/71. Optou-se pela coleção *Estudo Dirigido de Português*, do autor Reinaldo Mathias Ferreira, como fonte principal, devido a sua importância no cenário didático da época, e principalmente por configurar um material “moderno” e tradicional ao mesmo tempo. Selecionou-se duas versões

da coleção em questão, publicadas anteriormente (1971) e posteriormente (1974) à referida Lei, a fim de averiguar as mudanças e permanências entre uma edição e outra.

**Edilene Maria Leite dos Santos** – Universidade Federal do Paraná – Dissertação (Mestrado - 2017) **A DISCIPLINA EDUCAÇÃO MORAL E CÍVICA NO CURSO NORMAL DO COLÉGIO MARTINUS (1969-1978): DIÁLOGOS E REPRESENTAÇÕES (Tema: Currículo) Palavras – chave:** Colégio Martinus. Curso Normal. Educação Moral e Cívica. Decreto-lei nº 869/69. **OBJETIVO:** Devido ao fato de ter sido criado em Curitiba-PR, por imigrantes alemães e alguns de seus descendentes, o Colégio Martinus se reconhece como uma instituição evangélico-luterana. Esse caráter confessional foi o responsável pelo objetivo principal deste trabalho: analisar a configuração da moral e do civismo, a partir da disciplina Educação Moral e Cívica (EMC) no Curso Normal do Colégio Martinus, no período que se estende de 1969 (ano em que ocorreu a implantação do Curso Normal no Colégio Martinus) a 1978 (ano em que o Curso Normal encerrou as suas atividades).

**Emanuelle Giamberardino Rochavetz Cordeiro** – Universidade Federal do Paraná – Dissertação (Mestrado - 2010) **A DISCIPLINA DE EDUCAÇÃO MORAL E CÍVICA NO COLÉGIO ESTADUAL DO PARANÁ (1969 – 1986) (Tema: Disciplinas Escolares) Palavras – chave:** Educação Moral e Cívica. Decreto-lei n.º 869/69. Colégio Estadual do Paraná. Ditadura Civil-Militar. História da Educação. **OBJETIVO:** Nessa pesquisa é realizada análise sobre a implantação e a trajetória da disciplina de EMC a partir do Decreto lei n.º 869/69, no Colégio Estadual do Paraná (CEP), até ser extinta enquanto disciplina nessa instituição em 1986. A ênfase da análise será no antigo colegial, denominado 2º grau a partir da Lei nº 5692/71. Ainda, foram contemplados os seguintes objetivos específicos: verificar a institucionalização da EMC no período da ditadura civil-militar na legislação federal e no Paraná; averiguar de que forma as orientações do Decreto-lei n.º 869/69 foram compreendidas e implementadas no CEP; analisar ações desenvolvidas no CEP, relativas à EMC, no período em que constou como disciplina no currículo do 2.º grau, identificando sua trajetória, mudanças e permanências; contribuir para a produção historiográfica da EMC no âmbito do regime militar; colaborar de forma significativa para o debate na História da Educação, voltada para a História das Disciplinas Escolares e das Instituições Escolares.

**Silvana Matucheski** – Universidade Federal do Paraná – Dissertação (Mestrado - 2011) **ELABORAÇÃO DAS PROPOSTAS CURRICULARES DE MATEMÁTICA DO**

**ENSINO DE 1º GRAU (5ª A 8ª SÉRIE) DO ESTADO DO PARANÁ NA DÉCADA DE 1970 (Tema: Disciplinas Escolares) Palavras – chave:** Educação Matemática. História da Educação Matemática. Ensino de Matemática. Currículo. Ensino de 1º Grau. **OBJETIVO:** Esta dissertação tem como objetivos coletar e organizar documentos curriculares paranaenses, da disciplina de Matemática, elaborados e publicados na década de 1970 e, além disso, a partir de entrevistas, apresentar algumas perspectivas sobre as circunstâncias de elaboração destes documentos.

**Adnilson José da Silva** – Universidade Estadual de Ponta Grossa – Dissertação (Mestrado - 2006) **O ENSINO SECUNDÁRIO PROFISSIONALIZANTE NAS DÉCADAS DE 1970 E 1980: ASPECTOS DA LEI NÚMERO 5692/71 (Tema: Educação Profissional) Palavras – chave:** Educação profissional, legislação, politecnia, alienação. **OBJETIVO:** A pesquisa procura analisar a conjuntura da educação profissionalizante em nível médio, afinal, essa formação humana e social não obedece a deliberações livres dos próprios sujeitos em formação, sendo, antes, determinadas por imperativos econômicos, pois eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência.

**Alicia Mariani Lucio Landes da Silva** – Universidade Federal do Paraná – Dissertação (Mestrado - 2008) **TEMPO DE INDICAR CAMINHOS: O SERVIÇO DE ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL NO COLÉGIO ESTADUAL DO PARANÁ (1968-1975) (Tema: Educação Profissional) Palavras – chave:** História da Educação, Lei 5.692/71, Orientação Educacional e Vocacional, Colégio Estadual do Paraná. **OBJETIVO:** Conhecer quais foram as mudanças que a Lei de 1971 trouxe para a Orientação Educacional; analisar as formas de atuação do Serviço de Orientação Educacional (SOE) do CEP; verificar como os projetos do SOE atendiam às orientações da Lei.

**Roberto Evair Falcioni** – Universidade Tecnológica Federal do Paraná – Dissertação (Mestrado - 2010) **A EDUCAÇÃO PROFISSIONALIZANTE COM A LEI N. 5.692/71 NO PARANÁ: O COLÉGIO ESTADUAL COSTA VIANA DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS E O COLÉGIO ESTADUAL VICTOR FERREIRA DO AMARAL DE CURITIBA (Tema: Educação Profissional) Palavras – chave:** Educação Profissional; Educação e Trabalho; Lei n. 5.692/71; História da Educação profissional no Paraná. **OBJETIVO:** Investigar os impactos da Lei n. 5.692/71 na educação em nível nacional, e o aprofundamento com a pesquisa de campo

em dois colégios do estado do Paraná: Colégio Estadual Costa Viana da cidade de São José dos Pinhais e Colégio Estadual Victor do Amaral da capital paranaense.

**Cassiano Roberto Nascimento Ogliari** – Pontifícia Universidade Católica do Paraná – Dissertação (Mestrado - 2006) **CONCEPÇÃO DE FORMAÇÃO INICIAL DE PROFESSORES PARA A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DE NÍVEL MÉDIO: UM ASPECTO DA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO NO ESTADO DO PARANÁ** (Tema: Formação de professores) **Palavras – chave:** Formação de Professores; Educação Profissional; Ensino Médio; Ensino de 2º grau; História da Educação. **OBJETIVO:** O presente trabalho procura investigar a trajetória da formação inicial do professor em cursos de Licenciatura, frente às diferentes modalidades de Ensino Médio Profissional no Estado do paraná, com especial atenção para a formação profissional integrada ao Ensono Médio, a partir da comparação entre a Lei 5.692/71 e a LDB 9.394/96, considerando os contextos sociais e políticos de cada época.

**Adriane Fila** – Universidade Federal do Paraná – Dissertação (Mestrado - 2012) **DIDÁTICA GERAL E DIDÁTICA DA HISTÓRIA: A RELAÇÃO CONTEÚDO E FORMA EM MATERIAIS DIDÁTICOS DESTINADOS A PROFESSORES** (Tema: Formação de professores) **Palavras – chave:** Materiais Didáticos. Formação de Professores. Relação. Didática. Didática da História. **OBJETIVO:** A presente pesquisa se insere nessa temática e tem como finalidade investigar materiais didáticos produzidos pelo Estado com a finalidade de orientar professores de História em suas práticas docentes. Busca compreender a natureza desses materiais produzidos pelo sistema educacional, como resultado de políticas públicas dos governos e em decorrência de reformas curriculares proposta no âmbito do sistema educativo. Procura explicitar as concepções de História, ensino e aprendizagem neles presentes, destacando a forma como ocorre o diálogo entre a Didática Geral com a Didática Específica da disciplina de História, particularmente no que se refere às relações entre conteúdo e forma.

**Tatiana Cavanha Santos** - Universidade Tuiuti do Paraná – Dissertação (Mestrado - 2006) **FORMAÇÃO INICIAL DOCENTE: A ESCOLA NORMAL DO COLÉGIO SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS (1946-1971)** (Tema: Formação de professores) **Palavras – chave:** Formação de professores, Curso Normal, reformas, vivências. **OBJETIVO:** Esta pesquisa buscou analisar as diretrizes curriculares propostas à formação inicial docente no momento do surgimento do Curso Normal no Colégio Sagrado Coração de Jesus.

**Maisa Milène Zarur Remer** – Universidade Federal do Paraná – Dissertação (Mestrado - 2005) **ENSINO PROFISSIONALIZANTE NA ÁREA DA SAÚDE EM PONTA GROSSA, PR: O CASO DO COLÉGIO ESTADUAL REGENTE FEIJÓ (1970-1982) (Tema: História da Instituição Escolar) Palavras – chave:** Curso Profissionalizante, Lei 5692/71, Educação – Saúde – Trabalho. **OBJETIVO:** Este trabalho tem por objetivo relatar de que modo ocorreu a implantação da Lei 5692/71 no Colégio Estadual Regente Feijó em Ponta Grossa, Paraná. A pesquisa discute a adequação do curso profissionalizante Auxiliar de Administração Hospitalar oferecido pelo Colégio às expectativas de qualificação de mão-de-obra requerida pela sociedade e sistema de saúde de Ponta Grossa.

**Carmen Lucia Chaim Mattos** - Universidade Tuiuti do Paraná – Dissertação (Mestrado - 2007) **EDUCAÇÃO E CIDADANIA: VÍNCULOS POSSÍVEIS (Tema: Legislação) Palavras – chave:** Educação, Cidadania, Legislação educacional brasileira. **OBJETIVO:** O presente trabalho tem por objetivo investigar a vinculação que foi se estabelecendo ao longo da história entre a educação e a cidadania, bem como investigá-los na atual legislação educacional brasileira. Parte-se da Revolução Francesa, contexto Iluminista, para compreensão destes vínculos que se foram modificando em cada momento histórico.

**VANESSA QUEIRÓS** – Universidade Federal do Paraná – Dissertação (Mestrado - 2014) **INSTITUTO DE EDUCAÇÃO DO PARANÁ: APROPRIAÇÕES E REPRESENTAÇÕES NO CURRÍCULO DE 1º GRAU, A PARTIR DA LEI Nº 5.692/71 (Tema: Legislação) Palavras – chave:** Lei nº 5.692/71, Instituto de Educação do Paraná, currículo de 1º grau; ditadura civil-militar. **OBJETIVO:** Este trabalho se propôs a desenvolver um estudo mais aprofundado em relação ao Instituto de Educação do Paraná (IEP) e seu currículo de 1º grau, a partir da reforma promovida pela Lei nº 5.692/71, buscando compreender articulações entre o contexto histórico, políticas educacionais e estruturação curricular dela derivada, e como nessa instituição escolar, a lei foi recebida, apropriada e representada. Investigou-se como a referida lei aborda a função da escola e do ensino de 1º grau, quais são suas especificidades e objetivos e como as propostas educacionais do IEP em âmbito formal se deram a partir dessa lei, quanto ao currículo de 1º grau.

**Jefferson Soares da Silva** – Universidade Federal do Paraná – Dissertação (Mestrado - 2014) **TRABALHO, EDUCAÇÃO E SOCIEDADE: A LEI 5.692/71 NO MUNICÍPIO DE GUARAPUAVA (Tema: Políticas Educacionais) Palavras – chave:** Lei n.º 5.692/71. Ensino

profissionalizante. Educação e trabalho. História da Educação. Guarapuava. **OBJETIVO:** O objetivo deste estudo é analisar as relações entre educação e trabalho a partir da implantação da Lei n.º 5.692/71 em Guarapuava na década de 1970. O estudo pauta-se na carência de pesquisas que abordem o processo histórico de desenvolvimento da estrutura educacional do município de Guarapuava. A constatação dessa lacuna revela a dificuldade em inferir sobre a relação entre educação e trabalho nesse município. Deste modo, a pesquisa busca caracterizar a implantação da Reforma do Ensino e compreender os resultados dessa perspectiva educacional (com ênfase ao ensino profissionalizante) em sua relação com o mercado de trabalho do município de Guarapuava no decorrer da década de 1970.

**Telma Faltz Valério** – Universidade Federal do Paraná – Dissertação (Mestrado - 2007) **A REFORMA DO 2º GRAU PELA LEI 5692/71 NO PARANÁ: REPRESENTAÇÕES DO PROCESSO** (Tema: Políticas Educacionais) **Palavras – chave:** Ditadura Militar, Desenvolvimentismo, Teoria do Capital Humano, Educação, Lei 5692.71, 2º. Grau, Ensino Profissionalizante, Paraná. **OBJETIVO:** Esta dissertação teve por objetivo investigar qual a percepção que membros da Secretaria de Educação, Diretores e Professores de escolas públicas que atuaram no período da ditadura militar possuíam com relação à proposta de profissionalização do Ensino de 2º grau no Paraná estabelecida pela lei 5.692/71. Buscou-se, portanto, compreender o contexto político e econômico do período, no intuito de detectar como as ideias do Desenvolvimentismo e a Teoria do Capital Humano refletiram nas diretrizes educacionais presentes na lei 5.692/71 para o ensino de 2º grau no Paraná.

**Marcia Andreia Grochoska** – Universidade Federal do Paraná – Tese (Doutorado - 2015) **POLÍTICAS EDUCACIONAIS E A VALORIZAÇÃO DO PROFESSOR: CARREIRA E QUALIDADE DE VIDA DOS PROFESSORES DE EDUCAÇÃO BÁSICA DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS/PR** (Tema: Políticas Educacionais) **Palavras – chave:** Políticas educacionais. Valorização do professor. Carreira e qualidade de vida. **OBJETIVO:** Nesse sentido, este trabalho busca apresentar reflexões sobre a valorização do professor, compreendendo se a forma como as carreiras municipais são estruturadas e implementadas promove de fato condições para que a valorização do professor seja efetivada, contribuindo não apenas para a qualidade da educação, mas também para a qualidade de vida deste trabalhador. O objetivo principal é identificar quais os elementos necessários na estruturação de uma carreira que de fato valorize o professor, contribuindo para sua qualidade de vida.

**Marilene Zampiri** – Universidade Federal do Paraná – Dissertação (Mestrado - 2009) **POLÍTICAS EDUCACIONAIS E RESULTADOS ESTUDANTIS: A MEDIDA DA POLÍTICA EM AÇÃO** (Tema: Políticas Educacionais) **Palavras – chave:** Políticas Educacionais; Ensino Fundamental; Justiça Social; Efetividade Política; Equalização e Equidade; IDEB. **OBJETIVO:** O presente trabalho tem como objeto de estudo a relação entre ações e prescrições governamentais e desempenho educacional no ensino fundamental público do município de Curitiba, a partir dos resultados estudantis do Ideb, nos anos de 2005 e 2007, referentes aos anos iniciais e finais desta etapa da educação básica.

**Lilian Ianke Leite** – Universidade Federal do Paraná – Tese (Doutorado - 2012) **CONSELHO DE CLASSE: A HISTORICIDADE DE UMA PRÁTICA ENTRE OS FAZERES ORDINÁRIOS DA ESCOLA (1950-1990)** (Tema: Prática Docente) **Palavras – chave:** Conselho de classe. Cultura escolar. Práticas. História. Ata. Educação. **OBJETIVO:** A tese objetiva: discutir os significados do conselho de classe numa perspectiva histórica; analisar as atas de registros dos conselhos de classes que fazem referência aos problemas diagnosticados, as proposições e aos consensos decididos durante as reuniões; e analisar as formas de apropriação dos preceitos legais sobre conselho de classe no ensino secundário, bem como seus usos no cotidiano escolar.

## **APÊNDICE E – OBJETIVOS DAS DISSERTAÇÕES E TESES DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL E RELAÇÃO COM A LEI 5.692/71 (DIRETA OU INDIRETA)**

1 SOMENTE CITAM A LEI 5.692/71 (RELAÇÃO INDIRETA)

**Nadir Emma Helfer** - Universidade de Santa Cruz do Sul – Dissertação (Mestrado – 1997) **CONCEPÇÕES DE MUNDO PRESENTES NO ENSINO DE HISTÓRIA, DE 5ª A 8ª SÉRIES, EM ESCOLAS ESTADUAIS DA ÁREA DE ABRANGÊNCIA DA 6ª DELEGACIA DE EDUCAÇÃO (1961-1990) (Tema: Disciplinas Escolares) Palavras – chave:** sem palavras chave. **OBJETIVO:** O objetivo geral é, pois, investigar as concepções de mundo veiculadas pelo ensino de História, considerando-se as políticas educacionais, formalizadas na legislação federal e na estadual, nas propostas, diretrizes ou orientações curriculares e presentes nos diários de classe dos professores de História. Os objetivos específicos que norteiam a pesquisa são os que seguem: - conhecer as principais correntes de educação que marcaram a política educacional brasileira no período de 1961 a 1990 e seu vínculo com o contexto político, econômico e sociocultural determinado; - investigar as concepções de ensino de História presentes nas leis federais, estaduais, diretrizes curriculares e nos programas de ensino de professores de História, no período de 1961 – 1990; - verificar até que ponto as determinações curriculares oficiais foram implantadas pelos professores de História da rede estadual de ensino da região; - conhecer, esclarecer e visualizar tendências e possibilidades que contribuam na superação da ideia de um estudo de História que tem apresentado como eixo o ensino do passado pelo passado, um estudo sem vinculação com o contexto da vida real de alunos e professores que, como sujeitos históricos e sociais, raramente são considerados quando da elaboração das leis, diretrizes e demais orientações curriculares impostas pelos órgãos competentes.

**Silvânia Santana Costa** - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – Tese (Doutorado – 2016) **HISTÓRIAS CONTADAS E VIVIDAS: memórias da Escola Normal Rural Murilo Braga de Itabaiana/Sergipe (1950 – 1972) (Tema: Formação de Professores) Palavras – chave:** Educação rural. Escola Normal Rural Murilo Braga. Formação de professores. **OBJETIVO:** Deste modo, o presente estudo tem por objetivo analisar o processo de formação de professores da Escola Normal Rural Murilo Braga, no período de 1954 a 1972. O marco temporal foi escolhido por incidir na data da oferta da primeira turma do curso normal em 1954 e 1972, pois consistiu no ano de formação da última turma regida pela LDB Nº 4.024,

de 1961. Nesse período escolhido, a educação era regida até 1960 pelo Decreto Lei Nº 8.530 de 1946 (Lei Orgânica do Ensino Normal) e de 1961 até 1971 pela Lei de Diretrizes e Base da Educação (Nº 4.024/61).

**Julia Tomedi Poletto** - Universidade de Caxias do Sul – Dissertação (Mestrado – 2014) **COLÉGIO SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS, BENTO GONÇALVES/RS (1956 – 1972): PROCESSO IDENTITÁRIO E CULTURA ESCOLAR COMPONDO UMA HISTÓRIA** (Tema: História da Instituição Escolar) **Palavras – chave:** Instituição Educativa. Processo Identitário. Cultura Escolar. Arquitetura Escolar. Práticas Escolares. **OBJETIVO:** A narrativa produzida teve como objetivo construir o processo identitário e a cultura escolar que compôs esta instituição educativa no período pesquisado. Documentos escritos (livro de tomo da Paróquia Cristo Rei, livros de atas e livros de exames finais do colégio), fotografias e a história oral de oito sujeitos vinculados ao colégio (dois ex-alunos, duas ex- professoras, duas irmãs da congregação e dois moradores da Cidade Alta, região em que a escola se constituiu) foram as principais fontes de informação.

**Carolina Monteiro** - Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Tese (Doutorado – 2016) **DITADO: CONCEPÇÕES, ORIENTAÇÕES E PRÁTICAS DE UM DISPOSITIVO ESCOLAR (1939-1971)** (Tema: Prática Docente) **Palavras – chave:** História da Educação. Ensino da escrita. Ortografia. Ditado. **OBJETIVO:** O estudo se insere no campo da História da Educação, inspirado nos pressupostos da História Cultural, e tem como objetivo investigar qual é a genealogia do ditado a fim de entender sua presença na escola e os efeitos que o ditado produz que fazem com que ele persista como prática escolar. A investigação tem como recorte temporal o período de 1939 a 1971, tendo como marco inicial a introdução mais expressiva do ideário da Escola Nova no Rio Grande do Sul por meio do Decreto n. 8020 de 29 de novembro de 1939, que aprovou o “Programa mínimo a ser adotado nas escolas primárias do Estado”, e como marco final a Lei de Diretrizes e Bases de 1971 (Lei n. 5692/71) que extinguiu o ensino primário.

**Eliane Amaral Costa** - Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul – Dissertação (Mestrado – 2015) **TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO, SABERES E ENSINO DE PRODUÇÃO DE TEXTO NO ENSINO MÉDIO** (Tema: Prática Docente) **Palavras – chave:** Tecnologias de Informação e Comunicação; Formação Contínua; Linguagens Códigos e suas Tecnologias; Produção textual.

**OBJETIVO:** Compreender concepções dos professores da área de “Linguagens, Códigos e suas Tecnologias” em exercício no ensino médio de uma escola pública estadual sobre a própria formação contínua, limites e possibilidades para integrar as TICs no trabalho docente e suas percepções quanto a sentirem-se preparados para utilizar softwares educacionais em prol do ensino e aprendizagem da língua materna na variante padrão, em especial, o ensino da produção de texto escrito aos estudantes do ensino médio.

**APÊNDICE F - OBJETIVOS DAS DISSERTAÇÕES E TESES DO ESTADO DE SANTA CATARINA E RELAÇÃO COM A LEI 5.692/71 (DIRETA OU INDIRETA)**

1 SOMENTE CITAM A LEI 5.692/71 (RELAÇÃO INDIRETA)

**Daniel Castro Oltramari** – Universidade Federal de Santa Catarina – Dissertação (Mestrado – 2009) **A DISCIPLINA DE ARTE NA ESCOLA PÚBLICA: A CONSTITUIÇÃO DOS SUJEITOS PROFESSORES DE ARTES VISUAIS (Tema:** Formação de Professores) **Palavras – chave:** Ensino e Formação de Professores, Trajetória Profissional, Licenciados em Artes Visuais, Ensino de Arte. **OBJETIVO:** a qual procura investigar a complexidade que envolve a atuação dos professores de Arte nas escolas, especialmente aqueles que estão no início da profissão docente. Minha expectativa é que essa pesquisa possa auxiliar os licenciados ao conhecer os discursos dos docentes entrevistados, sua compreensão da profissão e a reflexão teórica que os pesquisadores da área da Educação têm realizado sobre essa temática.

**Denise Siqueira Brandão** - Universidade do Oeste de Santa Catarina – Dissertação (Mestrado – 2010) **A HISTÓRIA DO GRUPO ESCOLAR GUSTAVO RICHARD DO MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS (Tema:** História da Instituição Escolar) **Palavras – chave:** História das Instituições Escolares; Cultura Escolar; História da Educação. **OBJETIVO:** Esta dissertação tem por objetivo descrever a História do Grupo Escolar Gustavo Richard do município de Campos Novos, o qual surgiu no segundo período de instalação dos Grupos Escolares em Santa Catarina, na primeira metade do século XX.

2 RELAÇÃO DIRETA COM A LEI 5.692/71

**Tarissa Corrêa Stern Soares** – Universidade Federal de Santa Catarina – Dissertação (Mestrado – 2015) **O ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA NO COLÉGIO CATARINENSE A PARTIR DA LDB 5.692/71: O EMBATE ENTRE O DISCURSO DA MUDANÇA E O DISCURSO DA TRADIÇÃO (Tema:** Disciplinas Escolares) **Palavras – chave:** Linguagem; dialogismo; Colégio Catarinense; ensino de língua portuguesa. **OBJETIVO:** De cunho qualitativo e descritivo-interpretativo, a presente pesquisa em Linguística Aplicada tem como objetivo analisar os discursos sobre o ensino de língua portuguesa no documento *Processo de implantação da nova estrutura educacional*, elaborado na década de 1970 pelo Colégio Catarinense, situado no município de Florianópolis-SC.

**Jeferson Silveira Dantas** – Universidade Federal de Santa Catarina – Dissertação (Mestrado – 2002) **COMPETÊNCIAS E HABILIDADES NO CURSO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES DAS SÉRIES INICIAIS DE NÍVEL MÉDIO EM SANTA CATARINA: UMA ANÁLISE NO CONTEXTO DAS LEIS 5.692/71 E 9.394/96** (Tema: Legislação) **Palavras – chave:** sem palavras chave. **OBJETIVO:** Esta pesquisa teve por objetivo analisar os modelos de formação docente para as séries iniciais de Nível Médio – modalidade normal -, a partir das categorias analíticas de competência e habilidade. Os marcos temporais assinalados neste estudo, correspondem ao contexto histórico dos Estados Militar (1964 – 1985) e Neoliberal (década de 1990), onde então se inserem as Leis 5.692/71 e 9.394/96, respectivamente.

**Jane Motta** - Universidade Federal de Santa Catarina – Dissertação (Mestrado – 2001) **A PARTICIPAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DE PAIS E PROFESSORES - APP NA ESCOLA PÚBLICA CATARINENSE: DEMOCRACIA OU TUTELA?** (Tema: Políticas Educacionais) **Palavras – chave:** sem palavras chave. **OBJETIVO:** O objetivo central da análise desse processo é compreender para que tipo de participação estavam sendo chamados os sócios dessas entidades (pais e professores) e quais os objetivos e intenções que estavam explícitos e implícitos nessa política de integração escola comunidade.

**Ana Paula de Souza Kincheski** - Universidade do Estado de Santa Catarina – Dissertação (Mestrado – 2015) **É PRECISO FAZER POR MERECEER: REPRESENTAÇÕES DOCENTES SOBRE O “SER ALUNO” (SANTA CATARINA, 1940-1970)** (Tema: Prática Docente) **Palavras – chave:** Representações docentes. Meritocracia escolar. Escola primária. **OBJETIVO:** A pesquisa cujos resultados aqui se apresentam tem como objetivo geral aprofundar a compreensão em torno da construção de ideias que envolvem o que é "ser aluno" a partir de representações de professores aposentados de escolas públicas primárias catarinenses. O período das análises está circunscrito entre os anos de 1940 a 1970.

## APÊNDICE G - RESUMO DOS ARTIGOS DO ESTADO DO PARANÁ E RELAÇÃO COM A LEI 5.692/71 (DIRETA OU INDIRETA)

### 1 CAPES

#### 1.1 Relação Direta com a Lei 5.692/71

##### **Iêda Viana**

Revista Antíteses, v. 08, n. 15, p. 243-268, jan/jun de 2015.

#### **A INTERVENÇÃO DE INTELLECTUAIS NA REFORMA EDUCACIONAL DO GOVERNO MILITAR: DISCURSOS E PRÁTICAS NAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE CURITIBA**

**Tema:** História da Educação

**Palavras – chave:** História da Educação. Reforma. Intelectuais. Estudos sociais. Práticas escolares.

**Resumo:** O artigo trata da intervenção de intelectuais da Universidade Federal do Paraná, no processo da reforma escolar proveniente da Lei 5692/71 e das implicações dessa lei, especialmente com relação à disciplina escolar de História, que passa a ser integrada a uma área de ensino, junto com a Geografia, conforme o Parecer nº 853/71 do CFE, com a institucionalização dos Estudos Sociais no currículo do ensino de primeiro grau, nas escolas municipais de Curitiba, através de um projeto específico: “*Estudos Sociais a partir da longa duração*”, com a consultoria dos intelectuais. O objetivo geral foi investigar como se deu essa intervenção no processo reformador e seus resultados, ou seja, como o projeto foi difundido em seu discurso curricular e praticado na sala de aula, destacando permanências e transformações nesse campo de conhecimento escolar. A história oral e documentos escritos serviram de aporte metodológico para a pesquisa, cujos resultados revelam que nem sempre as estratégias políticas do governo militar (1964-1985) tiveram o êxito almejado e que a intervenção de intelectuais nesse processo pode ter servido para reforçar a manutenção de propostas conservadoras por tempo mais prolongado, embora introduzindo algumas mudanças.

#### 1.2 Somente Citam a Lei 5.692/71 (Relação Indireta)

##### **Susana Graciela Pérez Barrera Pérez. Soraia Napoleão Freitas**

Educar em Revista, Curitiba, Brasil, n. 41, p. 109-124, jul./set. 2011. Editora UFPR.

## **ENCAMINHAMENTOS PEDAGÓGICOS COM ALUNOS COM ALTAS HABILIDADES/ SUPERDOTAÇÃO NA EDUCAÇÃO BÁSICA: O CENÁRIO BRASILEIRO**

**Tema:** Políticas Educacionais

**Palavras – chave:** altas habilidades/superdotação; atendimento educacional especializado; inclusão.

**Resumo:** Os alunos com Altas Habilidades/Superdotação (AH/SD) constituem uma parcela importante da população-alvo da Educação Especial, que ultrapassa os 2 milhões de matrículas na Educação Básica. Paradoxalmente, não é raro encontrar publicações – inclusive documentos dos próprios órgãos educacionais brasileiros – que não os consideram como tal, apesar de toda a legislação educacional brasileira garantir seus direitos na condição de alunos com necessidades educacionais especiais, a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 5692/71). Isso reflete a desinformação, a falta de formação acadêmica e docente nessa área e uma representação cultural dessa população, que é altamente afetada pela incidência de mitos e crenças populares. Entretanto, o atendimento educacional especializado para estes alunos é hoje uma realidade legalmente consolidada, que precisa ser implementada e surtir efeitos concretos nos encaminhamentos pedagógicos para eles. Neste artigo, analisamos os quatro aspectos que prejudicam essa concretização do atendimento, e sugerimos medidas e mudanças que consideramos importantes para que esse direito subjetivo – a Educação para Todos – também seja cumprido.

**Vanessa Campos Mariano Ruckstadter**

ANAIS DA XIV JORNADA DO HISTEDBR: Pedagogia Histórico-Crítica, Educação e Revolução: 100 anos da Revolução Russa. UNIOESTE – FOZ DO IGUAÇU-PR. ISSN: 2177-8892. 2017. Maio 2017.

## **FONTES PARA A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO NO NORTE PIONEIRO PARANAENSE: UM INVENTÁRIO DOS CURSOS E ESCOLAS NORMAIS (1938-1971)**

**Tema:** História da Educação

**Palavras – chave:** História da Educação. Instituições Escolares. Escola Normal. Inventário. Norte Pioneiro Paranaense. Décadas de 1930 a 1970.

**Resumo:** Este texto apresenta o resultado final de uma pesquisa de estágio de Pós-Doutorado realizada na área de História da Educação entre abril de 2016 e março 2017 na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). A pesquisa objetivou realizar um inventário a fim de

localizar a instalação de Cursos e Escolas Normais na mesorregião denominada Norte Pioneiro Paranaense. Em um primeiro momento foi realizado um mapeamento a partir da documentação consultada nos Núcleos Regionais de Educação (NRE) da mesorregião e de leis e decretos estaduais disponíveis no Arquivo Público do Paraná com o intuito de localizar os municípios nos quais foram instaladas Escolas Normais e/ou Cursos Normais. O levantamento abrangeu o final da década de 1930 até o ano de 1971, e considerou principalmente as relações existentes entre sociedade e educação em uma perspectiva histórica. O recorte temporal se justifica a partir do primeiro curso normal ofertado na região, na cidade de Jacarezinho, iniciado em 1938, e se encerra com a reforma nos cursos de formação de professores como consequência da Lei 5692/71 que institui o magistério como curso de formação de professores em nível técnico secundário em todo o Brasil. Trata-se de uma pesquisa inserida no Programa Nacional de Pesquisa “Levantamento e Catalogação de Fontes Primárias e Secundárias da História da Educação Brasileira” do Grupo de Estudos e Pesquisas Nacional “História, Sociedade e Educação no Brasil” – HISTEDBR, inserida nas atividades desenvolvidas no Grupo de estudos e pesquisas “História, Sociedade e Educação no Norte Pioneiro” (HISTEDNOPR), grupo de trabalho do HISTEDBR sediado em Jacarezinho na Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP). O resultado final foi a elaboração de um “Guia de Fontes para a História da Educação no Norte Pioneiro: Cursos e Escolas Normais”, que disponibiliza informações sobre as cidades onde foram criados cursos e escolas nessa modalidade, a fonte documental de informação, bem como a sua localização. Além do inventário, uma das preocupações foi a de realizar um estudo bibliográfico-documental acerca da formação de professores no contexto paranaense. Assim sendo, este texto se divide em duas partes: primeiramente contextualiza a trajetória da formação de professores no Paraná. Em segundo lugar, caracteriza o Norte Pioneiro Paranaense e apresenta o processo de (re) ocupação da região de modo articulado ao mapeamento realizado.

## 2 SCIELO

### 2.1 Relação Direta com a Lei 5.692/71

**Cláudia Regina Kawka Martins**

Educar, Curitiba, n. 17, p. 197-213. 2001. Editora da UFPR

## **O ENSINO DE HISTÓRIA NO PARANÁ, NA DÉCADA DE SETENTA: PRÁTICAS DE PROFESSORES**

**Tema:** Disciplinas Escolares

**Palavras – chave:** ensino de História, práticas de professores, memória.

**Resumo:** Neste artigo, é ressaltada a importância do resgate da memória de professores nas pesquisas sobre educação e apresenta-se o resultado da pesquisa realizada sobre o ensino de História nos anos setenta, no momento em que a referida disciplina estava diluída na área de Estudos Sociais. O objetivo da pesquisa realizada foi o de analisar como a reforma de ensino de 1971, conhecida como a Lei n.º 5692, atingiu o ensino de História paranaense, mais precisamente na cidade de Curitiba e Região Metropolitana, levando em conta, além das fontes escritas – tais como documentos oficiais e currículo –, os testemunhos orais de alguns professores de Estudos Sociais da época. Embora a metodologia utilizada tenha partido tanto de fontes escritas como orais, será dado destaque, neste artigo, à questão da reconstrução da memória das professoras que foram entrevistadas.

**João Paulo Pereira Coelho; Marcos Pereira Coelho; Vanessa Alves Bertolleti**

IX Congresso Nacional de Educação – EDUCERE, III Encontro Brasileiro de Psicopedagogia. Outubro de 2009, PUC – PR, p. 11039 – 11050.

### **UMA ANÁLISE HISTÓRICA DO ENSINO DE HISTÓRIA NO BRASIL: REGIME MILITAR (1968-1972) E CONSERVADORISMO PEDAGÓGICO**

**Tema:** Disciplinas Escolares

**Palavras – chave:** Ensino-História. Regime militar. Brasil.

**Resumo:** O presente artigo tem por objetivo analisar historicamente o ensino de História no Brasil, com ênfase no período do regime militar, entre os anos de 1968 a 1972. A escolha do período mencionado justifica-se por ser este o momento em que medidas formais referentes ao ensino de História foram adotadas. Já no ano de 1969, o então presidente Médice, através do decreto n. 65814/69, editou uma convenção sobre educação onde argumentou a necessidade de efetuar a revisão dos textos adotados para o ensino no Brasil, a fim de depurá-los de tudo quanto pudesse excitar o ânimo da juventude. Ou seja, possibilitar a neutralização de uma possível crítica ao modelo de governo que estava posto. Contudo, a organização da área de Estudos Sociais, em 1971, trouxe um viés formal a este cerceamento da liberdade do professor em ministrar os conteúdos. Uma reforma que estabeleceu profundas mudanças em nível de Ensino Básico e Médio. A partir de então o ensino se organizaria em duas grandes áreas: o primeiro campo englobaria Comunicação e Expressão, Estudos Sociais e Ciências; o segundo grupo seria formado por Educação Física, Educação Artística e, Educação Moral e Cívica. Considerou-se nessa análise alguns aspectos que permitem a compreensão das origens e do desenvolvimento da disciplina no Brasil e, nesse sentido, procurou-se estabelecer uma reflexão para além da

dinâmica interna da estrutura escolar e do ensino de História. A análise partiu das transformações sociais que possibilitou o desenvolvimento de pressupostos teórico metodológicos para a constituição do campo da História e sua prática na educação brasileira.

**Jacyara Batista Santini**

ANPED SUL – Reunião Científica Regional da ANPED – Educação, Movimentos Sociais e Políticas Governamentais. UFPR – Curitiba, Julho de 2016.

**A FORMAÇÃO SUPERIOR EM EDUCAÇÃO ARTÍSTICA – ARTES PLÁSTICAS NA FACULDADE DE EDUCAÇÃO MUSICAL DO PARANÁ (DÉCADA DE 1970)**

**Tema:** Disciplinas Escolares

OBS: Não possui palavras – chave nem resumo.

**Objetivos:** Esse texto aborda o processo de constituição da Licenciatura em Educação Artística, habilitação Artes Plásticas na Faculdade de Educação Musical do Paraná – FEMP na década de 1970, no contexto da Lei da Reforma do Ensino de 1º e 2º graus<sup>1</sup> - Lei 5.692 de 11 de agosto de 1971, e da ditadura civil-militar<sup>2</sup>. Trata-se de uma apresentação concisa de estudos apoiados em questões como: a interrupção de uma trajetória privilegiada de ensino de Música da FEMP e sua mobilização para ofertar o curso de Educação Artística; e as concepções de arte e ensino no currículo inicial dessa Licenciatura. Com isso, tais estudos estão inseridos em pesquisas históricas ligadas ao campo temático da história do ensino da arte no Paraná, caminho investigativo trilhado também por outros pesquisadores.

2.2 Somente citam a Lei 5.692/71 (Relação Indireta)

**Adriana Peixoto de Oliveira; Ludmila da Matta**

R. bras. Planej. Desenv., Curitiba, v. 6, n. 2, p. 234-249, mai./ago. 2017.

**OS CONFLITOS ENTRE OS DIFERENTES PROJETOS DE SOCIEDADE E OS IMPACTOS NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TECNOLÓGICA (EPT)**

**Tema:** Educação Profissional

**Palavras – chave:** Educação Profissional. Contexto Histórico. Políticas Públicas. Interesses econômicos. Projetos de Sociedade. Dualismo Estrutural.

**Resumo:** O presente artigo visa realizar uma abordagem histórica da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) no Brasil a partir da Primeira República até os governos de Lula (2010). Busca verificar, através de uma revisão bibliográfica, o quanto as políticas públicas para EPT

em cada fase estiveram atreladas aos contextos históricos que a produziram, bem como aos embates políticos, econômicos e ideológicos de uma sociedade marcada por disputas de distintos projetos que lutam por se tornarem hegemônicos. Analisa o quanto essas disputas foram responsáveis por imprimir suas marcas nas políticas públicas implementadas, provocando ora avanços, ora retrocessos, considerando o prisma das classes trabalhadoras, principais beneficiárias dessas políticas. Conclui que em função das especificidades do desenvolvimento industrial do Brasil e pela forma como o país se inseriu na lógica do capitalismo internacional, a educação, principalmente a educação profissional, tendeu a ficar a reboque dos interesses do mercado.

**Anna Augusta Sampaio de Oliveira; Katia de Moura Graça Paixão; Glaciélma de Fátima da Silva; Ângelo Antônio Puzipe Papim**

História: Questões & Debates, Curitiba, volume 66, n.2, p. 225-247, jul./dez. 2018

**O LUGAR DA DEFICIÊNCIA INTELECTUAL NA PRODUÇÃO CIENTÍFICA SOBRE O ENSINO DE HISTÓRIA**

**Tema:** Disciplinas Escolares

**Palavras – chave:** Ensino de História; Estudantes com Deficiência Intelectual; Produção científica.

**Resumo:** O artigo busca levantar e analisar a produção científica sobre o ensino de História para os Estudantes com Deficiência Intelectual (EDI), no Ensino Fundamental II, focando as dissertações e teses produzidas sobre essa temática, no Brasil. Delimitamos o período de 2005 a 2016 para a pesquisa, feita na base de dados da CAPES. Como resultado, encontramos apenas dois (2) trabalhos que consideraram as possibilidades de ensino e aprendizado de história para os EDI. A escassez de pesquisas na área aponta o reflexo de uma política educacional, que, apesar do movimento de inclusão, não favorece o ensino e aprendizado do EDI, todavia, apenas garante a matrícula escolar.

**Bernadete De Lourdes Streisky Strang; Fabiane Luzia Menezes Santos**

Imagens da Educação, v. 7, n. 1, p. 14-23, 2017.

**PARA CASAR: AS BOAS MANEIRAS E A ECONOMIA DOMÉSTICA NA FORMAÇÃO DAS NORMALISTAS NAS DÉCADAS DE 1940 A 1960**

**Tema:** Disciplinas Escolares

**Palavras – chave:** escola normal, formação de professoras, cultura escolar.

**Resumo:** O presente artigo tem como propósito refletir sobre a formação das normalistas entre as décadas de 1940 e 1960 no que se refere ao aspecto moral e ao controle comportamental contidos no ensino de disciplinas ligadas às atividades domésticas e às boas maneiras. Analisaram-se documentos existentes no arquivo do Colégio Mãe de Deus, em Londrina, PR, no intuito de compreender como ocorreu a formação das moças para o desempenho do seu papel social. As fontes principais utilizadas nesse trabalho foram: O livro de Boas Maneiras, de Carmem D'Avila, publicado em 1951; *Savoir Vivre*, da década de 1940, composto por uma sequência de 12 folhas datilografadas e de um caderno de ex-aluna, sem data, referente à disciplina Economia Doméstica.

**Daniel Fernando Bovolenta Ovigli; Monike Cristina Silva Bertucci**

R. B. E. C. T., vol 2, núm 2, mai./ago. 2009

**O ENSINO DE CIÊNCIAS NAS SÉRIES INICIAIS E A FORMAÇÃO DO PROFESSOR NAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS PAULISTAS**

**Tema:** Formação de Professores

**Palavras – chave:** ensino de Ciências; pedagogia; formação de professores.

**Resumo:** O ensino de Ciências nas séries iniciais possui algumas especificidades quando comparado àquele praticado em outras etapas da Educação Básica. Uma delas é o fato de contar com um professor polivalente, em geral graduado em Pedagogia e também responsável pelo ensino de outras áreas do conhecimento. Este trabalho teve como meta realizar um estudo acerca das características, fundamentos e concepções que norteiam a formação do pedagogo para o ensino de Ciências em cursos de Pedagogia oferecidos por instituições públicas localizadas no estado de São Paulo. O material de análise consistiu nas ementas e programas detalhados das disciplinas Metodologia de Ensino de Ciências (MEC) e afins. Verificou-se que os programas acentuam os aspectos metodológicos em detrimento dos conteúdos específicos de Ciências havendo, em alguns casos, dissociação da prática de ensino no contexto da disciplina MEC. Algumas recomendações incluem o aumento da carga horária da disciplina e sua vinculação com a prática de ensino.

**Daniele Sotta Ziliotto; Rafael Oliveira da Silva; Samuel Lourenço; Luiz Otávio Hauth; Ana Leticia Padeski Ferreira; Luciano de Lacerda Gurski**

Cad. da Esc. de Educ. e Human., Curitiba, v.1 n.10: 44-59

## **EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR E EDUCAÇÃO CRÍTICA: REFLETINDO NECESSIDADES, FOMENTANDO A PESQUISA**

**Tema:** Prática Docente

**Palavras – chave:** Educação Física. Prática Docente. Educação Crítica.

**Resumo:** O presente artigo procurou evidenciar as produções acerca da prática docente e os referenciais que a embasam, especificamente as teorias consideradas críticas. Através de leituras e debates realizados no Grupo de Estudos em Educação Física Escolar da UniBrasil, percebemos uma escassez de produções científicas voltadas para essa temática e a importância de fomentar a discussão e a pesquisa na área, ligada à prática docente. Através do mapeamento de artigos científicos em português, realizados na base de dados Scielo, com as palavras-chave “Educação Física” e “Educação Crítica”, não encontramos nenhuma produção específica que tratasse dessa relação. Tal ausência reforça a importância de se aproximar o campo acadêmico da prática docente, visando a construção de uma sociedade emancipada, como preconizam as teorias pedagógicas críticas.

**Elaine Cristina Gonçalves**

Revista Eletrônica de Ciências da Educação, Campo Largo, v. 9, n. 2, dez. de 2010.

## **HISTORICIDADE DA EDUCAÇÃO ESPECIAL**

**Tema:** História da Educação

**Palavras – chave:** Necessidades. Educacionais Especiais, Educação Especial e Historicidade.

**Resumo:** O seguinte trabalho tem por finalidade descrever alguns dos percursos históricos decorrentes no mundo antigo, desde a educação primitiva até a educação atual brasileira. Demonstrando os caminhos trilhados, suas mudanças de concepções, semelhanças e contrapontos da educação de alunos com necessidades educacionais especiais.

**Edimara Alves Fagundes; Daniela Gomes de Mattos Pedrosa**

X Congresso Nacional de Educação – EDUCERE; I Seminário Internacional de Representações Sociais, Subjetividade e Educação – SIRSSE; Curitiba, PUCPR, Novembro de 2011, p. 2842 – 2855.

## **TRADIÇÃO SELETIVA NO ENSINO DA ARTE: LEITURA DE IMAGEM E SUA REPERCUSSÃO NA SELEÇÃO CULTURAL**

**Tema:** Disciplinas Escolares

**Palavras – chave:** Ensino de Arte. Leitura de imagem. Seleção cultural.

**Resumo:** Este artigo é composto por duas pesquisas em fase de desenvolvimento, uma preocupada com a seleção dos conteúdos na disciplina de Arte<sup>1</sup> e outra com as propostas de leitura de imagem nessa mesma disciplina, ambas são qualitativas e se aproximam dos professores da educação básica na tentativa de compreender seus contextos e evidenciar fazeres no que se refere ao ensino aprendizagem desta disciplina. A primeira tem por objetivo analisar a seleção cultural realizada pelos professores na organização dos conteúdos a serem ensinados na disciplina de Arte, no segundo segmento do Ensino Fundamental, da Rede Municipal de Ensino de Curitiba. A segunda, através de grupo focal, pretende compreender os princípios que orientam os professores da Educação Básica do Estado do Paraná em Curitiba, na mediação da leitura de imagem; bem como propor uma aproximação ao contexto do estudante na busca de uma leitura mais expressiva. Tanto a seleção geral dos conteúdos a serem ensinados quanto às imagens a serem apresentadas aos estudantes, repercute na forma com que aprendem e constroem o conhecimento. As discussões teóricas, nas duas pesquisas, estão assentadas no pensamento de Forquin (1992, 1993, 2000) e Williams (2003), autores que contribuem na reflexão sobre como a cultura é construída pelo ideário da escola. Considerando a cultura de todos e não de "alguns" pode-se vislumbrar que os resultados das pesquisas trarão contribuição na seleção de conteúdos e de imagens na disciplina de Arte que possam ser mais significativos para os estudantes e professores.

**Letícia Fonseca Richthofen de Freitas**

Educar, Curitiba, n. 34, p. 201-213, 2009. Editora UFPR

## **LIÇÕES DE IDENTIDADE PRESENTES EM LIVROS DIDÁTICOS DE SÉRIES INICIAIS**

**Tema:** Análise de Livro Didático

**Palavras – chave:** Pedagogias culturais; Pedagogia do gauchismo; livro didático.

**Resumo:** É indubitável o papel que os livros didáticos ocupam nas salas de aula de todo o país, mesmo com o crescente avanço das novas tecnologias. Mais do que um recurso largamente utilizado por professoras e professores em suas práticas educativas, os livros didáticos são artefatos culturais que produzem saberes. Neles estão presentes e circulam as mais diversas pedagogias culturais, as quais ensinam lições que vão muito além dos conteúdos curriculares, convidando alunos e alunas a ocuparem determinadas posições de sujeito. A partir de tais considerações, o presente trabalho se dedica à análise das pedagogias culturais presentes e atuantes nos livros didáticos, mais especificamente, a análise está centrada na assim chamada pedagogia do gauchismo, termo cunhado para designar as diversas formas como as pessoas

aprendem a ser gaúchas, em diversas instâncias sociais e culturais. O estudo compara de que maneira a pedagogia do gauchismo está presente em livros de História das Séries Iniciais do Ensino Fundamental, no período que vai de 1960 a 2005, suas recorrências e rupturas. As análises apontam para uma predominância de uma determinada forma de se entender a identidade gaúcha, relacionando-a, sobretudo, à figura emblemática e mítica do gaúcho. Esta representação predominante constitui uma forte pedagogia cultural, produtora de saberes, a qual ensina uma maneira de ser gaúcho, convidando alunos e alunas a ocuparem posições de sujeito e a se constituírem identitariamente a partir de tal pedagogia.

**Manoel Nelito M. Nascimento**

Publ. UEPG Ci. Hum., Ci. Soc. Apl., Ling., Letras e Artes, Ponta Grossa, **15** (1) 77-87, jun. 2007

### **ENSINO MÉDIO NO BRASIL: DETERMINAÇÕES HISTÓRICAS**

**Tema:** História da Educação

**Palavras – chave:** História da Educação; Ensino Médio; Ensino Secundário; Ensino de 2º Grau.

**Resumo:** Historicamente, o Ensino Médio no Brasil se caracteriza pela dualidade estrutural, que estabelece políticas educacionais diferenciadas para as camadas sociais distintas, definidas pela divisão social do trabalho. As reformas educacionais para o Ensino Médio (propedêutico e profissional), realizadas na última década, não conseguiram avançar no sentido de eliminar essa dualidade através da escola unitária que propicie formação geral e uma habilitação profissional. Neste estudo - com a intenção de compreender as últimas reformas para o Ensino Médio realizadas sob as demandas da reestruturação produtiva - busca-se na História da Educação analisar os elementos determinantes no estabelecimento das políticas educacionais para este nível de ensino, ao longo do século XX. Dessa forma, pode-se observar que a dualidade estrutural, que mantém duas redes diferenciadas de ensino ao longo da história da educação brasileira tem suas raízes na forma como a sociedade se organiza, que expressa as relações contraditórias entre capital e trabalho nas políticas educacionais para o Ensino Médio. A tentativa de superação da divisão social no ensino médio, através de uma nova concepção de organização escolar, revela-se uma reorganização apenas superficial, que não oferece condições para um real unitariedade do ensino e superação das desigualdades socioeconômicas e educacionais.

**Marcus Aurélio Taborda de Oliveira; Sergio Roberto Chaves Junior**

Educar, Curitiba, n. 33, p. 39-56, 2009. Editora UFPR

## **OS ESPAÇOS PARA A EDUCAÇÃO FÍSICA NO ENSINO SECUNDÁRIO PARANAENSE: UM ESTUDO COMPARATIVO ENTRE OS ANOS FINAIS DA DITADURA VARGUISTA E OS ANOS DA DITADURA MILITAR BRASILEIRA PÓS 1964**

**Tema:** Disciplinas Escolares

**Palavras – chave:** história da educação; história do currículo; história das disciplinas escolares; arquitetura escolar.

**Resumo:** Neste estudo comparativo pretendemos contemplar os diversos entendimentos e as diversas prescrições para a Educação Física escolar na segunda metade da década de 1940, e na primeira metade dos anos 70 do século passado no Estado do Paraná, Brasil. Como fonte privilegiamos as Diretrizes para a Educação Física nos Estabelecimentos de Ensino Secundário, de 1947, além de depoimentos de professores escolares e alguns números da Revista Brasileira de Educação Física e Desportos, dos anos 70. Nosso foco está centrado na redefinição das prescrições curriculares no que se refere ao espaço apropriado para as aulas daquela disciplina, tenham sido ou não edificadas, mas que configurariam uma nova forma de conceber o ensino da disciplina, na segunda metade do séc. XX, fortemente ancorado nas práticas esportivas. Mais do que afirmar a máxima de que “o espaço educa e conforma”, apresentamos como essas mudanças aconteceram pelo menos no âmbito das prescrições relacionadas à disciplina de Educação Física, ajudando a redefinir o seu sentido dentro da escola secundária brasileira. Trata-se, assim, de perspectivar a reconfiguração do espaço tanto quanto os seus usos possíveis, autorizados ou não. Nossas análises concluem que muitas recomendações que propalavam a redefinição espacial da Educação Física foram plenamente desenvolvidas, indicando assim que a disciplina ganharia um “espaço” próprio novo e mais vigoroso dentro dos diversos e plurais espaços da instituição escolar, até mesmo pelo grande volume de recursos financeiros envolvidos na sua efetivação.

**Maria Auxiliadora Monteiro Oliveira; Sandra Freitas de Souza**

Educar em Revista, Curitiba, Brasil, n. 42, p. 245-261, out./dez. 2011. Editora UFPR

## **POLÍTICAS PARA A INCLUSÃO: ESTUDO REALIZADO EM UMA ESCOLA ESTADUAL DE BELO HORIZONTE**

**Tema:** Políticas Educacionais

**Palavras – chave:** educação inclusiva; formação de professores para a inclusão; políticas públicas para a educação inclusiva.

**Resumo:** Este trabalho, centrado nas Políticas Públicas para a Educação Inclusiva, enfatiza a formação de professores para trabalharem com alunos que apresentam necessidades educacionais especiais. A pesquisa, realizada em 2007/2008, em uma Escola Estadual de Belo Horizonte, objetivou investigar a capacitação de docentes para essa modalidade de educação e avaliar o processo de inclusão dos mencionados alunos, em uma escola estadual de BH. Metodologicamente, optou-se pela denominada pesquisa “Quali- Quanti”, na qual se aplicou um questionário que desenhou o perfil de 25 professoras da escola. Em termos qualitativos, foram entrevistadas 10 docentes, a diretora da escola e a gerente da Diretoria de Educação Especial (DEEP). Em síntese, foram estes os dados coletados: todas as professoras eram favoráveis à Educação Inclusiva; nenhuma delas tinha capacitação para trabalhar com essa educação e, apenas duas conheciam um pouco da legislação sobre a Educação Inclusiva; todas afirmaram tanto ter dificuldade de lidar com os referidos alunos quanto ser significativa a evasão escolar dos mesmos.

**Maria Christine Berdusco Menezes; Mariana Mendonça Bernardino; Marta Chaves; Rosângela Célia Faustino**

Rev. Teoria e Prática da Educação, v. 16, n. 2, p. 89-103, Maio/Agosto 2013

### **A IMPORTÂNCIA DA ARTE PARA A APRENDIZAGEM E O DESENVOLVIMENTO NA EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA**

**Tema:** Disciplinas Escolares

**Palavras – chave:** Educação Escolar Indígena. Arte. Teoria Histórico-Cultural.

**Resumo:** Na escola indígena, a presença da arte nos processos de ensino e aprendizagem tem papel fundamental, uma vez que estimula a articulação entre os etnoconhecimentos e os conhecimentos escolares universais. Tendo como fundamento a teoria histórico-cultural, neste artigo abordamos a educação escolar e o relevante papel que ela exerce na formação humana, ao envolver ações intencionais e sistematizadas que favoreçam a ampliação dos conhecimentos, aliando transmissão, incorporação, criação e expansão de saberes culturais, técnicos e científicos. Discute-se como a arte, presente em todas as culturas humanas e nos currículos escolares, quando conduzida adequadamente, na escola, contribui com o desenvolvimento das funções psíquicas superiores, proporcionando aos sujeitos envolvidos no processo – crianças, jovens e adultos – maiores possibilidades de compreensão e atuação sobre a realidade vivida.

**Maria Elisabeth Blanck Miguel**

Educere et Educare Vol.10 nº 19 jan./jun.2015 p. 39 – 48

**“INTELECTUAL” ENQUANTO ATRIBUTO DO PROFESSOR**

**Tema:** Prática Docente

**Palavras – chave:** intelectual-professor; intelectual em Gramsci; intelectual na educação.

**Resumo:** O texto trata do professor enquanto intelectual. Toma como referências para reflexão as abordagens que nesse sentido são feitas pela Escola Nova no Brasil, particularmente no Paraná, na perspectiva de Erasmo Pilotto (1938-1946); nos escritos de Gramsci, na obra “Os intelectuais e a organização da cultura” (1982); e no enfoque sobre a função da escola hoje, e consequentemente do professor, segundo a função que lhe é atribuída por Dermeval Saviani na obra “A pedagogia histórica crítica: primeiras aproximações” (2008). Pretende contribuir com as reflexões sobre a função de intelectual que o professor exerce na educação brasileira.

**Maria Josélia Zanlorense; Maria Isabel Moura Nascimento**

X Congresso Nacional de Educação – EDUCERE; I Seminário Internacional de Representações Sociais, Subjetividade e Educação – SIRSSE; Curitiba, PUCPR, Novembro de 2011, p. 8707 – 8721.

**O ESTADO DO CONHECIMENTO SOBRE AS ESCOLAS TÉCNICAS DE 1987 A 2010**

**Tema:** Educação Profissional

**Palavras – chave:** História da educação. Escolas Técnicas. Ensino Técnico, Instituições Escolares.

**Resumo:** Objetivamos com este trabalho apresentar de forma quantitativa as pesquisas que se reportam sobre as escolas técnicas; o que é também denominado de estado do conhecimento sobre a esta temática. Para a realização deste estudo nos reportamos ao Banco de Teses e Dissertações da CAPES analisando os resumos encontrados nestes documentos no período de 1987 a 2010. Para a seleção dos temas abordados nos resumos e posteriormente classificados utilizamos como critério as palavras “escola técnica” segundo o que apontava os títulos e palavras-chave dos textos. Este proceder possibilitou também um direcionamento neste texto sobre as principais problemáticas discutidas acerca das escolas técnicas e do ensino técnico. Estas se evidenciam aqui nas discussões de alguns estudiosos que discutem esta modalidade de ensino e que envolve as políticas educacionais e suas alterações no decorrer da caminhada do ensino técnico. Diante da realidade exposta nos debates dos estudiosos sobre o que seria a melhor forma de organização do ensino técnico, e que neste texto evidenciamos de forma sucinta, podemos observar que a questão do ensino médio integrado o qual seja – a junção dos

conhecimentos científicos acompanhado da formação para o trabalho – teoria/prática, ou ainda a formação intelectual e a formação manual. As quais são vistas e defendidas como o caminho que pode preparar de maneira mais condizente para a realidade do trabalhador. Para dar sustentabilidade no texto aqui apresentado nos respaldamos nos estudos de Cunha (2000), Frigotto e Ciavatta (2005), Kuenzer (1992), Manacorda (1989), Saviani (2003) e demais Decretos e Pareceres que se referem ao ensino técnico em diferentes períodos da história do ensino técnico, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n. 5692/71, além da atual Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional 9.394/96.

**Marlene Rosa Cainelli**

Educar, Curitiba, n. 19, p. 187-198. 2002. Editora da UFPR

**A HISTÓRIA ENSINADA NA ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: OS PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS E O SENTIDO DO PASSADO NA EDUCAÇÃO POPULAR**

**Tema:** Disciplinas Escolares

**Palavras – chave:** educação popular, ensino de história, currículo.

**Resumo:** Este artigo analisa como as concepções de história aparecem nos currículos destinados à educação de jovens e adultos, utilizando-se como fonte a proposta de Parâmetros Curriculares Nacionais, para educação de jovens e adultos. Aborda, também, questões relativas a produção de parâmetros na educação brasileira e a elaboração pedagógica de seus conteúdos.

**Nadia Gaiofatto Gonçalves**

Educar, Curitiba, n. 31, p. 145-165, 2008. Editora UFPR

**HISTÓRIA, ESTADO E EDUCAÇÃO: UMA LEITURA SOBRE O ESTADO BRASILEIRO (1971-2000)**

**Tema:** História da Educação

**Palavras – chave:** Estado, educação básica, políticas educacionais, produção acadêmica, História da Educação.

**Resumo:** O artigo apresenta alguns resultados de pesquisa realizada sobre se e como o tema Estado e Educação foi abordado na produção acadêmica brasileira, no período compreendido entre 1971 a 2000. Foram pesquisados cinco

Anais de Associações Nacionais de Pós-Graduação e Pesquisa e quinze periódicos, das áreas de Educação, Economia, Administração, História, e Ciências Sociais. Buscou-se compreender as perspectivas das áreas, considerando-se o contexto histórico das décadas em que os trabalhos

foram produzidos, e evidenciando seus nexos, contribuições e limitações. Neste artigo, é abordada a caracterização do Estado brasileiro, pelos autores dos trabalhos investigados, em especial quanto a três referências principais, que aparecem ao longo de todo o período: Estado capitalista/reprodutor da ordem social; Estado autoritário/centralizador; e Estado ineficiente/omisso, buscando-se compreendê-las em relação ao contexto histórico.

**Simone da Silva Salgado; Marco Antônio Santoro Salvador; Guilherme Gonçalves Baptista; Bruno Duarte Rei; Monique Ribeiro de Assis**

J. Phys. Educ. v. 27, e2747, 2016.

### **A REFORMA CURRÍCULAR DO COLÉGIO PEDRO II E O CURRÍCULO DA DISCIPLINA EDUCAÇÃO FÍSICA**

**Tema:** Disciplinas Escolares

**Palavras – chave:** Colégio Pedro II. Currículo. Educação Física.

**Resumo:** Neste artigo, expõe-se reflexões iniciais de uma pesquisa que investiga o currículo da disciplina Educação Física no Colégio Pedro II – CP II, desde a década de 80 aos anos iniciais do século XXI, lançando luzes sobre as diferentes influências que marcaram a conformação desta disciplina na instituição. Dentro dessa perspectiva, analisa-se todos os documentos curriculares produzidos no recorte temporal em questão, indo dos Planos Gerais de Ensino – PGE's (1981, 1982, 1983, 1984, 1985, 1986, 1987, 1989, 1990/91/92, 1996) até o Projeto Político Pedagógico – PPP (2002), em vigor até hoje.

**Simone Sandri**

Temas & Matizes, Cascavel, v. 11, n. 21, p. 127 – 147, jul./dez. 2017.

### **REFORMA DO ENSINO MÉDIO E TENDÊNCIAS PARA FORMAÇÃO E/OU CARREIRA DOCENTE**

**Tema:** Formação de Professores

**Palavras – chave:** Reforma do Ensino Médio. Formação de professores. Carreira docente.

**Resumo:** O presente artigo tem por objetivo relacionar o conteúdo da reforma do Ensino Médio com as projeções e tendências para a formação e carreira docente daqueles que atuarão nele durante a vigência dessa reformulação. Para a realização do estudo, elencamos três pontos da reforma que apresentam possibilidades de impacto: o currículo, a concepção de formação humana e as formas de organização do Ensino Médio. A metodologia utilizada foi a análise de conteúdo da Lei nº 13.415, que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) nº 9.394/96 e reforma o Ensino Médio. O estudo teve como apoio teórico autores que

pesquisam sobre Ensino Médio e formação de professores. No decorrer da análise, identificamos algumas marcas históricas do Ensino Médio, estabelecemos relações com a atual reforma, a fim de demonstrar que sua concepção e estrutura não são novas, e relacionamos as diferentes possibilidades de organização do Ensino Médio, a partir do conteúdo da Lei, com projeções para a formação e carreira docente. Os resultados obtidos foram os seguintes: a redução de disciplinas e de carga horária no currículo conterà demandas para a Educação Superior; aumentará a oferta do Ensino Médio a distância (na forma de parcerias público-privadas); acarretará uma diminuição da oferta pública; e o reconhecimento de experiências e práticas dos alunos como possibilidade formativa no Ensino Médio apresentará tendências de diminuir a contratação e a oferta de cursos de licenciaturas.

**Tais Moura Tavares**

Educar, Curitiba, n. 22, p. 241-256, 2003. Editora UFPR

## **GESTÃO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO, ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA NACIONAL E REGIME DE COLABORAÇÃO: ALGUMAS QUESTÕES**

**Tema:** Políticas Educacionais

**Palavras – chave:** política educacional, sistemas de educação, regime de colaboração.

**Resumo:** Apesar da ambiguidade adquirida pelo termo “público”, partimos do pressuposto de que a educação é tarefa social sob responsabilidade do Estado. O federalismo brasileiro reparte o atendimento à educação nas diversas instâncias federativas. A ausência da efetivação do regime de cooperação e colaboração, apesar da existência de preceitos legais que a exigiriam, acentuou a fragmentação das políticas educacionais e a não constituição de um sistema nacional de educação. A municipalização do ensino fundamental tem sido instrumento de descentralização e tem reforçado a atomização das ações pedagógicas. Por outro lado, férteis experiências no âmbito da gestão municipal têm apresentado alternativas democráticas, particularmente no que se refere à gestão educacional.

## **APÊNDICE H - RESUMO DOS ARTIGOS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL E RELAÇÃO COM A LEI 5.692/71 (DIRETA OU INDIRETA)**

### 1 CAPES

#### 1.1 Relação Direta com a Lei 5.692/71

**Fernanda Pinheiro Mazzante.**

História da Educação, ASPHE/FaE/UFPeI, Pelotas, n. 18, p. 71-81, set. 2005.

#### **O CURRÍCULO ESCOLAR NAS LEIS 5692/71 E 9394/96: QUESTÕES TEÓRICAS E DE HISTÓRIA**

**Tema:** Currículo

**Palavras – chave:** currículo; lei 5692/71; LDB.

**Resumo:** O presente trabalho tem como objetivo realizar em síntese, uma abordagem que diga respeito às leis 5692/71 e 9394/96 especificamente no trato das questões curriculares, centrais na configuração do panorama educacional brasileiro, resultantes de uma identidade política nacional requerida dentro de conjunturas históricas particulares; para tanto, serão analisados alguns aspectos em ambas que se refiram às proposições curriculares legais sem que se perca de vista a devida contextualização histórico-social em que foram elaboradas e a não neutralidade curricular prevista por tal contextualização. A intenção é de pensar no quanto o fomento legal direciona, ainda que de forma implícita, o posicionamento político brasileiro no campo educativo, trazendo à pauta uma educação como produto imediato das necessidades – quer econômicas, quer sociais – do país em desenvolvimento.

### 2 SCIELO

#### 2.1 Somente citam a Lei 5.692/71 (Relação Indireta)

**Jair Gonçalves Albeche.**

Universidade Federal de Santa Maria. Educação a Distância da UFSM. Projeto Universidade Aberta do Brasil. Sant’Ana do Livramento. Setembro, 2009.

#### **EDUCAÇÃO BRASILEIRA: DA AREIA DA PRAIA À TELA DO COMPUTADOR**

**Tema:** História da Educação

**Palavras – chave:** História, Educação, Tecnologia.

**Resumo:** No transcorrer deste artigo são abordadas as características da educação brasileira ao longo de sua História. Começando pelo chamado período jesuítico onde tínhamos aulas na praia, continuando com o período imperial, “Era Vargas”, anos de governo militar e, enfatizando a atual era digital. Dessa forma pretende-se realizar um resgate histórico da evolução da educação brasileira até chegar ao processo de introdução da tecnologia na educação.

**Ângela França Versiani; Sérgio Fernando Loureiro Rezende; Antônio Carlos Pereira.**

REAd | Porto Alegre – Edição 83 - N° 1 – Janeiro/Abril 2016 – p. 193-224.

### **CONTRIBUIÇÕES DA TEORIA INSTITUCIONAL PARA A ANÁLISE DA GESTÃO DE ESCOLAS: UM ESTUDO DE CASO DE ESCOLA PÚBLICA BRASILEIRA BEM SUCEDIDA NOS ÍNDICES DE DESEMPENHO DA EDUCAÇÃO BÁSICA**

**Tema:** Políticas Educacionais

**Palavras – chave:** teoria institucional; processos institucionais; organizações educacionais; gestão escolar; gestão educacional; educação básica.

**Resumo:** O presente artigo discute como a teoria institucional auxilia no entendimento da gestão de escolas. Ao sustentar o argumento de que a gestão educacional é decorrente de processos de institucionalização, realizou-se uma pesquisa qualitativa em uma escola de rede pública municipal que tem alcançado resultados positivos de desempenho escolar acima da média do Brasil em avaliações governamentais sobre qualidade da educação. Essa pesquisa teve por objetivo identificar se e como foi institucionalizado um padrão específico de gestão e os valores que o sustentava. Na análise dos dados, constatou-se a institucionalização de um modelo de gestão educacional desenvolvido ao longo do período de 1971 a 2010. Tal modelo denominado de proativo sustenta os valores que exaltam o aluno, a confiança nos relacionamentos e as práticas de participação no ambiente escolar. A principal contribuição do estudo foi o de identificar os aspectos simbólicos que guiam a lógica institucional das escolas públicas da educação básica.

**Márcia Garcez de Ávila; Vivian Cross Turnes; Rute Elena Alves de Souza; Adriano Esteve Oliveira; Carolina Goulart Munhoz.**

1ª Semana de Iniciação Científica das Faculdades IDEAU – Bagé – RS – Brasil.

## **O SUPERVISOR E O PROFESSOR CONTEMPORÂNEOS: A CONTRIBUIÇÃO DA FORMAÇÃO CONTINUADA PARA O USO DAS TECNOLOGIAS EM SALA DE AULA**

**Tema:** Formação de Professores.

**Palavras – chave:** formação de professores; supervisor escolar; TIC.

**Resumo:** O presente trabalho procura, através de uma intensa pesquisa bibliográfica, esclarecer ao leitor qual contribuição a formação continuada de professores pode oferecer para o uso das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC), bem como qual papel desempenha o supervisor escolar neste processo. De maneira bastante objetiva, procurou-se diferenciar o que é informação, hoje acessível a todos e em praticamente qualquer lugar, do que é conhecimento, assim como qual auxílio o professor pode oferecer para a aquisição deste. A pesquisa busca também traçar um perfil do supervisor no decorrer da história da educação brasileira e compreender o porquê das mudanças em suas atribuições nas instituições de ensino ao longo dos anos. Também foi necessário explicitar neste artigo a parcela de responsabilidade dos docentes em querer se atualizar para fazer frente às mudanças ocasionadas por conta do processo de globalização e como isto transformou a educação como um todo. Para a construção desta escrita foram utilizados diversos autores que são referências para a compreensão e discussão do referido assunto além das leis que embasaram e as que ainda são basilares no processo educacional brasileiro.

**Bernadete de Lourdes Streisky Strang; Aline Vanessa Locastre.**

Hist. Educ. (Online) Porto Alegre v. 22 n. 54 jan./abr. 2018 p. 362-377.

## **ARTEFATOS DO OFÍCIO: O ACERVO DO COLÉGIO MÃE DE DEUS E SEU POTENCIAL PARA AS PESQUISAS EM HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO E DO ENSINO DE LONDRINA**

**Tema:** História da Instituição Escolar

**Palavras – chave:** acervo, documentos, história da educação.

**Resumo:** Este trabalho objetiva apresentar o acervo do Colégio Mãe de Deus, Instituição de ensino básico confessional, surgida na cidade de Londrina no ano 1936, como um lugar de preservação dos resquícios da cultura material e da memória da escola e como um sítio privilegiado para as pesquisas em história da educação e do ensino. O acervo se constitui por documentos como diários de classe, regimento escolar, atas de reuniões, currículos, boletins, cadernos, manuais, livros, cartas, bilhetes, convites, atestados, carteira sanitária, programas de ensino, livros de chamadas e de ocorrências, fotografias, LPs, pinturas, mobiliários, troféus,

partituras além de documentos ligados a faculdade de música trazida da Alemanha pelas Irmãs, juntamente com o método Suzuki de ensino dessa disciplina.

**Carlos Eduardo Vieira. Nadia Gaiofatto Gonçalves**

Educação & Realidade, Porto Alegre, v. 41, n. especial, p. 1441-1464, dez. 2016.

**FORMAÇÃO DE PROFESSORES NO SETOR DE EDUCAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ (1938-2010)**

**Tema:** Formação de Professores

**Palavras – chave:** Formação de Professores. UFPR. Curso de Pedagogia. Licenciaturas

**Resumo:** O objetivo do artigo é narrar a história do processo de formação de professores em nível superior no Estado do Paraná, tendo como fio condutor da análise aspectos relacionados à criação da primeira instituição de ensino superior do Estado, designada a partir de 1950, como Universidade Federal do Paraná (UFPR). Enfatizaremos as mudanças nas configurações institucionais, políticas e curriculares associadas aos diferentes espaços acadêmicos envolvidos nos processos de formação de professores na UFPR, entre 1938 e 2010. Especial atenção será dedicada à implantação e consolidação do curso de Pedagogia e do Setor de Educação, ainda que, pontualmente, analisaremos propostas e ações relacionadas aos cursos de licenciatura presentes na instituição.

**Cristina Grossi**

Revista da ABEM, Porto Alegre, V. 16, 39-47, mar. 2007.

**A EDUCAÇÃO MUSICAL NA PERSPECTIVA DE UM CONCURSO PÚBLICO PARA PROFESSOR DA DISCIPLINA DE ARTE**

**Tema:** Legislação

**Palavras – chave:** concurso público para artes, prova de artes, música na disciplina de artes.

**Resumo:** É com espanto que assistimos hoje à abertura de concursos públicos para contratação de professor para a disciplina de Arte com perfil claramente polivalente, como também secretarias de educação impondo polivalência para a disciplina de Arte. A proposta deste texto é discutir essa questão por meio de um processo recente de concurso público no Distrito Federal. Há problemas graves no edital quanto à titulação exigida e aos componentes curriculares. Segue o pedido de impugnação que trata da especificidade de cada área das artes, o problema do termo Arte e as orientações legais do MEC para as licenciaturas. A resposta à impugnação inclui o reconhecimento da entidade educacional do “caráter generalista” do conteúdo programático e a não exigência da lei para o ensino de cada uma das áreas de arte. A última parte traz

considerações acerca de concepções problemáticas que vêm norteando o sistema educacional e apresenta alguns desafios.

**Cynthia Greive Veiga**

Hist. Educ. (Online) Porto Alegre v. 21 n. 53 set./dez. 2017 p. 158-181

**DISCRIMINAÇÃO SOCIAL E DESIGUALDADE ESCOLAR NA HISTÓRIA POLÍTICA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA (1822-2016): ALGUNS APONTAMENTOS**

**Tema:** História da Educação

**Palavras – chave:** escolarização, desigualdade escolar, discriminação social.

**Resumo:** Este artigo problematiza, numa longa duração histórica, a discriminação social e desigualdade escolar presente na história política da educação brasileira. O principal objetivo é demonstrar os movimentos cíclicos das conquistas educacionais associados aos golpes políticos de sua subtração, de modo a melhor subsidiar os debates educacionais atuais, no contexto de imposição de governo por golpe parlamentar e recrudescimento do conservadorismo político-social. O estudo, ainda que sucinto, foi realizado por meio da investigação de diferentes fontes documentais, tais como legislação, relatórios e ofícios de governo, jornais e censos estatísticos, acrescido do diálogo com historiadores e historiadores da educação.

**Gisela do Carmo Lourencetti**

Educação | Santa Maria | v. 38 | n. 2 | p. 329-342 | maio/ago. 2013

**A REFORMA EDUCACIONAL PAULISTA E A “NOVA” CULTURA DOCENTE**

**Tema:** Prática Docente

**Palavras – chave:** Reforma educacional, Trabalho docente, Professor.

**Resumo:** O ideário neoliberal, as mudanças sociais e educacionais compõem o referencial desta pesquisa, que investigou indícios de alteração na cultura docente dos professores secundários, principalmente após a implantação da reforma educacional paulista. Considerando a formação recebida pelos docentes e comparando o papel que os professores desempenhavam no passado, parece que estamos diante de uma nova especificidade do trabalho, decorrente da ampliação desse papel. Os professores procuram conciliar, ao ensino dos conteúdos específicos, um papel afetivo, de socialização e abandonam o aspecto acadêmico como central. Observa-se também que os professores reconhecem que diminuíram o grau de exigência, após a implantação da Progressão Continuada nas escolas estaduais. Identificamos um aspecto decisivo: além da configuração da “nova” cultura docente há indícios de um grave processo de enfraquecimento da escola.

**José Leonardo Annunziato Ruivo**

Congresso Internacional de Filosofia: debate de ideias e cidadania, VIII Simpósio Sul-Brasileiro sobre o ensino de Filosofia: Filosofia, Formação docente e cidadania, Maio 2008, Caxias do Sul – RS.

**ARGUMENTAÇÃO E HABILIDADES COMO PRÁTICA DOCENTE EM FILOSOFIA**

**Tema:** Disciplinas Escolares

**Palavras – chave:** Argumentação, Ensino Médio, Prática de Ensino em Filosofia.

**Resumo:** A prática educacional, em geral, move-se no âmbito da política e no âmbito da teoria do conhecimento. Ou seja, se de um lado temos uma concepção de estado, de outro, temos uma concepção de sujeito que as práticas educacionais devem efetivar. Neste sentido, o presente trabalho pretende, inicialmente, retomar o debate acerca dos currículos de Filosofia a partir da Reforma Benjamin Constant, de 1891, que apontava como meta para esta disciplina a efetivação dos ideais de progresso e de nação, instituídos na Proclamação da República de 1889. Pretende-se percorrer, respectivamente, as reformas Francisco Campos, Capanema e as leis 4024/61 e 5692/71 que demarcam grandes perdas do campo do ensino de Filosofia no Brasil. Por outro lado, veremos que a publicação da Lei 9394/96 (LDB), e de seu polêmico artigo 36, marcam a possibilidade do retorno da obrigatoriedade do ensino de Filosofia nas escolas. Num segundo momento, discutiremos as motivações políticas e suas consequências por ocasião da publicação do Parecer CNE/CEB 28/2006 que institucionaliza a obrigatoriedade da Filosofia no Ensino Médio. Pretende-se, então, realizar uma reflexão sobre a prática do ensino de Filosofia partindo tanto da natureza específica deste campo de conhecimento como, também, dos contextos sócio educacionais que a educação brasileira encontra-se. Sendo assim, se tomarmos a Filosofia enquanto um método de investigação cujo fim não é o fornecimento de respostas, mas, sim, um constante exercício e estímulo do espírito crítico, então, como este trabalho pretende provar, teríamos um ganho maior trabalhando concomitantemente com duas propostas: (i) o ensino através da competência em argumentação (Filosofia da linguagem) (ii) visando o desenvolvimento de habilidades.

**Letícia Fonseca Richthofen de Freitas; Rosa Maria Hessel Silveira**

Cadernos de Educação | FaE/PPGE/UFPel | Pelotas [34]: 167 - 182, setembro/dezembro 2009

**LIÇÕES DE GAUCHISMO PRESENTES EM LIVROS DIDÁTICOS**

**Tema:** Análise de Livro Didático

**Palavras – chave:** Pedagogia Cultural, Pedagogia do Gauchismo, Livro Didático.

**Resumo:** A partir do entendimento de que o livro didático foi e continua sendo um elemento fundamental nas salas de aula do Brasil, o presente artigo tem por objetivo analisar um tipo específico de representação presente em livros didáticos adotados no Rio Grande do Sul, qual seja, a representação de uma identidade gaúcha. O estudo faz considerações a respeito da importância de se analisarem os livros didáticos para, a seguir, examinar como a figura do gaúcho passou a ser relevante nesse material depois de 1950. A análise empreendida toma por base os livros História do Rio Grande do Sul, de Fidélis Dalcin Barbosa, de 1983, e Comunicação em língua nacional, de J. Milton Benemann e Luís A. Cadore, de 1974, e conclui que a abordagem de ambos diverge em alguns aspectos, estando a do livro de História mais presa ao estereótipo tradicional, enquanto a do livro de Português acolhe novas representações.

**Maria Helena Wagner Rossi**

Revista Gearte. Volume 1, Número 1, Abril/2014, ISSN 2357-9854.

**PESQUISA NO CAMPO DA ARTE-EDUCAÇÃO VISUAL E O ENSINO DA ARTE NA EDUCAÇÃO BÁSICA**

**Tema:** Disciplinas Escolares

**Palavras – chave:** arte-educação; educação básica; pós-graduação.

**Resumo:** O texto tem o objetivo de refletir sobre o tema “A pós-graduação e suas interlocuções com a educação básica. Para tal, situa as reflexões num contexto mais amplo, considerando o papel da educação básica na superação do subdesenvolvimento do país, abordando brevemente as relações entre desenvolvimento, cultura e educação, para, então, focar o campo da arte-educação visual em algumas dimensões, tais como: a disciplina Arte na educação básica, os cursos de formação de professores e o contexto da pesquisa no campo da arte-educação visual nos cursos de pós-graduação em educação. Sem a pretensão de dar respostas ou apontar soluções, o texto se propõe a formular perguntas, visando provocar novas reflexões.

**Marilda Pasqual Schneider; Zenilde Durli; Elton Luiz Nardi**

Educação, Porto Alegre, v. 32, n. 3, p. 331-338, set./dez. 2009

**REFORMA DOS CURSOS DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES: RELAÇÕES ENTRE AS POLÍTICAS CURRICULARES E A PRÁTICA PEDAGÓGICA**

**Tema:** Formação de Professores

**Palavras – chave:** Formação de professores da educação básica; políticas curriculares; prática pedagógica; recontextualização.

**Resumo:** Partido do conceito de recontextualização de Bernstein (1996), examinamos textos curriculares sobre a reforma da formação de professores da educação básica produzidos em dois campos: o oficial e o pedagógico. No estudo realizado, as Diretrizes emitidas pelo Conselho Nacional de Educação em 2002 representaram o campo oficial dessas reformas. Na outra ponta está a proposta para cursos de licenciatura elaborada por uma instituição de ensino superior catarinense, a qual representa o campo da prática pedagógica. Por considerarmos a prática como produtora de sentido das políticas curriculares, argumentamos favoravelmente à investigação desse campo nos estudos sobre a reforma da formação de professores.

**Rosaldo de Albuquerque Souza**

Espaço Ameríndio, Porto Alegre, v. 5, n. 3, p. 181-206, jul./dez. 2011.

### **EDUCAÇÃO SEXUAL NA VISÃO DOS PROFESSORES INDÍGENAS DO ENSINO FUNDAMENTAL EM UMA ESCOLA DE DOURADOS**

**Tema:** Prática Docente

**Palavras – chave:** Educação Sexual; adolescência; Ensino Fundamental; Terena; GuaraniÑandeva e Kaiowá.

**Resumo:** Uma grande parcela da população brasileira é constituída de adolescentes, idade compreendida dos 12 aos 19 anos. Nesse período da vida do ser humano, ocorrem diversos fatores comportamentais envolvendo a sexualidade que intrigam muitos pesquisadores, professores e pais. De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), a Educação Sexual deve ser trabalhada nas escolas como tema transversal. O objetivo deste trabalho foi verificar a percepção e atitudes em relação à Educação Sexual entre professores Indígenas do Ensino Fundamental de uma escola rural do município de Dourados-MS, cujos alunos matriculados são, em sua maioria, indígenas. O trabalho foi desenvolvido entre Julho e Agosto de 2010. Esta escola tem 950 alunos matriculados desde a Educação Infantil até o 9º ano do Ensino Fundamental, e seus discentes e a maioria dos docentes são originários da Aldeia Jaguapirú. As etnias constituintes são Terena, Guarani-Ñandeva e Kaiowá. A coleta de dados foi realizada através de um questionário respondido individualmente pelos docentes indígenas. Os resultados mostram que os professores consideram importante trabalhar a Educação Sexual no Ensino Fundamental envolvendo as diferentes áreas do conhecimento e com auxílio de profissionais da área da saúde. A maior parte dos professores trabalha ou já trabalhou esse tema em suas aulas, e considera os alunos receptivos e interessados; no entanto, alguns professores têm dificuldade em abordar o tema. Uma das dificuldades encontrada está relacionada com a pouca aceitação dos pais, evidenciando a necessidade de orientação dos mesmos sobre o tema.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais garantem que a Educação Sexual deve começar ainda nos primeiros anos escolares.

**Vera Wannmacher Pereira; Thais Vargas dos Santos**

Linguagem em (Dis)curso – LemD, Tubarão, SC, v. 17, n. 3, p. 361-380, set./dez. 2017.

### **ESTRATÉGIA DE LEITURA DE PREDIÇÃO NA ESCOLA: USO E CONSCIÊNCIA LINGUÍSTICA NO SEU USO**

**Tema:** Prática Docente

**Palavras – chave:** Predição leitora. Uso e consciência linguística. Tecnologia. Conto literário.

**Resumo:** Neste artigo é relatado estudo que examinou a contribuição, para alunos do 9º ano do Ensino Fundamental, de materiais virtuais (informatizados) e não virtuais (impressos) com foco no uso da estratégia de leitura de predição e na consciência linguística de seu uso, utilizando o conto como texto. Teve como suporte teórico a Psicolinguística, especialmente em relação a esses dois tópicos centrais, e utilizou o apoio de tecnologias. Envolveu produção dos materiais e sua aplicação em oficinas na escola selecionada, elaboração e aplicação de testes antes e após as oficinas, assim como preparação continuada dos alunos bolsistas e professores. Os resultados indicaram diferença significativa na relação pré/pós-teste no uso da predição e na consciência sobre seu uso; e na comparação entre as tecnologias, vantagem favorável à virtual, embora sem diferença estatística significativa. Como conclusão, cabe afirmar o alcance do objetivo e recomendar trabalho na escola com materiais com as propriedades estudadas.

## **APÊNDICE I - RESUMO DOS ARTIGOS DO ESTADO DE SANTA CATARINA E RELAÇÃO COM A LEI 5.692/71 (DIRETA OU INDIRETA)**

### 1 SCIELO

#### 1.2 Somente citam a Lei 5.692/71 (relação Indireta)

#### **Aliandra Cristina Mesomo Lira; Geovana de Paula Bernardim**

P o i é s i s – Revista do Programa de Pós-graduação em Educação – Mestrado – Universidade do Sul de Santa Catarina Unisul, Tubarão, v.9, n.15, p. 80 - 97, Jan/Jun 2015.

#### **O PROFISSIONAL DO GÊNERO MASCULINO NA EDUCAÇÃO INFANTIL: COM A PALAVRA, PAIS E PROFESSORES**

**Tema:** Prática Docente

**Palavras – chave:** Educação Infantil; Profissionais; Gênero Masculino.

**Resumo:** Parte-se da consideração de que a atuação com as crianças pequenas veio configurando-se como uma profissão relegada à mulher, assentando-se em argumentos que a apresentam como a pessoa mais competente para exercer tal função, estando em segundo plano o entendimento de que é a formação que capacita o profissional para atuar na Educação Infantil. Para discutir tais questões, partiu-se de um estudo teórico, sendo posteriormente aplicados questionários a pais e professores de dois Centros Municipais de Educação Infantil (CMEI). Com a análise das respostas foi possível identificar, por um lado, o reconhecimento da competência, tanto de profissionais do gênero masculino quanto feminino, no trabalho com as crianças na Educação Infantil. Contudo, por outro lado, ainda perdura um estranhamento quanto à possibilidade dos homens assumirem tal tarefa.

#### **Bruna dos Santos Bolda; Vania Tanira Biavatti**

XV Colóquio Internacional de Gestão Universitária – CIGU Desafios da Gestão Universitária no Século XXI Mar del Plata – Argentina 2, 3 e 4 de dezembro de 2015.

#### **DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO SUPERIOR: POLÍTICAS CONTEMPORÂNEAS DE FORMAÇÃO NO BRASIL**

**Tema:** Políticas Educacionais

**Palavras – chave:** Políticas Públicas; Governamentalidade; Formação docente para o Ensino Superior.

**Resumo:** A pesquisa propõe compreender a educação como uma política pública e, na perspectiva de construção da governamentalidade de Estado, inquirir as políticas nacionais de formação docente para o Ensino Superior. O objetivo, por sua vez, consiste em investigar as diferentes configurações para a formação docente adotadas nos programas *stricto sensu* das Universidades do Sistema Associação Catarinense das Fundações Educacionais - ACAFE. Na fase inicial, a pesquisa foi documental na medida em que recorreu aos documentos (MECCAPES) e aos sites dos Programas de Pós-Graduação investigados. No entanto, apesar de configurar-se menos como um modo de tratamento dos dados e mais como uma análise, o método de pesquisa é genealógico na medida em que constitui-se como um modo de interpretação assentado nas contribuições teóricas de Michel Foucault. Considera-se que as políticas públicas educacionais brasileiras vieram numa linha de continuidade e descontinuidades, e que a formação docente foi governamentalizada pela ação de biopolíticas que orientaram políticas públicas específicas. No caso da ACAFE, as disparidades estão presentes no que tange ao oferecimento de disciplinas e estágios docentes, quando não ausente a formação docente.

**Dulcineia Beatriz Barreira; Denise de Camargo**

Palíndromo, nº 13, jan./jun. 2015

### **PROGRAMA DE PRÁTICAS EXPRESSIVAS, POR MEIO DA ARTE, NA ESCOLA BÁSICA**

**Tema:** Disciplinas Escolares

**Palavras – chave:** educação, educação estética, arte, sensibilidade, emoção.

**Resumo:** Em nossa sociedade, que apresenta muitos problemas sociais, a escola pode cumprir um importante papel na formação humana, oferecendo um ensino que enfatize o desenvolvimento sensível, integrando as várias áreas do conhecimento e incentivando as competências sociais e emocionais. De acordo com texto dos Parâmetros Curriculares Nacionais a educação deve estar comprometida com a cidadania, o que significa contemplar as questões sociais e ambientais como objeto de reflexão. Para isso, deve-se pensar a educação interligada com áreas da atividade humana que desenvolvem a sensibilidade e a emoção: a arte e a estética. Entende-se que uma educação que tenha a arte como colaboradora, pode auxiliar na formação de uma sociedade mais humanizada. Esta pesquisa avaliou um Programa de atividades expressivas através da Arte, em uma escola de ensino básico, com o objetivo de contribuir com a formação humana.

**Marcelo Lambach; Carlos Alberto Marques**

Investigações em Ensino de Ciências – V14(2), pp. 219-235, 2009

### **ENSINO DE QUÍMICA NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: RELAÇÃO ENTRE ESTILOS DE PENSAMENTO E FORMAÇÃO DOCENTE**

**Tema:** Formação de Professores

**Palavras – chave:** Ensino de Química; EJA, Estilos de Pensamento, Formação Permanente.

**Resumo:** O Objetivo da pesquisa a que se refere esse artigo foi identificar elementos caracterizadores de Estilos de Pensamento – EP de professores de Química que atuam na Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Estado do Paraná, e se esses EP são afetados pela formação inicial e a continuada. A categoria analítica EP, formulada por Ludwik Fleck, foi utilizada como auxiliar na identificação de como se estrutura o conhecimento em determinado campo de estudo, neste caso, o Ensino de Química na EJA. Para tanto, foram comparados os EP de professores com e sem participação em cursos de formação continuada, analisando as práticas, concepções e valores docentes extraídos por meio de entrevistas, utilizando os princípios pedagógicos e dialógico-problematizadores propostos por Paulo Freire. Procurou-se evidenciar e avaliar a forma de influência da formação inicial, do tempo de atuação no magistério, e em especial, dos cursos de formação continuada sobre a forma de entender o conhecimento científico e ensiná-lo aos alunos da EJA. Utilizando a Análise Textual Discursiva foi realizado um estudo comparativo entre os EP presentes no discurso docente, suas contradições e conceituações, por meio do qual se objetivou evidenciar a existência da formação de Coletivos de Pensamento (CP) que agregam professores em torno de determinados EP.

**Quelen Pimentel Leal Pessanha; Carla Patrícia Quintanilha Corrêa.**

ISSNe 1980-4512 | v. 17, n. 32 p. 240-263 | Florianópolis | jul-dez 2015

### **ESTRESSE DOCENTE NA EDUCAÇÃO INFANTIL: UM ESTUDO SOBRE PROFESSORES DE CRECHES PÚBLICAS DE UMA CIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

**Tema:** Formação de Professores

**Palavras – chave:** Estresse Docente; Educação Infantil; Formação Inicial; Formação Contínua.

**Resumo:** O artigo investiga a presença do estresse no cotidiano profissional dos professores da Educação Infantil. São apresentadas algumas considerações a respeito da formação dos educadores e do novo contexto de mudanças vivenciado na educação. Diante desta problemática, realizou-se pesquisa com 100 professores de creches públicas de uma cidade do Estado do Rio de Janeiro/ Brasil, a fim de investigar possíveis fatores estressores em seu

ambiente de trabalho. A análise dos dados indicou a presença de fatores estressores que parecem estar relacionados a fatores contextuais e que há carência de preparação para administrá-los, uma vez que o tema não vem sendo sistematicamente abordado nos seus cursos de formação continuada. Sendo assim, torna-se necessário que esta temática seja tratada nos cursos de formação inicial e continuada, a fim de promover a discussão sobre os fatores estressores, aliada à implementação de políticas públicas educacionais, de modo a resguardar o bem estar dos professores deste nível educativo.

**Roberta Pasqualli; Marie Jane Soares Carvalho**

PERSPECTIVA, Florianópolis v. 35, n.1, p.134-160, jan./mar. 2017

### **O CURRÍCULO DAS LICENCIATURAS EM CIÊNCIAS NATURAIS E MATEMÁTICA EM CURSOS A DISTÂNCIA NOS INSTITUTOS FEDERAIS DO BRASIL**

**Tema:** Currículo

**Palavras – chave:** Formação de Professores. Educação a Distância. Currículo.

**Resumo:** Este artigo analisa as relações entre o manifesto e o ativo nos currículos dos cursos de Licenciatura em Ciências Naturais e Matemática na modalidade de Educação a Distância nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia no Brasil. O método de investigação, organizado em três momentos, constituiu-se de: (a) localizar, entre todos os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia do Brasil, os cursos objeto da pesquisa; (b) analisar os ordenamentos das instituições ofertantes destes cursos; (c) analisar, cotejar e refletir, por meio da análise ideográfica e nomotética, o currículo como fenômeno em questão. A partir das análises realizadas, foram observadas experiências curriculares valorosas para a formação de professores; entretanto, foram assinaladas fragilidades na elaboração, na execução, na compreensão e na relevância do currículo para a formação de professores por meio da modalidade de Educação a Distância, uma vez que o currículo denota um processo de reflexão sistêmica que, demarcado por tomada de decisões e compromissos políticos, ancora-se em referenciais de diferentes tempos e espaços, ordens e percepções.

**Suzana Rocha de Souza; Elizabeth Antonia Leonel Moraes Martines; Sonia Mari Shima Barroco**

Revista Educação, Artes e Inclusão. Volume 14, n. 3. Julho/Setembro 2018.

### **ENSINO DE ARTE E OS PROCESSOS CRIATIVOS NA ADOLESCÊNCIA**

**Tema:** Disciplinas Escolares

**Palavras – chave:** Ensino de Arte; Atividade criadora; Adolescência.

**Resumo:** O Ensino da Arte e os Processos Criativos na Adolescência é resultado de um estudo bibliográfico que tem como objetivo refletir sobre o Ensino da Arte no contexto escolar e como os processos criativos impactam no desenvolvimento humano na adolescência, momento em que acontece a formação de conceitos. À luz do referencial teórico da Psicologia Histórico-Cultural, sobretudo o conceito de Atividade Criadora desenvolvido por Vigotski em sua obra *Imaginação e criação na infância*, os dispositivos legais do Brasil que embasam o ensino da arte, bem como a busca na plataforma tecnológica Scientific Electronic Library Online (SCIELO). Ressalta-se a importância da Arte na escola e da potencialização dos processos criativos à formação estética, crítica e social do indivíduo, na busca de transformações sociais coletivas refletidas nas relações humanas. Por meio da educação o indivíduo se apropria do conhecimento adquirido que a humanidade produziu, socializando para as novas gerações. Nos processos de criação artística, o ser humano é capaz de criar, recriar, significar e ressignificar sua realidade de vida e seus contextos, bem como sua visão de mundo.

**Valéria Meroski de Alvarenga**

Linguagens - Revista de Letras, Artes e Comunicação ISSN 1981-9943 Blumenau, v. 7, n. 3, p. 261-275, set./dez. 2013

### **O PROJETO DE LEI 7.032/10 PREVÊ LINGUAGENS ARTÍSTICAS SEPARADAS NA EDUCAÇÃO BÁSICA: SERÁ O FIM DA POLIVALÊNCIA?**

**Tema:** Disciplinas Escolares

**Palavras – chave:** Projeto de lei 7032/10. Ensino de Arte. Linguagens artísticas.

**Resumo:** O presente artigo tem por objetivo a problematização do projeto de lei 7032/10, o qual prevê alteração para a “indefinição” existente na palavra ‘arte’ contida na LDB 9394/96, através da inserção das nomenclaturas específicas das quatro linguagens artísticas e consequentemente sua obrigatoriedade. Para tal, vamos relembrar o surgimento dos cursos de Educação Artística e sua transformação em áreas específicas: Música, Dança, Teatro e Artes Visuais ao longo das últimas quatro décadas. Determinamos este marco devido à obrigatoriedade do Ensino da Arte na Educação Básica com a LDB 5692/71. Pretendemos, também, apresentar a quantidade atual de cursos de arte nas quatro linguagens artísticas e sua interferência no ensino de Arte. Para realizarmos essa pesquisa utilizamos dados oriundos do MEC e de vários textos escritos por Ana Mae Barbosa e de outros teóricos que também escreveram a respeito do ensino da arte, tais como: Maria Cristina da Rosa Fonseca, Fernando Hernandez e Marilda Oliveira. Após análise e problematização do referido projeto de lei,

constatamos que ele trará um benefício imediato, após a sua transformação em lei, no que se refere à nomenclatura específica de quais linguagens deverão ser ensinadas nas aulas de Arte. No entanto, a sua efetivação demorará muitos anos para ser realizada, caso não haja mudanças profundas na quantidade de cursos de licenciatura em arte no Brasil e alterações na estrutura curricular na educação básica.

**Viviane Aparecida de Souza; Éliton Meireles de Moura; Janaína Fátima Sousa Oliveira; Arlindo José de Souza**

REVEMAT. Florianópolis (SC), v.12, n. 1, p. 114-132, 2017

### **A INTERAÇÃO ENTRE O TRABALHO EDUCATIVO COM SOFTWARE DE GEOMETRIA DINÂMICA E FOTOGRAFIA NO ENSINO E APRENDIZAGEM DE FIGURAS GEOMÉTRICAS**

**Tema:** Disciplinas Escolares

**Palavras – chave:** GeoGebra; Registros de representações semiótica; Séries iniciais; Apreensões em geometria; Fotografia.

**Resumo:** O trabalho analisa qual a viabilidade do uso de um software de Geometria Dinâmica no processo de ensinar e aprender Geometria no 5º ano do Ensino Fundamental em uma escola pública. Sendo a análise das atividades feita na perspectiva das representações semióticas de Raymond Duval. Foram identificadas quais apreensões utilizadas em cada representação registradas pelos alunos nas etapas de resoluções das atividades. Considerou-se que o software foi um facilitador na visualização das propriedades das figuras geométricas. Além do software de Geometria Dinâmica, outro artifício tecnológico foi o uso de uma máquina fotográfica pelos alunos. O uso de programas computacionais ou outras ferramentas tecnológicas que possam automatizar a produção cognitiva de representações semióticas podem despertar o interesse e a inovação de um ponto de vista cognitivo e que explica o papel cada vez mais primordial que desempenham no ensino de matemática.

**William Geraldo Sallum; Normal Suely Gomes Allevato; Juliano Schimiguel**

Revemat: R. Eletr. de Edu. Matem. eISSN 1981-1322. Florianópolis, v. 07, n. 2, p. 223-245, 2012.

### **UM ESTUDO DA DIVERSIDADE METODOLÓGICA NA RECUPERAÇÃO DE ESTUDOS NO ENSINO MÉDIO NA DISCIPLINA DE MATEMÁTICA**

**Tema:** Disciplinas Escolares

**Palavras – chave:** Recuperação de estudos. Ensino-aprendizagem. EaD.

**Resumo:** Nesse trabalho, pretende-se levantar e analisar dados que norteiem pressupostos dos reais problemas e possíveis soluções metodológicas que possam tratar efetivamente da questão da recuperação de estudos na disciplina de matemática. Este documento, de cunho metodológico quali-quantitativo, foi desenvolvido a partir de três estudos sustentados por concepções jurídica teórica educacionais: questionário com questões mistas, efetuado com os docentes da disciplina de matemática das três séries dos cursos técnicos; levantamento dos resultados das recuperações ocorridas entre 2007 e 2011; e, através de informações sobre as metodologias empregadas, com o objetivo de mostrar o quanto as relações alunos, metodologia de ensino das recuperações e professores possuem efetividade no sucesso da real aprendizagem e suas consequentes aprovações. As oscilações nos números apontam a recuperação continuada com melhor resultado.